



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA DO NORTE E DO NORDESTE

**DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO E CONSUMO
HONORÍFICO EM RECIFE (1837-1844)**

PAULO ALEXANDRE DA SILVA FILHO

RECIFE, MAIO DE 2007



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA DO NORTE E DO NORDESTE

DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO E CONSUMO
HONORÍFICO EM RECIFE (1837-1844)

Dissertação de mestrado proposta por PAULO ALEXANDRE DA SILVA FILHO como requisito para obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco sob a orientação do Prof. Dr. SEVERINO VICENTE DA SILVA



PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
PERNAMBUCO

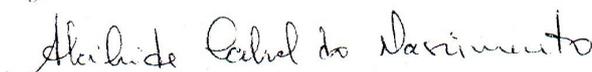
**ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO PAULO ALEXANDRE DA
SILVA.**

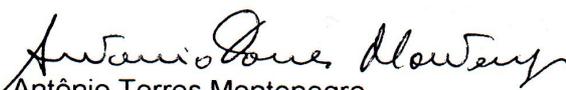
Às 14:00 h do dia 25 (vinte e cinco) de maio de 2007 (dois mil e sete), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Paulo Alexandre da Silva Filho** intitulada “**Desvalorização do trabalho e consumo honorífico em Recife (1837-1844)**”, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito “**APROVADO**”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Severino Vicente da Silva (orientador), Suzana Cavani Rosas e Alcileide Cabral do Nascimento. Assinam, também, a presente ata o Coordenador, Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro, e a Secretária do Deptº de História, Rogéria Feitosa de Sá, para os devidos efeitos legais.

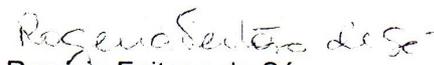
Recife, 25 de maio de 2007.


Prof. Dr. Severino Vicente da Silva.


Profª. Drª. Suzana Cavani Rosas.


Profª. Drª. Alcileide Cabral do Nascimento.


Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro.


Rogéria Feitosa de Sá

AGRADECIMENTOS

Um trabalho desta natureza não costuma ser produzido na solidão, embora parte do tempo de sua feitura tenha transcorrido em instantes contínuos de certo isolamento. Mas o isolamento não indica solidão quando a possibilidade de contar com o apoio valioso e indispensável de pessoas que integraram – mesmo sem ter tal clareza – um sólido suporte ao longo de todo o período de elaboração deste texto, da pesquisa que o alimentou e de todas as horas de dedicação ao curso que agora se encerra.

A conclusão de um mestrado significa um vultoso passo para o aprendiz de História, pois representa em termos acadêmicos a formalização de um ciclo de aprendizagem, porém a lição maior obtida através deste processo está na evidência de que a titulação não encerra a jornada de aprendizagem e, ao contrário, indica mais um ponto de partida.

Agradeço a oportunidade de ter estado associado ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Os professores, funcionários e alunos do programa com os quais tive o privilégio de conviver, ainda que rapidamente, me deixaram valorosa contribuição. Em especial agradeço pelo desprendimento, paciência e atenção prestados pelo professor Severino Vicente da Silva, que acolheu em condições incomuns o encargo de me receber como orientando. O professor Biu Vicente me fez ver o valor que nossa experiência vivida representa na construção de nossa atuação acadêmica, profissional e intelectual, uma demonstração de que a expressão e a noção do “intelectual orgânico” pode ter sua correspondência vivida e nos oferecer lições.

Agradeço também por ter tido a oportunidade de me intrometer entre caixas do Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco, onde passei momentos de deleite, descobertas e estudos entre tantos escritos e documentos que o tempo, sua inexorabilidade e também o descaso notório das ditas autoridades públicas não conseguiram corroer e desintegrar completamente.

Em outras instâncias também pude dispor de auxílio de amigos que me ajudaram das mais variadas formas. Cristóvão Cádiz acabou sendo para mim um verdadeiro parceiro, apoio sem o qual este trabalho não poderia ser realizado. Contar com a constante companhia de pessoas interessadas em meu êxito e sempre dispostas a me incentivar também foi

extremamente importante. Não posso deixar de expressar minha gratidão em relação a colegas de trabalho e de vida, tais como Arlene Gomes, Maria Lúcia Cavalcanti, Maria José Baracho, educadoras que me inspiram cada qual a seu modo e amigas que me fortaleceram mesmo sem perceber. Estendo meus agradecimentos ao convívio que tenho tido na Escola Professor Trajano de Mendonça, onde tenho feito amigos e aprendido a cada dia.

Agradeço a José Alberto Costa e Leandro Ferreira, parceiros de outras fases universitárias, que continuam em minha vida independentemente da Academia, pois a solidificação do apreço e estima nos converteu em verdadeiros amigos para as melhores e piores circunstâncias. Ao longo destes dois anos não convivi tanto quanto gostaria com muitas pessoas, porém as mantive sempre comigo através das lembranças e de um sentimento de que estas pessoas são extremamente importantes para mim, pois são amigos ainda que a falta de convívio insista em intervir, então estendo agradecimentos a Tatiana Ferraz, Manuela Arruda, Humberto Miranda e Alexandre Pachêco, pessoas tão influentes para mim.

Me felicito pessoal e afetivamente por ter feito uma descoberta que tem me deixado muito feliz. Esta descoberta se deu aos poucos e quase que por acidente, porém, apelando-se para a crença de que o destino opera milagres em nossas vidas, estou gratificado pelo milagre de contar com o amor e carinho de Nadejda Nóbrega, uma colega de trabalho que tem mudado minha vida, meus pensamentos e meus sonhos. Através dela também tive a felicidade de passar a conviver com pessoas como dona Susana, Geraldo e “Tia” Cris.

Minha família é minha base afetiva e minha fortaleza. Agradeço em qualquer circunstância por tudo que obtenho através destas pessoas que amo. Esta verdadeira “rede” de relações e de emoções é composta por pessoas às vezes muito diferentes entre si, porém iguais no principal: no vínculo imutável e inquebrável de amor familiar mesmo perante as ocasionais, pequenas e vãs “crises” tão comuns em toda família.

Agradeço por meus primos-irmãos Mateus e Bia, minha “irmã” mais velha e conselheira Suely, além de Jorge, um “irmão agregado” com quem ela nos presenteou. Agradeço a minha tia Sualene, sempre tão cuidadosa e amorosa comigo. Agradeço ao tio Senival e tia Cristina, sempre risonhos, sempre animados e sempre carinhosos.

Por fim, apresento o inevitável agradecimento aos meus amados irmãos Anna e Alexandre, meus grandes amigos e protetores. Cumpro a minha homenagem à minha grande heroína e minha luz – a minha mãe. Dona Célia não apenas está ao meu lado – ela está ao meu

redor, em minha mente e em meu coração. Uma realização minha é antes de tudo uma realização dela. Por isso estou aqui.

Por seu exemplo e pelas lições transmitidas, este trabalho é dedicado ao meu avô, Renato Pereira de Lima (15/01/1925 – 04/08/2000), um trabalhador braçal que nunca viu virtude no ócio nem desonra no trabalho.

“Já que o dinheiro é o senhor absoluto, uma imensa quantidade de ocupações frívolas e supérfluas se multiplicam, destinando-se apenas a manter o luxo e os prazeres desonestos”.

Thomas More (em: *A Utopia*)

RESUMO

Partindo-se da evidência segundo a qual persiste todo um panorama de relação entre valorização-desvalorização dos indivíduos em função do tipo de ofício desempenhado e a capacidade de consumo distintivo como meio de ressaltar a condição social, tomamos o ímpeto de avaliar estes processos na sociedade escravista brasileira. Sob a vigência do regime escravista, a ação e o espectro de suas implicações eram abrangentes, afetando a dimensão de reconhecimento e valoração das atividades empreendidas na produção direta, uma vez que os ofícios manuais estavam associados a um pejorativo estado de submissão e desvalorização social de seu realizador. Impregnados por estigmas simbólicos que tendiam a impingir um degradante grau de vexame social, estes ofícios e atividades eram evitados por indivíduos livres porque estavam associados ao degradante estado da condição cativa de existência. Além de contaminar determinados ofícios mecânicos com o aviltamento associado ao trabalho escravo e seu emprego em tais atividades, a mentalidade predominante acabou por ressaltar a isenção de tais ofícios como meio de diferenciação. Como maneira mais ressaltada de demonstrar um privilegiado estado de subsistência e status, indivíduos que orbitavam entre meios mais abastados ou mesmo que dispunham de condições apenas suficientes para escapar de tal condição subalterna acorriam a meios capazes de anunciar e alardear sua situação seja no emprego de tempo e esforço em atividades intocadas por tal mácula. Tomando-se ainda o consumo como fator distintivo, evidencia-se que a capacidade de dispor de meios materiais suficientes para o dispêndio em bens que agregam valores simbólicos honoríficos era algo amplamente perseguido por quem pretendesse indicar um efetivo ou suposto estado de reconhecimento social. A ambientação deste estudo na cidade do Recife no período de governo de Francisco do Rêgo Barros, então Barão da Boa Vista (1837-1844), encontramos, considerando a possibilidade documental, um apelo para o fato de que em tais circunstâncias, além da condição depreciativa sobre o trabalho braçal persistiu um apelo pelo desejo e pelo projeto de modernização “civilizador” da cidade, considerando os moldes e perspectivas da elite local influenciados por modelos de civilidade europeus. Esta proposta reivindicava dotar a cidade de estruturas de convivência e fluência de maneirismos e hábitos presumivelmente renovados de civilização e requinte. Tal ambiente tornava mais propício o impulso pelo consumo honorífico e pelas maneiras e costumes que envergassem maiores apelos distintivos. Tomando como fontes a imprensa escrita através de artigos, notícias e anúncios, relatos de cronistas contemporâneos e documentação inventarial e testamentos, o estudo parte de aspectos contidos na obra *A teoria da classe ociosa*, de Thorstein Veblen, e busca avaliar o emprego do consumo e da isenção relativa ao trabalho manual na capital pernambucana em um período tido como áureo de desenvolvimento da província em termos produtivos, políticos e também em termos de sua vida sócio-cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho manual, consumo honorífico, escravidão, Governo Rêgo Barros, civilidade, status social.

ABSTRACT

Based on the evidence which persists throughout there is an overview of the relationship between valuation-devaluation of individuals depending on the type of trade performance and consumption capacity of distinctiveness as a means of emphasizing the social condition. This process can be evaluated in the slavery society constituted in Brazil since colonial development. Under the term of the slavery system and its implications, the extent of recognition and evaluation of activities undertaken in direct production because the manual trades were associated with a pejorative state of subjugation and devaluation of the individuals. Impregnated by that symbolic stigma tended to foist a degrading degree of social opprobrium, several crafts and activities were prevented by free individuals because they were associated with the degrading state of the captive condition of existence. Certain productive mechanical trades and jobs were degraded and associated with the slavery labor and the execution of those activities could indicate a social humiliation, so the predominant mindset eventually emphasize the exemption of such crafts as a means of differentiation. Free individuals in a slavery society seek differentiate themselves from the captive workers performing jobs that do not involve the degrading level of the slave condition. Those individuals avoid the manual offices and seek to demonstrate their privileged situation living a full-time of activities untouched by the taint of the productive jobs. The consumption is still as distinctive factor because the ability to have sufficient material resources for expenditure on assets that add value was something symbolic honorary widely persecuted by those who wish to indicate a real or supposed state of social recognition. All of those demonstrative situations were usual in Brazilian slavery society and the ambiance of this study in the city of Recife in the government of Francisco do Rego Barros, as known as Baron of Boa Vista (1837-1844). During these period, the official discourse proclaimed the idea of progress as a way of implementing the rigors of modern civility. A policy of a large program of public buildings were implemented and also the customs and daily life became objet of the government rules. In such circumstances persisted an appeal by the desire and the modernization project of "civilizing" of the city, considering the ways and prospects of the local elite influenced by European models of civility. Taking as sources several press articles, news and announcements, reports and documentation of contemporary chroniclers and also testaments, this present study take as influence aspects of bases discussed by Thorstein Veblen in his book titled *The Teory of Leisure Class*.

KEYWORDS: manual offices, honorific consumption, slavery, Rego Barros government, civility, social status

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
1- “OS VAPORES DA INDOLÊNCIA” E A DEPRECIAÇÃO DO TRABALHO SOB O REGIME ESCRAVISTA	26
1.1 - Aversão ao trabalho manual	26
1.2 - Os vapores da indolência	33
1.3 - Trabalho: “coisa de negro”	38
2- RECIFE: ENTRE TRANSFORMAÇÕES E APARÊNCIAS	56
2.1 - Rêgo Barros e a modernização nas aparências	56
2.2 - Improdutividade trabalhosa	75
2.3 - Civilidade e distinção	93
3- DIFERENÇAS VISÍVEIS: CONSUMO E DISTINÇÃO	103
3.1 - Luxo e consumo dignificante	103
3.2 - Status, distinção e ostentação na sociedade escravista	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	135

INTRODUÇÃO

“O trabalho enobrece o homem”: este ditado tão enaltecido, esta frase de efeito repetida orgulhosamente, ressalta a capacidade que tem o trabalho de engrandecer o indivíduo em muitos de seus mais pronunciados valores. Então além de prover as condições materiais de subsistência, o trabalho contemplaria também a dignidade do trabalhador e se converteria numa verdadeira e orgulhosa dádiva por ele desfrutada, uma dádiva que transforma a natureza e gera riquezas – ainda que estas riquezas sejam por vezes desfrutadas por outrem.

Esta lógica floreada de dignidade do trabalho é, para alguém como Bertrand Russell, uma mera ilusão convenientemente orquestrada e empregada para ludibriar os trabalhadores ao longo de várias gerações. Uma ilusão patrocinada pelas elites, pois estabelecer este tipo de percepção serviu exatamente para aplacar os pobres, isto é, foram os ricos quem pregaram o discurso da dignidade do trabalho para os pobres “enquanto tratavam de se manter indignos a respeito do mesmo assunto”.¹ Tudo isso levou o filósofo a concluir, portanto, que o trabalho enobrece, mas que os nobres não trabalhavam – ou pelo menos não realizavam a mesma natureza de trabalho a qual se dedicam os pobres. Então emerge daí uma distinção das atividades desempenhadas pelas classes sociais dentro de um panorama no qual, apesar do discurso tão em voga sobre a honradez do trabalho, o exercício de certos trabalhos foi se tornando elemento capaz de macular quem o desempenhasse, sobretudo em um contexto social no qual prevalecesse a distinção entre os indivíduos, distinção essa relativa à estratificação.

Ao longo do desenvolvimento da própria Civilização Ocidental, o trabalho teve sua condição afetada negativamente e já no pensamento grego uma percepção degenerativa a este respeito foi construída. Neste sentido, como ressalta Luiz Antonio Cunha, ainda na mentalidade grega, “o escravagismo acabou por fundar a separação entre a contemplação e a

¹ RUSSELL, Bertrand. **O elogio ao ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002, p. 31.

ação”², o que, por sua vez, reforçou o sentido de sub-valorização do trabalho presente em atividades nas quais prevalecesse a ação física.³ No bojo desta situação, como verifica Domenico Losurdo, avaliando o pensamento de Aristóteles, “a demarcação entre dominadores e dominados coincide com aquela entre beneficiários do *otium* e aqueles que são obrigados a uma vida de labuta e privações”.⁴ Por esse tipo de entendimento, esta mentalidade estabelecida nos preceitos ocidentais contribuiu para reforçar a noção de que o trabalho se associava à condição desigual de convivência entre os estratos sociais. Aqueles que se submetiam ao trabalho extenuante se afastavam dos mais elevados patamares da vida em sociedade, sendo sujeitos ao domínio por parte de quem exercia as prerrogativas amparadas nos privilégios que a condição da superioridade eram capazes de manter.

Ricos e pobres, abastados e deserdados: estas dicotomias características dos processos de estratificação social são bastante evidentes, embora a complexidade da separação da sociedade entre classes não esteja restrita a uma conformação binária e polarizada tão demarcada como esta, que opõe os membros da sociedade em dois grupos divididos por aspectos formais específicos pertinentes a cada um deles. A instauração da estratificação é um processo longo, antigo e variável, onde, contudo, de acordo com o que o sociólogo Melvin Tumin sugere, o fato de ser o fenômeno da estratificação perceptível em diversas sociedades é um indicador de que entre elas há um conjunto de aspectos universais em suas estruturas que criaram as desigualdades.⁵ A diferenciação social se dá através dos mais variados meios e dentro dela podem-se encontrar parâmetros e formas de identificar os indivíduos de acordo com sua posição na escala da separação estratificada.

Há aquelas atividades que possuem um caráter mais operacional e físico, atividades que Veblen classificou como *industriais* e que Bertrand Russel considerava como um tipo de trabalho que “modifica a posição dos corpos na superfície da Terra ou perto dela”.⁶ Estes

² CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: UNESP, 2000. p. 9.

³ Neste sentido, a própria dimensão conceitual contribuiu para a desvalorização do trabalho, uma vez que, como continua lembrando Cunha, “o conceito de *labor* foi substituído pelo de trabalho, expressão derivada de *tripalium*, uma espécie de canga que se punha em bois para propiciar tração de carga. Em sentido figurado, a expressão designava um instrumento de tortura feito de três paus, como aquele equipamento”. (CUNHA, *op. cit.* pp. 9-10).

⁴ LOSURDO, Domenico. **Hegel, Marx e a tradição liberal: liberdade, igualdade, Estado**. São Paulo: Editora UNESP, 1998. p. 209.

⁵ TUMIN, Melvin M. **Estratificação social: as formas e funções da desigualdade**. São Paulo: Pioneira, 1979.

⁶ *Idem, ibidem*, p. 25.

trabalhos físicos, repetitivos e corriqueiros, trabalhos que não exprimem proeza ou imponência são executados pelos pobres, a maioria da massa trabalhadora. O segundo tipo é “o que manda que outras pessoas façam o primeiro”,⁷ trabalhos que abrangem atividades governamentais, militares, religiosas, de controle e exploração de propriedades e até desportivas, atividades que se destacam e se distinguem dos trabalhos físicos ordinários. O segundo tipo das atividades é encarado como sendo composto por ofícios nobres, dignos, escapam à vulgaridade própria das atividades industriais mesmo com a pregação de que “o trabalho enobrece”. E não é casualidade que o primeiro tipo de trabalho seja “desagradável e mal pago” enquanto o segundo seja “agradável e muito bem pago”, como mais uma vez distingue Bertrand Russell.⁸ Esta distinção é muito bem difundida tanto entre a elite quanto entre a classe trabalhadora, contudo essa observação tem um encadeamento que remonta ao próprio processo de afirmação das diferenciações dos homens em classes distintas no convívio social.

Avaliando a natureza e desenvolvimento dos processos de estratificação e diferenciação social, comungam muitos sociólogos da noção de que as classes se intensificam “a partir de diferentes posições ou papéis que os indivíduos desenvolvem no esquema de uma sociedade”.⁹ Esta diferenciação de papéis possui seus desdobramentos evidentes sobre as perspectivas relativas ao *status* social que cabe a diferentes tipos de atividades laborativas, como se evidencia a partir da observação de que enquanto a uma parcela da sociedade estratificada coube o exercício das atividades de caráter direta e objetivamente produtivo, a uma outra parcela coube o desempenho das atividades meritórias relativas ao governo, à guerra e aos ritos religiosos.

Desta diferenciação derivou a contradição entre o trabalho físico e o trabalho intelectual. Para Friedrich Engels tal contradição é um fenômeno resultante do processo de divisão da sociedade em classes,¹⁰ tese também defendida por Thorstein Veblen, que acrescentou a noção de que uma diferenciação fundamental entre classe trabalhadora e classe ociosa foi estabelecida juntamente com o advento da propriedade privada, sendo ambos os

⁷ *Idem, ibidem.*

⁸ *Idem.*

⁹ TUMIN, Melvin M. *Op.cit.*, p. 17.

¹⁰ ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

fenômenos parte de um mesmo conjunto de *forças econômicas*.¹¹ Portanto, a classe ociosa, dentro do entendimento de Veblen, seria o produto de uma discriminação entre funções desempenhadas – uma diferenciação relativa à divisão social do trabalho – e esta discriminação diz respeito à percepção de dignidade e indignidade patentes às atividades realizadas pelos indivíduos das distintas classes sociais: “enquanto as funções dignas são aquelas em que intervém um elemento de proeza; as funções indignas são as diárias e rotineiras em que nenhum elemento espetacular existe”.¹²

Em sua análise sobre a classe ociosa, Veblen considera e emprega a noção de ócio não como sinônimo de indolência ou indisposição, mas como o emprego de tempo – e também de esforço – em atividades não-produtivas amparadas no sentimento de indignidade do trabalho produtivo e na necessidade de demonstração da capacidade pecuniária de se viver uma vida inativa.¹³ Uma questão problemática, contudo advém desta observação, pois Veblen consagra a categorização de classe de maneira indistinta aos variados aspectos concernentes à variedade do próprio processo de diferenciação da sociedade em níveis hierarquizados em escala. Sua abrangência ao indicar a dimensão de classe ociosa parece ser estanque e universal, aplicável indistintamente em períodos e sociedades diferentes.

A busca pelo distanciamento das atividades produtivas manuais revestiu-se de um verdadeiro sentido ritualístico que reforçou o senso de desvalorização do trabalho e o escravismo acentuou ainda mais a sua degradação porque adicionou a noção de que “o trabalho se associa, nos hábitos de pensamento dos homens, à fraqueza e à sujeição a um senhor”,¹⁴ portanto, o trabalho manual passou a ser compreendido como atividade indigna para um homem livre e, sendo assim, a necessidade de demonstrar a capacidade ou a possibilidade de se ver isento da obrigação de sujeição ao exercício dos ofícios e trabalhos físicos, para um indivíduo que integrasse a classe ociosa definida por Veblen, passou a ser encarada como meio e requisito de dignificação e distinção social.

¹¹ VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965

¹² *Ibidem*, p. 25.

¹³ *Ibidem*, p. 54.

¹⁴ *Ibidem*, p. 48.

As formas de manifestação social de distinção, segundo Veblen, são expressas através dos hábitos adotados pela classe ociosa e o comportamento característico desta elite procura provar que em seu cotidiano a prática vulgar das atividades vis relativas ao trabalho produtivo não está presente de maneira direta. O porte respeitável do padrão de vida da classe ociosa leva em conta os seus hábitos de consumo e seus parâmetros de gosto, estética e comportamento como requisitos de identificação próprios desta classe. Desenvolve-se então um processo de *encapsulação* no qual a classe ociosa se distingue da grande maioria dos integrantes da sociedade.¹⁵ Exemplificando o isolamento distintivo da classe ociosa, Richard Conniff afirma que “quando efetivamente optam por ser vistos pelas pessoas comuns, os ricos tendem a despertar reverência e subserviência, como se fossem sobre-humanos”.¹⁶ Mas tal confronto honorífico entre classes nem sempre é necessário por parte dos integrantes das mais afortunadas camadas sociais, que por vezes preferem limitar sua platéia. Veblen advertiu que determinados hábitos ou dispêndios elitistas são tão exclusivos que só possuem efeito honorífico internamente, sendo reconhecidos apenas entre os integrantes deste círculo.¹⁷

Norbert Elias vislumbrou que determinados hábitos adotados pela elite são desempenhados como uma forma de coação interna da própria classe, pois o sentido de “pertencimento” depende do cumprimento de determinadas obrigações exigidas.¹⁸ Elias apontou que Veblen não conseguiu perceber os mecanismos coercitivos que estariam por trás do consumo de prestígio e acrescentou a noção de que uma concorrência de consumo em busca de status era realizada sob a pressão de uma forte rivalidade social. Sua crítica a Veblen dirigia-se ao fato de que o autor da obra *A teoria da classe ociosa* havia sido “ofuscado pelo uso, sem a devida crítica, de valorações burguesas como parâmetro para os comportamentos econômicos de uma outra sociedade (...) com isso, ele obstrui o caminho para uma análise sociológica do consumo de prestígio”.¹⁹ De qualquer modo, tomando o consumo ostensivo como fator de diferenciação, podemos percebê-lo como elemento distintivo da elite

¹⁵ Chama-se a atenção para o fato de que estudos em Sociologia apontam para a constatação de que há estratos da mesma sociedade que possuem diferenças tão acentuadas quanto as diferenças entre sociedades distintas (REAL INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DA GRÃ-BRETANHA E DA IRLANDA, 1973, p. 47).

¹⁶ CONNIFF, Ricard. **História Natural dos ricos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 37.

¹⁷ Dentre os elementos conceituais que Veblen empregou para analisar os hábitos honoríficos e distintivos da classe ociosa estão as suas noções de *consumo conspícuo*, *ócio conspícuo* e, neste caso, o processo por ele identificado como *emulação pecuniária*, que consiste numa competição honorífica pela distinção e reconhecimento social empreendida pelos participantes da classe ociosa.

¹⁸ ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte**. 2 v. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

¹⁹ *Ibidem*, p. 86.

consumidora de uma forma tão evidente quanto a separação entre as funções laborativas que caracterizam os indivíduos das diferentes classes sociais.

Foi estudando a afirmação da civilização ocidental e considerando que o processo civilizador “constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica”²⁰ que Elias concebeu que durante este processo foram sendo instituídas práticas sociais e culturais que adequavam a conduta dos indivíduos às novas contingências da civilidade. Este foi um processo longo e sua abrangência afetou diversos aspectos da vida cotidiana, ocorrendo de tal maneira que “nada na história indica que essa mudança tenha sido realizada *racionalmente*, através de qualquer educação intencional de pessoas isoladas ou de grupos”.²¹ Foi, portanto, um processo socialmente estabelecido no qual, segundo Elias, “a coisa aconteceu, de maneira geral, sem planejamento algum, mas nem por isso sem um tipo específico de ordem”.²²

Sob esta vazante civilizadora, as atitudes passaram por verdadeiras modelações. A civilidade foi impondo cerceamentos a muitos dos gestos praticados pelos indivíduos e foi assumindo sobre suas condutas uma série de normatizações. O homem civilizado contava então com todo um aparato de regras e limites a serem obedecidos. Seu trato à mesa, sua higiene pessoal, as maneiras de lidar com seus semelhantes – a cortesia – e ainda os rígidos parâmetros de autocontrole dos impulsos e emoções foram objetos da ação civilizadora sobre os costumes. A observância de tais parâmetros passou a ser requisito indispensável, imprescindível para estabelecer as vinculações dos indivíduos aos grupos que passaram a integrar.

Como há diferenciações de posições entre os indivíduos nas sociedades, há também diferenciações em seus hábitos. Entre os *estabelecidos* e os *outsiders*²³ há uma série de aspectos diferenciais e diferenciadores. As normas da civilidade estão nesta relação, pois

²⁰ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Formação do Estado e civilização.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. 2, p. 193.

²¹ *Idem, ibidem.*

²² *Idem, ibidem.*

²³ Esta categorização que Norbert Elias qualifica como “figuração estabelecidos-ousiders”, exprime que há uma nítida distinção entre os indivíduos que integram as sociedades. Os estabelecidos (*established*) possuem identidade de grupo que se autopercebe como detentor de uma série de virtudes e posições que o coloca em situação de privilégio; enquanto os *outsiders*, ao contrário, nem mesmo constituem um grupo social e estão fora da “boa sociedade”, sofrendo ainda a inferiorização propagada pela elite de estabelecidos. (ELIAS, Norbet. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000).

sendo elas requisitos a serem respeitados, sobretudo por parte dos estabelecidos, atuam de maneira a fortalecer o seu circuito de distinção. Pertencer aos grupos de dominantes requer a submissão aos requisitos de conduta e costume necessários e exigidos, pois, como atentara Norbert Elias:

Os grupos dominantes com uma elevada superioridade de forças atribuem a si mesmos, como coletividades, e também àqueles que os integram, como famílias e indivíduos, um carisma grupal característico. Todos que estão inseridos neles participam deste carisma. Porém têm que pagar um preço. A participação na superioridade de um grupo e em seu carisma grupal singular é, por assim dizer, a recompensa pela submissão às normas específicas do grupo.²⁴

Esta noção dá idéia da necessidade de respeito às exigências impostas aos indivíduos dos grupos de estabelecidos, por outro lado, Elias indica que os *outsiders* não estão subjugados aos mesmos padrões de normas e restrições e tampouco são submetidos ao mesmo tipo de prescrição de exigências. Eles são anômicos, não cumprem com normas desta natureza porque não estão submetidos a elas. Contudo, sobre os *outsiders* recaem os estigmas da inferiorização. Segue-se Elias considerando que:

Os sintomas de inferioridade humana que os grupos estabelecidos muito poderosos mais tendem a identificar nos grupos de baixo poder e que servem a seus membros como justificação de seu *status* elevado e prova de seu valor superior costumam ser gerados nos membros do grupo inferior – inferior em termos de sua relação de forças – pelas próprias condições de sua posição de *outsiders* e pela humilhação e opressão que lhes são concomitantes.²⁵

Como avalia Peter Burke em um texto abrangente sobre a história cultural, os estudos empreendidos que tratam da cultura material estão cada vez mais em voga por parte dos historiadores, que passaram a tratar dos aspectos simbólicos do consumo e dos bens. Mas

²⁴ *Idem, ibidem*, p. 26.

²⁵ *Idem, ibidem*, p. 28.

adverte Burke que o estudo da *civilização material* – recorrendo à expressão de Fernand Braudel²⁶ – requer uma série de cuidados, pois

a maioria dos estudos sobre cultura material enfatiza o clássico trio de temas – alimentos, vestuário e habitação – e muitas vezes focaliza a história do consumo e o lugar da imaginação, explorado pela publicidade, no estímulo ao desejo por bens. A relação entre a “cultura do consumidor” de hoje e o interesse pelo consumo passado é óbvia, mas os historiadores desse campo geralmente estão bem conscientes dos perigos do anacronismo.²⁷

Sabendo-se que “vida material são homens e coisas, coisas e homens”,²⁸ buscaremos em nosso estudo tentar abordar o consumo e os bens numa perspectiva distinta da historiografia econômica que estuda a produção e os bens com uma outra ótica, tratando de sua distribuição conforme os aspectos de renda e estratificação sem tecer considerações que parem além do universo estritamente material e mensurável em dados numéricos e quantitativos. Por este caminho, concordamos com a afirmação de Everaldo Rocha, que em sua apresentação à obra *O mundo dos bens*, de Mary Douglas e Baron Isherwood, esclarece que, em se tratando de bens,

estudar *produção* significa privilegiar a razão prática, o evolucionismo economicista, a Revolução Industrial, caminhando em território sólido, estável, seguro e, moralmente, confortável. Estudar *consumo* significa, em certo sentido, privilegiar a cultura, o simbólico, experimentando a relatividade dos valores e a instabilidade nela implícita.²⁹

Avaliando o estudo do consumo entre os séculos XVII e XIX, o historiador francês Daniel Roche argumenta que a noção emprestada dos pré-historiadores e antropólogos sobre cultura material “também permite aos historiadores de qualquer período e de qualquer área cultural relacionar um conjunto de fatos marginais em relação ao essencial, o político, o

²⁶ “As civilizações criam, com efeito, vínculos, isto é, uma ordem, entre milhares de bens culturais efetivamente heteróclitos, à primeira vista como que estranhos uns aos outros, desde que os relevam da espiritualidade e da inteligência até objetos da vida cotidiana” (BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV a XVIII**. v. 1: São Paulo: Martins Fontes, 1997).

²⁷ BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 91.

²⁸ BRAUDEL, F. *Op cit.*, p. 19.

²⁹ ROCHA, Everaldo. Apresentação. In: DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004. p. 13.

religioso, o social, o econômico”³⁰ e desta relação de análises podem-se estudar as “respostas dadas pelos homens às sujeições dos meios onde eles vivem”.³¹ Tais sujeições provocam “reações a adaptações diversas através das quais o natural se revela fundamentalmente cultural, necessidades e desejos representados por objetos e valores”.³² Transpondo então a relação de produção e consumo para um plano além da dicotomia entre infra e superestrutura, Roche considera que

os objetos, as relações físicas ou humanas que eles criam não podem se reduzir a uma simples materialidade, nem a simples instrumentos de comunicação ou distinção social. Eles não pertencem apenas ao porão ou ao sótão, ou então simultaneamente aos dois, e devemos recolocá-los em redes de abstração e sensibilidade essenciais à compreensão dos fatos sociais.³³

Estudar as relações entre trabalho produtivo e isenção de seu desempenho e os hábitos honoríficos de consumo como fatores característicos de uma esfera ou grupo privilegiado na sociedade remete a uma óbvia e obrigatória referência ao trabalho desenvolvido por Thorstein Veblen, pois muitos dos aspectos conceituais por ele desenvolvidos nos serão úteis ao abordar os praticantes dos meios distintivos concentrados nos apelos de depreciação ao trabalho produtivo e aos empregos dos aspectos visíveis de diferenciação na sociedade brasileira em tempos da escravidão, mas ao fazer referência sobre a este indivíduos não podemos deixar de conceber a noção, advertida por Eric Hobsbawm, de que “classe não define um grupo de pessoas em isolamento, mas um sistema de relações, tanto verticais quanto horizontais”,³⁴ e que “a pesquisa sobre classe deve portanto envolver o resto da sociedade da qual ela é parte”³⁵ e, sendo assim, “os estudos sobre classes, a menos que se limitem a um aspecto deliberadamente restrito e parcial, são análises da sociedade”.³⁶ Complementarmente, Norbert Elias apresenta-nos percepções que aprimorarão nossa análise quanto a formulações relativas ao entendimento da elite ociosa como *formação social* dotada de aspectos próprios que a qualificam como tal e onde “as interdependências existentes entre os sujeitos ou os grupos se

³⁰ ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII - XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 12.

³¹ *Ibidem*.

³² *Ibidem*, p. 13.

³³ *Ibidem*.

³⁴ HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 99.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ *Ibidem*.

distribuem em séries de antagonismos, instáveis, móveis, equilibrados, que são a própria condição de sua possível reprodução”.³⁷ A este respeito Pierre Bourdieu considerou que uma classe não pode ser nunca definida apenas em termos de sua posição na estrutura social, argumentando que os indivíduos da elite estabelecem relações simbólicas com aqueles que integram outras classes, possibilitando que sejam estabelecidas e ressaltadas uma variada gama de diferenças.³⁸

Diante destas discussões, propomos um estudo sobre a desvalorização do trabalho mecânico e o consumo em uma dimensão de diferenciação, tendo como ambiente o Recife durante a vigência do governo provincial chefiado por Francisco do Rêgo Barros entre 1837 e 1844. Neste período prevaleceu um espírito de contradições entre um estado de insatisfação ressaltado pelos ecos de movimentos de convulsão rebelde que ainda pairavam enquanto a província experimentava um governo tido como modernizador – isto tudo sem deixar de vislumbrar que a modernização pretendida por Rêgo Barros foi projetada numa sociedade escravista, patriarcal e assinalada por variados hábitos distintivos.

Importante centro urbano do Império Brasileiro, Recife era um cenário dos mais notáveis para a encenação deste espetáculo de opulência e contradição. Nas ruas onde vagavam elegância de senhoras e senhores de porte fidalgo também circulavam negros de ganho carregando fardos e uma outra legião de trabalhadores livres de poucas ou quase nenhuma posse. Trajes, habitações e requintes de consumo eram variáveis em relação aos diferentes níveis de condição que separavam a população urbana de Recife. Era um fenômeno alimentado pelo processo de crescente urbanização, afinal, “a vida urbana se modificava, estava cada vez mais distante daquela fisionomia fixada nas gravuras de Rugendas e Debret”.³⁹

A cidade recebia relevantes intervenções modernizantes edificadas através das obras públicas que modificavam as suas feições urbanas ao mesmo tempo em que eram incentivadas, conforme ressalta Isabel Concessa Arrais, certas transformações sociais

³⁷ CHARTIER, Roger. Prefácio. In: ELIAS, Norbert. *Op. cit.* p. 14.

³⁸ Cf. BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

³⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 83.

presentes no modo de vida de seus habitantes mais privilegiados, uma vez que “o interesse pelas atividades sociais vai-se intensificando e surgem novas formas de sociabilidade”.⁴⁰

Nosso interesse em reportar o período leva em conta, além da possibilidade documental, o fato de que este foi um contexto no qual se conheceu uma forte preocupação com a perseguição a um ideal de sociabilidade que se aproximasse daquilo que se verificava em terras européias. A modernização física da cidade exigia uma modernização nos hábitos de seus moradores, contudo, esta proposta esbarrava nas condições que se faziam presentes em função da estrutura da sociedade escravista e de seus valores.

Mesmo com a ascensão das *liberal professions*, que sofisticaram a relação entre trabalho físico (ofícios e atividades desempenhados pela classe trabalhadora) e o trabalho intelectual (atividades cujo desempenho era característico de uma elite constituída) como formas de diferenciação de atributos concernentes aos indivíduos esta sociedade continuava marcada pela pecha escravista e continuava enxergando no trabalho manual elementos aviltantes próprios da condição escrava. Ao mesmo tempo, a sociedade de consumo que se conheceu na época também intensificava-se e cidades como o Recife demandavam artigos de consumo dos mais variados e extravagantes. Um comércio especializado e luxuoso era praticado para atender um público consumidor que necessitava dos apetrechos distintivos cuja aquisição era de capital importância como sinalização de status e prestígio social ou por sua utilidade emblemática.

Localizamos uma amostragem de habitantes recifenses que não tiveram suas atividades diretamente condicionadas ao emprego de força física, ou seja, que não dedicavam-se aos ofícios manuais. Através de registros testamentais e inventariais produzidos entre um intervalo de mais quarenta anos (entre 1835 e 1870) pudemos perceber a relação entre tais indivíduos, seus bens e suas condições materiais e sociais de vida. Posteriormente distribuídos entre décadas para efeito de organização em base cronológica e feitura de lotes, este

⁴⁰ ARRAIS, Maria Concessa. **O Teatro de Santa Isabel**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000. pp. 10-11.

documentos foram sendo descobertos em meio a um acervo de enorme monta sob os auspícios do Tribunal de Justiça de Pernambuco, particularmente em seu Arquivo Geral.⁴¹

Ao todo, o material levantado que compreende o período de 1837 e 1844 perfaz um lote de 121 testamentos, que confere uma possibilidade de averiguar dados ilustrativos sobre o contexto no qual foram produzidos, embora sejam mais rarefeitos os documentos produzidos nos três primeiros anos do intervalo (23 testamentos, correspondendo a cerca de 20% do lote). Os testadores e inventariados constantes em nosso acervo documental também não constituem um aglomerado absolutamente homogêneo de proprietários de bens, uma vez que dentro das próprias faixas sociais as quais pertencem há variações.

Vemos, em regra, indivíduos que residiam em imóveis de sua propriedade e que possuíam bens pessoais, reservas em dinheiro e serviçais ou escravos sob suas ordens em variação conforme o grau de opulência notado entre estes indivíduos. Estes proprietários percorrem uma variedade que abarca desde aqueles que possuíam bens que assegurassem um nível de subsistência material suficiente para mantê-los afastados da pobreza caracterizada pelas privações mais básicas e elementares, assegurando a estes uma condição de vida razoavelmente confortável. Contudo, localizamos ainda indivíduos bem mais servidos materialmente, embora não tenhamos trabalhado diretamente com registros de grandes proprietários rurais cujas residências estavam firmadas em suas propriedades no interior da província, pois a documentação nos indica que os testadores geralmente eram indivíduos ambientados na cidade, que possuíam na capital sua base de atividade e residência (com efeito, a fonte de tais testamentos e inventários é precisamente o Juízo do Cível ou da Provedoria da comarca de Recife).

Também há variações relativas as atividades identificadas entre tais indivíduos. Encontramos profissionais liberais, como médicos e bacharéis (totalizando 34 testamentos), além de militares (12 testamentos), clérigos (5 testamentos), negociantes (17 testamentos),

⁴¹ Até o momento de desenvolvimento deste levantamento, o acervo não estava composto por lotes numerados e identificados, contando-se com o agravante de que estes documentos estavam ainda em fase de localização em meio à dispersão à qual estava submetida uma enorme quantidade de documentos. Acrescente-se à dificuldade de identificação o fato de que esta documentação encontrava-se em situação incerta em relação à sua própria estadia sobre os cuidados da unidade dentro da estrutura do TJPE, uma vez que podiam estar sujeitos a uma remoção para uma outra unidade de suporte para acondicionamento documental, o Memorial do Tribunal de Justiça. Estas dificuldades relatadas implicaram no fato de que as referências feitas aos documentos citados não contarão com a precisão ideal que também serviria para orientação futura de novas consultas a estes documentos.

viúvas detentoras de vultosas posses possivelmente legadas por conjugues ou parentes abastados (18 testamentos) e ainda pessoas que apenas indicaram a si mesmas como “proprietárias”, não aludindo ou especificando suas atividades ou ofícios de forma direta (35 testamentos). Por esta amostragem não se pode ter uma dimensão panorâmica da sociedade, pois estes documentos dizem respeito a indivíduos que, possuidores de bens e de legados materiais, não estavam aferrados aos patamares mais precários de subsistência da mais expressiva parte da população citadina. Isto além de não estarem submetidos aos rigores contaminados da vergonha escravista ligada ao exercício dos mais indigentes ofícios e ocupações desprestigiadas e destituídas de reconhecimento e aceitação como valorosas para quem as desempenhassem. Certamente havia dentre os oficiais mecânicos aqueles que obtiveram condições de acumular bens e até a construir algum patrimônio de vulto, contudo tais exemplos não constam da amostragem tomada para o período pelo fato de não terem sido localizados documentos que registrem tal condição, embora seja possível aventar que dentre aqueles que optaram pela omissão de suas ocupações alguns tenham dedicado sua subsistência a algum ofício mecânico, embora em condições mais vantajosas que a maioria dos indivíduos que tiveram suas forças e energias físicas empregadas diretamente na produção, seja em caráter livre ou sob as condições do regime escravo.

Visando cumprir nossa proposta, no presente trabalho buscamos distribuir apreciações em torno de aspectos básicos. Neste sentido, o foco apresentado no primeiro capítulo tem como propósito verificar a presença do sentido de desvalorização do trabalho no Brasil como fator agravado pela escravidão e pela influência deste mesmo sentido através da mentalidade que se impôs no Brasil desde a colonização portuguesa que destituía do exercício de ofícios manuais qualidades que pudessem ser edificantes para aquele que os executassem. A abordagem privilegiada pelo segundo capítulo procura focalizar a cidade do Recife no ambiente de vigência do governo de Rêgo Barros e também busca verificar a presença do sentimento de distinção contido na isenção em relação aos ofícios manuais e aos hábitos da parcela da sociedade que cuidava em manter-se intocada da mácula contaminadora contida no exercício do trabalho, sendo estes apelos relacionados ao sentido de civilização que se pretendia atingir. No terceiro capítulo, o consumo honorífico terá destaque como elemento discutido como fator relacionado ao processo de valorização e como elemento de distinção social, uma vez que, através de objetos emblemáticos, os consumidores que buscavam se

diferenciar encontravam um apelo imediato que patenteava aos olhares alheios uma imagem de respeitabilidade socialmente valorizada, sobretudo num meio que privilegiava as aparências.

Esta sociedade de aparências que desfilava em meio ao controvertido contexto no qual figurava a exploração da mão-de-obra escrava, buscava se desvencilhar de contaminações morais que a miséria lhe parecia conter, deste modo, os apelos distintivos eram ainda mais requeridos e mais necessários. O processo de tentativa de modernização superficial e cosmética que se efetuou na cidade do Recife não atingiu as bases desta mentalidade agravada pelo escravismo, ao contrário, ela tornou o ambiente da desigualdade ainda mais paradoxal e grotesco, onde a teatralização dos hábitos e costumes aparecia de forma alegórica como retrato do processo de desigualdade presente na sociedade escravista brasileira.

CAPÍTULO I

“OS VAPORES DA INDOLÊNCIA” E A DEPRECIAÇÃO DO TRABALHO SOB O REGIME ESCRAVISTA

O brasileiro ocioso levanta-se ao nascer do Sol, não tem toilette a fazer porque não despe a roupa; fica de ceroulas a fumar junto à porta que só deixa para ir embalar-se na rede. Estende vagamente o braço para receber a sua magra ração de farinha de mandioca. Perguntai-lhe onde mora seu vizinho e não saberá dizê-lo. Falar fastiga-o tanto quanto pensar. [L. F. de Tollerare, Notas Dominicais, 1956]

1.1 – Aversão ao trabalho manual

No berço esplêndido onde se constituíram as possessões lusitanas nas Américas, com seu clima tropical que muitos acreditavam convidar e estimular a indolência do corpo, fixou-se uma sociedade escravista. Os portugueses tinham um verdadeiro mundo para construir no Brasil e tamanha empreitada requeria enormes esforços e trabalho. Era muito trabalho para pouco português, uma vez que além-mar, em Portugal, não havia mão-de-obra suficiente, pois a própria população lusitana não era bastante numerosa. Tampouco prevalecia um alargado sentimento de apego à toda sorte de encargos que demandassem o laborioso esforço contido em ofícios cuja característica fundamental consistia em desprender força física, de tal sorte que os trabalhos manuais eram tidos como ultrajantes e tendiam a provocar vexame público.

Sérgio Buarque de Holanda traz a respeito da constituição dos “Filhos d’algo” portugueses, que estes indivíduos se distribuía entre diversas categorias de trabalho,

havendo entre eles os notáveis nobres ociosos e também artífices executores de atividades produtivas manuais. Segundo o autor, não se conseguiu firmar em Portugal uma aristocracia fechada e além de uma distribuição que tinha relação a atividades e meios de vida, havia membros das famílias nobres em diversas condições de subsistência, isto é, havia fidalgos ricos e pobres e a estes últimos “eram negadas as honras enquanto viverem de trabalhos mecânicos”.⁴² A sociedade portuguesa que tanto atribuiu valor à presunção de fidalguia encarava, segundo Sérgio Buarque de Holanda, com “repulsa toda moral fundada no culto ao trabalho”.⁴³ Também é importante ressaltar dois princípios interessantes apresentados pelo autor de *Raízes do Brasil*: na constituição da índole portuguesa concorriam o “princípio aventureiro” e o “princípio trabalhador”. O princípio aventureiro enfatiza os fins a serem atingidos e o trabalhador, os meios. Pergunta-nos Buarque de Holanda, tentando chamar a atenção para uma identificação do princípio predominante no colonizador português:

E nossa ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos, de posições e riqueza fáceis, tão notoriamente características do povo de nossa terra, não é bem uma das manifestações mais cruas do espírito de aventura?⁴⁴

Este mesmo espírito de aventura, que transpõe os obstáculos mais prementes, possui seus aspectos negativos: a depreciação ao trabalho que não apresente compensação imediata e a indolência. Isto não implica dizer que há uma absoluta atitude de repelir por completo toda sorte de trabalho, contudo esta dimensão proposta do Buarque de Holanda indica que o tipo de trabalho empreendido centrava no imediato gosto pelo resultado seus esforços. Os portugueses se aventuraram a deixar sua terra e sua vida mais ou menos estruturada na Europa para tentar o sucesso explorando as terras selvagens da colônia, pois “o que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custasse ousadia, não riqueza que custasse trabalho”.⁴⁵

Como indicado por meio desta generalização, o desamor por parte dos portugueses em relação aos ofícios manuais era anterior à sua chegada em terras americanas. Atuando na agricultura, principal atividade portuguesa, os jornaleiros rurais, por exemplo, costumavam

⁴² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: José Olímpio Editora, 1948. p. 23.

⁴³ *Idem*, p. 27.

⁴⁴ *Idem*, p. 40.

⁴⁵ *Idem*, p. 46.

constituir uma profissão depreciada a tal ponto em que eram reconhecidos, em termos de profissão, como aquela “mais baixa na escala social, muito inferior, em importância, à de artesão ou trabalhador manual nos centros urbanos”, segundo observação de Afonso Arinos de Melo Franco.⁴⁶ Com o agravante da intensa exploração senhorial e da própria postura do poder real sobre os camponeses lusitanos, prossegue Melo Franco indicando que

não admira, portanto, que algum tempo antes da descoberta do Brasil, e apesar da legislação enérgica que a isso se opunha, o proletariado rural se esforçasse por melhorar de vida, abandonando o duro labor da terra e acorrendo, em massa, às cidades, onde vivia de vadiagem e caridade. Este fenômeno não era, aliás, peculiar a Portugal. Também se processava na mesma época em outros países, como, por exemplo, a Inglaterra. A novidade é que os antigos camponeses lusos, solicitados agora pela miragem das novas terras, atiravam-se às aventuras marítimas. E desde meados do século XV começava-se a reparar o êxodo dos campos mediante a introdução de negros da costa da África. Quando chegou ao Brasil, já o português praticava intensivamente a escravidão africana no seu próprio território.⁴⁷

A propósito da presença da escravidão em terras de Portugal alarmavam críticos que já no século XVI atribuíam ao escravismo uma série de mazelas que recaiam sobre o caráter e situação da sociedade portuguesa de então. Em *Casa-Grande e Senzala* Gilberto Freyre cita que eminentes figuras teciam severas e corrosivas considerações contra os males da escravidão sobre a vida portuguesa. Clenardo retratou sem piedade Portugal como uma sociedade que ele acreditava ser a mais preguiçosa de todas, feita por gente que não teria apego pelo trabalho e nem ainda interesse ou disposição para aprender qualquer ofício. A responsabilidades por este espírito de indolência, falta de disposição e desapego ao trabalho em Portugal se devia, conforme Clenardo, exatamente ao fato de que toda sorte de trabalho era realizada por escravos, que existiam em grande quantidade por lá.⁴⁸ Além deste problema, a carestia vivida pelos portugueses de então era também, de acordo com o mesmo crítico, fenômeno derivado do escravismo.

⁴⁶ MELO FRANCO, Afonso Arinos. **Desenvolvimento da civilização material no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005. p. 25.

⁴⁷ *Idem, ibidem*.

⁴⁸ *Idem*, pp. 300-301.

O gentil homem português não deixava de manter sua imagem de fausto da fidalguia preservada mesmo que sua situação de vida objetivamente não fosse capaz de bancar a realidade que o fingimento buscava provar. No século XVIII, o diplomata e estadista luso-brasileiro Alexandre de Gusmão, contrário ao regime escravista, assegurava que esta praga – a escravidão – tornou o português preguiçoso, lento e estéril, além de comprometer seriamente a saúde do Império Português, que já estava a “desfazer-se de podre”.⁴⁹

A visão de que o português era refratário em relação ao trabalho em tais considerações críticas sugere uma generalização, reforçada por mais uma observação feita por Afonso Arinos de Melo Franco de que o trabalhador português era “pouco amigo da terra” ainda que dela fosse retirada a mais significativa parcela da produção econômica de Portugal. O português, segundo esta visão generalizante, cumpria um esforço para libertar-se da terra, pois “veria sempre na atividade agrícola uma espécie de espera, uma ocupação forçada pelo fato de não ter ainda encontrado o que ele mais procurava: o ouro e as pedras”.⁵⁰

Dentro desta linha de abordagem sobre os colonizadores, se até mesmo por parte dos lusitanos oriundos de camadas menos privilegiadas ecoava um sentimento desestimulado em relação ao trabalho manual, apesar de sua importância para o processo de produção e para o grande empreendimento das transações marítimas, entre aqueles que estavam situados numa outra rede de relações e que integravam círculos mais abastados, o desgosto pelo labor físico era ainda mais acentuado. Para Gilberto Freyre, o caráter vultuoso de imponência e de nobreza destes portugueses, isentos da infâmia maculadora e do servilismo contidos no trabalho vulgar, se manifestava no porte de fidalguia e respeitabilidade por eles envergados, mesmo que fosse mantido de forma superficial e teatral. Freyre atribuiu à influência judaica o fato de ter ocorrido tamanho o horror do português ao trabalho manual, recorrência à escravidão e artificialização de demonstração e ostentação de riqueza.⁵¹ Além disso, Freyre também comparava os judeus a “aves de rapina”, contudo, independente desta discussão ou de sua percepção estereotipada, ele caracterizou de forma alegórica estes fidalgos falidos, ciosos

⁴⁹ *Idem.*

⁵⁰ MELO FRANCO, Afonso Arinos. *Op. cit.* p. 25.

⁵¹ *Idem*, p. 293.

de sua imagem de imaculada nobreza, envolvidos naquilo que o sociólogo entenderia como um hábito lusitano – o espírito de superioridade.⁵²

Tamanho era o luxo de escravos que senhores se acompanhavam de um para levar-lhes o chapéu, outro o capote, um terceiro a escova para limpar o fato, um quarto o pente para pentear o cabelo. Mas toda essa opulência de roupa e criadagem na rua à custa de um verdadeiro ascetismo dentro de casa. Esse brilho de vestuário à custa de verdadeira indigência na alimentação. De falta absoluta de conforto doméstico. Ou então à custa de dívidas.⁵³

Uma vez no Brasil, os indígenas foram sendo utilizados pelos dominadores lusos como contingente de força de trabalho nos primeiros tempos de colonização, mas os colonizadores logo consideraram os nativos uma mão-de-obra que carecia muito de qualidades que viessem a ser necessárias para assegurar seus projetos de produção. Para o senhor branco o índio era arreado, pouco vocacionado para o tipo de trabalho exigido e, enfim, muito indisposto para as tarefas árduas que caracterizavam a agricultura. Assinalando que “o meio e as circunstâncias exigiam o escravo”, Gilberto Freyre não discordava daquela perspectiva sobre o indígena e chegava mesmo a caracterizar o brasileiro nativo como “incapaz” e “molengo” para o trabalho exigido e para o atendimento das necessidades da agricultura colonial em implantação no Brasil.⁵⁴

O negro africano, já conhecido e explorado pelos portugueses, tornou-se a opção preferencial para servir de mão-de-obra básica na colônia. A respeito dos africanos, já conhecedores da agricultura e familiarizados com o tipo de trabalho das lavouras, não cabiam, de acordo com Freyre, as mesmas acusações ou os estigmas de indolentes ou molengos, ao contrário, estes homens e mulheres eram considerados como sendo perfeitamente adequados aos duros serviços das plantações, segundo Freyre. Indo além destes juízos essencialistas e

⁵² “Longe de conformar-se com uma viuvez honesta, de nação decaída – como mais tarde a Holanda, que depois de senhora de vasto império entregou-se ao fabrico de queijo e de manteiga – continuou Portugal, após Alcácer-Quebir, a supor-se Portugal opulento de Dom Sebastião vivo. A alimentar-se da fama adquirida nas conquistas de ultramar. A iludir-se de uma mística imperialista já sem base. A envenenar-se da mania de grandeza (...) É um povo que vive a fazer de conta que é poderoso e importante. Que é supercivilizado à européia (...) A Suíça que condense seu leite e a Holanda que fabrique seus queijos. Portugal continua de ponta de pé, no esforço de aparecer entre as grandes potências européias.” FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 257.

⁵³ *Idem*, p. 301.

⁵⁴ *Idem*. p. 304.

generalizantes o aspecto mais preponderante no tocante à tomada do negro como mão-de-obra estava na evidência de que o negócio de escravização de africanos era um lucrativo e vasto campo a ser explorado e a grande necessidade de mão-de-obra compulsória no Brasil criava promissoras oportunidades para os negociantes de gente retirada da África.

Uma vez estabelecido o regime escravista no Brasil, a concepção depreciativa ao trabalho manual foi sendo associada à escravidão de maneira praticamente necessária e inevitável, trazendo consigo uma série de relações e conclusões explicativas e causais para certos aspectos verificados na vida cotidiana no Brasil escravocrata. Era muito comum a aceitação da visão que consagrava o Brasil como um *berço da preguiça*, associando o fato de que num meio de caça abundante, peixes em profusão, terra da mais fértil, muita água e clima convidativo, embora causticante, não haveria estímulos ou razões para trabalhar, visão com a qual muitos viajantes estrangeiros, muitos reinóis portugueses e muitos brasileiros concordavam. Esta *índole preguiçosa* não havia sido notada à toa, pois não se pode negar a existência de certa rejeição quanto à execução de trabalhos físicos, no entanto, não se pode deixar de ressaltar que no Brasil se empreendera efetivamente muitos e duros esforços desde os anos de colonização. Se um *novo mundo nos trópicos* foi erguido, isso não haveria de ser possível sem o empreendimento de muito – e também árduo e intenso – trabalho diligentemente executado à exaustão e também por portugueses, apesar das vinculações entre eles e uma mentalidade tão oposta ao trabalho.

Segundo tais impressões, este espírito e esta postura de desabono ao trabalho manual acabaram aportando no Brasil trazidos pela fidalguia que se estabeleceu na colônia como senhora de homens e terras. Esta mesma elite acomodada ao conforto da contemplação do trabalho alheio e da demonstração de pujança fez com que se reproduzissem por aqui muitas das cenas e hábitos que já eram comuns no Portugal criticado por Clenardo e que era objeto também das preocupações de Alexandre de Gusmão. Segundo os termos deste tipo de entendimento, nossa elite escravista tornou-se herdeira direta da fidalguia lusitana das aparências, mesmo que ela não estivesse necessariamente fingindo uma opulência que nem viesse efetivamente a gozar. Nas condições que se viram no Brasil nem era necessário ser nobre para ser ocioso, pois a repugnância pelo trabalho e o louvor ao ócio não eram valores que concerniam com exclusividade à fidalguia. Este desapego tanto ressaltado e observado

residia nas impressões difundidas entre muitos habitantes, integrados ou não aos circuitos produtivos mais privilegiados e ativos.

Em Portugal certamente existiram os preconceitos contrários ao trabalho manual, contudo, esta mesma degeneração valorativa era ocorrência também em outras nações européias onde prevaleciam os parâmetros de distinção social. É demasiado o exagero de se tecer considerações generalizantes em torno do caráter português relativamente ao trabalho, indicando taxativamente que esta perspectiva representava a mentalidade lusitana como se fosse possível, de maneira tão cabal, apreender todo o conteúdo que operava a dinâmica produtiva portuguesa a partir de considerações limitadas a um aspecto particular, ainda que indícios parciais a este respeito sejam passíveis de verificação.

O processo de desenvolvimento da economia mercantil portuguesa se realizou a passos adiantados em relação ao que se verificou em outros países europeus. De fato, pela chegada do século XVI Portugal já constituía um vasto domínio comercial e colonial sobre territórios muito além de seu litoral, chegando a distâncias completamente relevantes. A expansão de seu processo de desenvolvimento articulou toda uma organização e direcionamento de ações e, efetivamente, a realização de um diligente trabalho empreendido no sentido de concretizar os intentos e resultados deste desenvolvimento. A importância do emprego de esforços através do trabalho em todo este processo era evidentemente ativa e Portugal, como nação marcada pela divisão de sua sociedade em variados níveis de possibilidades e meios de subsistência, era dotado de instâncias valorativas associadas ao processo de divisão social do trabalho, numa escala segundo a qual certamente cabiam as elites o trânsito e o domínio das atividades diretivas e meritórias enquanto as camadas que se verificavam abaixo de tal condição na escala social cumpriam as tarefas produtivas de caráter eminentemente físico. Isto não diferia de outras sociedades européias e, portanto, a carga desvalorizada de apreço sobre as atividades manuais não constituía um fenômeno meramente ibérico e não tornava Portugal o epicentro da penúria atribuída ao trabalho quando sociedades aristocráticas espalhadas pela Europa também cultivavam por parte de suas elites um sentimento semelhante.

1.2 – Os vapores da indolência

Causava certamente aos cronistas e viajantes a impressão de que no Brasil escravista o desapego ao trabalho manual era, dentre outras razões, também uma espécie de dado relacionado ao ambiente e à circunstância da exploração do trabalho cativo, sendo esta percepção aplicada de forma praticamente generalizada por testemunhas que aportavam no Brasil, notadamente no século XIX. Em tais relatos, um misto de escândalo e diversão parece intervir nas observações registradas, uma vez que os seus autores exibem, como críticas e como anedotas, cenas que servem para demonstrar suas impressões.

Certamente os registros realizados por tais cronistas não fogem à recorrência de impressões dotadas de juízos pré-formulados. Considerando não apenas as origens dos narradores, mas também as cadeias de vínculos sócio-culturais de tais cronistas como fatores que contribuíram para a consolidação de seus parâmetros de relação a propósito daquilo que averiguaram sobre o que testemunharam no Brasil, suas impressões certamente não estavam isentas de julgamentos tomados com bases distintas e distanciadas culturalmente da sociedade que narravam. Por mais bem intencionadas ou honestas pudessem supor muitas das impressões tomadas, ou pudessem julgar a este propósito seus autores, estes narradores vislumbraram as cenas sobre as quais se impressionaram a partir de um lugar cultural e social determinado. O estranhamento não é incomum, quando observavam “o outro” e viam nele algo diferente de si e de suas referências. Isto implica no fato de que tais narradores não eram isentos em suas impressões, normalmente carregadas por um teor de reprovação nítida a respeito de muitos dos hábitos que passaram a verificar em suas andanças de atentas observações.

Mais do que meras e isentas testemunhas, os cronistas eram tanto indivíduos que aportavam no exótico Brasil como “representantes”, ainda que não formal e oficialmente estabelecidos e constituídos, de paragens “civilizadas” na América do Norte ou Europa, quanto formuladores de juízos a respeito dos costumes, feitos e conduta da sociedade anfitriã. Portanto, não se pode deixar de manter em relevo tal condição a propósito de seus relatos, ainda que sejam tais narrativas ilustrativamente marcantes.

Exemplo de influência da carga de noções prévias dotadas pelos narradores estrangeiros está na observação de que muitos dos visitantes cujas origens nativas estavam em ambientes climáticos diversos daquele que verificavam nos trópicos não deixavam de relacionar o ambiente à disposição dos habitantes locais. O determinismo geográfico em voga nas abordagens a respeito da verificação comparativa entre o universo ambiental europeu e meio tropical do mundo consolidado pela ação do domínio colonial estava também presente nas impressões dos cronistas. Sendo assim, não era raro que os narradores deixassem de fazer tal relação entre clima, natureza e hábitos dos habitantes. Além da tropical submissão colonial, visto que a Europa tocou tais ambientes ao empreender sua expansão ultramar, também estava em ação uma noção segundo a qual o grau de “civilidade” verificada em tal ambiente, além de suas influências de caráter sociais, também era condicionado por fatores físicos relativos à própria condição natural proporcionada pela geografia e pelo clima, que promoveram a coincidência entre civilidade e ambiente. A civilidade era originária do clima temperado da Europa enquanto a quentura tropical não favorecia plenamente tal desenvolvimento. Repousava em tal associação mais uma notável consideração marcada pela discriminação sem a devida consideração aprofundada dos condicionantes efetivos que estariam por trás desta constatação tomada como evidência demarcatória entre mundos distintos, entre configurações de sociedades que não eram necessariamente ocupantes de uma mesma condição.

Estando no Brasil em 1842 e 1843, a jovem Victorine Emillie, futura Baronesa de Langsdorff, afirmou ter sentido na pele a causticante indolência tropical, que lhe afetou o ânimo e os sentimentos, pois, como registrou em seu diário:

Essa tristeza não tem nada de pessoal, não vem do afastamento da pátria, vem da contemplação da natureza em si e da impressão de sua beleza, que deixam a alma lânguida e sonhadora. O clima contribui para isso também, acredito. O calor intolerável destrói toda energia; a vida escapa a cada dia. O cansaço é, antes, físico e, depois, moral.⁵⁵

⁵⁵ LANGSDORFF, Emilie de. **Diário da Baronesa E. de Langsdorff relatando a sua visita ao Brasil por ocasião do casamento de S. A. R. o Príncipe de Joinville: 1842-1843**. Florianópolis: EDUNISC, 2000. p. 122.

A determinação do meio, do clima, do calor, enfim, para muitos impunha-se como fator capaz de moldar os hábitos e o temperamento. Emanuel Araújo sintetiza esta mentalidade ao questionar que “a idéia era simplista: caça abundante, pescaria copiosa, terra fértil, boas águas, bons ares, por que trabalhar?”⁵⁶ As queixas feitas pela Baronesa Emillie de Langsdorff ilustravam que o ambiente brasileiro, com sua natureza e clima, propiciava condições para que o corpo se tornasse frágil e para que o indivíduo se tornasse indisposto para os esforços físicos, chegando-se ao ponto em que o clima causava o efeito de esgotar “todo o vigor dos europeus e os faz parecer lerdos ou mortos”⁵⁷, acrescentando que “a influência do calor tem também algo de desmoralizante”.⁵⁸ A jovem aristocrata, longe do clima temperado de sua França nativa, viu-se como vítima do ardil do ambiente brasileiro, que, segundo anunciara, lhe retirou suas forças e disposição:

Sentem-se os nervos tão agastados, que a menor resistência machuca. É tanta preguiça – pois todo possível movimento demanda esforço –, que não se deseja nenhuma distração. Essa ausência de obrigação física, essa ociosidade espiritual atinge-nos a todos de tal modo prodigioso, pois esta contundente poesia da natureza exalta em demasia a imaginação.⁵⁹

Assim como a jovem senhora francesa, o norte-americano Thomas Ewbank, em 1846, sentiu também os efeitos do clima brasileiro em sua pele e em seu ânimo. Ewbank chegou a considerar que a uniformidade do clima dos trópicos era propícia para uma boa saúde e também favorecia a longevidade dos indivíduos, contudo, considerou que o calor não trazia benefícios para a mente humana, pois provocava “certa lentidão intelectual”. O curioso viajante, que especulava sobre a espantosa correlação entre a meteorologia e o cérebro humano, também confessou ter sido afetado física e mentalmente pelo ambiente brasileiro:

Sinto uma crescente tendência à ociosidade, tanto mental quanto física, e posso compreender facilmente por que as pessoas que visitam os trópicos se

⁵⁶ ARAÚJO, Emanuel. **O teatro dos vícios**: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1997. p. 84.

⁵⁷ LANGSDORFF, Emilie de. *Op. cit.* p. 99

⁵⁸ *Idem.* p. 123.

⁵⁹ *Idem, ibidem.*

cansam da verdura invariável e anseiam pela neve e o gelo, assim como pela renovadora influência da primavera setentrional.⁶⁰

Baseado no Rio de Janeiro, C. Schlichthorst, jovem alemão a serviço do Exército Imperial brasileiro como oficial contratado, foi outro estrangeiro a relacionar o meio e o clima à disposição física do vivente no Brasil. Estando nos trópicos no biênio de 1824 a 1826, seduzido pelas promessas de uma suposta carreira militar no Brasil recém emancipado, o alemão teceu suas considerações sobre a situação da natureza exótica brasileira, sobretudo, da capital. Dotado de uma natureza notável, o Brasil visto por Schlichthorst teria a desvantagem de possuir um ambiente que favorecia tanto a preguiça quanto a “inata sujeira de todos os povos meridionais”.⁶¹ Para ele, a natureza e o clima transmutavam os ânimos dos visitantes estrangeiros e ilustra que mesmo os cães de caça de raças tipicamente européias que vira no Brasil eram também, de algum modo, influenciados pela ação da atmosfera desviante que respiravam os estrangeiros, pois, dentre estes animais, até mesmo “os mais vivos tornam-se preguiçosos e lânguidos, esquecendo depressa o que aprenderam na Europa”.⁶² Embora severo em relação aos hábitos e à condição moral dos brasileiros em diversos aspectos, Schlichthorst considerava que a população brasileira, de uma forma geral, era constituída por pessoas venturosas, simples e amáveis, porém contando com “o contrapeso de ilimitada libertinagem e da preguiça em alto grau”.⁶³

Descrição curiosa fez Thomas Ewbank, para quem os brasileiros, “constituem um povo de pessoas gordas e lustrosas”, isso, “apesar das influências enervantes do clima e da lassidão que o mesmo causa”, fato que, nas considerações do norte-americano, acabava “impedindo-os de perder pelo trabalho a carne supérflua”.⁶⁴

O negociante francês L. F. de Tollenare fazia de suas andanças nos arredores de Recife e testemunhou uma ilustrativa cena protagonizada provavelmente por pequenos

⁶⁰ EWBank, Thomas. **A vida no Brasil**. São Paulo: Itatiaia, 1976. pp. 66-67.

⁶¹ SCHLICHTHOST, C. **O Rio de Janeiro como é (1824-1826)**: uma vez e nunca mais: contribuições de um diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2000. p. 28.

⁶² *Idem, ibidem*.

⁶³ *Idem*, p. 52.

⁶⁴ EWBank, Thomas. *Op. cit.* p. 106.

proprietários ou arrendatários de terra, cena que descreve uma pitoresca situação de deleite da inatividade convivendo com o esforço forçado do trabalho escravo:

Os cultivadores brasileiros perto da cidade possuem algumas vezes um ou dois escravos; vi alguns que tinham feito armar a rede sob as árvores; nela repousavam negligentemente; suas mulheres estavam deitadas por terra sobre esteiras; a dez passos deles uma negra arrancava talos de mato. Parecia que a preguiça descendo com o calor, havia deixado cair sobre todos eles os seus vapores entorpecentes.⁶⁵

Os *vapores entorpecentes* da preguiça tal qual Tollenare descreveu pareciam muito abundantes nos ares brasileiros. Entorpeciam as pessoas e faziam delas indolentes sem distinção de cor ou classe social. Sob as vistas dos estrangeiros ou mesmo de cronistas locais, o ambiente e seu miasma da inércia corroía a disposição e deixava os indivíduos numa condição de letargia que afastava deles o incentivo de empregar suas forças produtivamente. Este reducionismo e determinismo ambiental presentes nas observações e nas opiniões de muitos narradores coexistiam com um alarmante e relevante fator no agravamento da desvalorização do trabalho e incentivo à inatividade e este grave fator era precisamente a escravidão.

⁶⁵ TOLLENARE, L. F. **Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1956, p. 50.

1.3 – Trabalho: “coisa de negro”

O estabelecimento da produção no Brasil, já em seu processo colonial, teve como aspecto notável a exploração da mão-de-obra escrava. O trabalho, como observou Maria Sylvia de Carvalho Franco, era efetivamente uma prática regular dentro do processo do desenvolvimento colonial.⁶⁶ Auferir os resultados almejados pelos intuitos de se gerar a riqueza por meio do trabalho era um objetivo e sua concretização se deu por meio da recorrência ao trabalho escravo. A historiadora aponta para uma condição ambígua que

depara com uma sociedade fundada na escravidão e na qual, ao mesmo tempo, o trabalho não aparece como elemento necessariamente desqualificador e nem a atividade lucrativa como infamante para os senhores de homens.⁶⁷

Ainda assim, nesta sociedade escravocrata prevaleceu uma discriminação nítida que impunha ao trabalho regular de caráter físico uma condição depreciativa que relegava sua prática a um patamar de indignidade que foi incorporado pela população livre, logo, durante a vigência do regime escravista, a deterioração valorativa do trabalho manual era flagrante. Como observa Emanuel Araújo, “os visitantes que percorreram algum pedaço do Brasil raramente deixavam de notar a ‘*índole preguiçosa*’ revelada por seus habitantes”⁶⁸ e esta moléstia da indolência parecia ter uma causa bastante evidente segundo tais observadores: a escravidão. Neste ambiente, “homens livres se afastavam do trabalho manual para não deixar dúvida quanto a sua própria condição, esforçando-se para eliminar as ambigüidades de classificação social”⁶⁹ e o trabalho, “para quem não fosse senhor, não levava a parte alguma, e o esforço de realizá-lo, ao invés de dignificar quem o executasse, tendia, ao contrário, a

⁶⁶ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997.

⁶⁷ *Idem*, p. 213.

⁶⁸ ARAÚJO, Emanuel. *Op. cit.* p. 83.

⁶⁹ CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: UNESP, 2000, p. 16.

aproximá-lo das regras de domínio e submissão imperantes da condição cativa de existência”⁷⁰.

Este aspecto despertava uma fixação por parte de quem observasse o cotidiano no Brasil escravista, pois a amplitude do emprego da mão-de-obra escrava provocava uma série de efeitos, incluindo a formação de juízos e estigmas sobre determinadas atividades laborativas. Sobre ofícios e atividades manuais ou que demandassem o emprego da força física eram consideráveis as impressões pejorativas e discriminações em função do fato de que aos escravos cabiam o exercício de tais espécies de trabalhos. Por esta lógica depreciativa, manter-se o afastamento dos ofícios manuais chegava a ser um requisito de distinção social que era perseguido como forma de qualificar e de destacar os indivíduos na ordem social vigente. O exercício, os aspectos e a natureza do trabalho – do ofício desempenhado – eram características que serviam bem como aspecto de destaque ou, no caso dos ofícios manuais, depreciação social.

Este apego à noção de que o escravismo isentava o livre da sujeição ao trabalho foi uma experiência vivenciada por Henry Koster, *um inglês nascido em Portugal*, que viveu bastante tempo por aqui e se envolveu tanto com o país que chegou mesmo até a tornar-se senhor de escravos. E ao ter Koster que retornar à Inglaterra, abandonando de forma relutante suas atividades de fazendeiro, acabou abandonando também o seu desejo de viver no Brasil, porém saiu sentiu-se aliviado, apesar da partida indesejada, por não ter estado nesta condição por tempo suficientemente hábil para fazer dele alguém que chegasse a estar “sentindo tanto sabor pela ociosidade”.⁷¹

Nas páginas escritas para seus leitores pernambucanos em 1840, o implacável padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, o Carapuiceiro, declarou que a preguiça escandalosa merecia a desaprovação divina, visto que esta maldosa vicissitude da indolência, além de pecado capital, tornava o ímpio preguiçoso inútil para a grandiosa e sagrada obra do Criador. Drástico, Lopes Gama comparava o preguiçoso a um porco, contudo, o animal parecia-lhe mais proveitoso, pois “este não fazendo mais que comer e roer, ao menos engorda e vem a ser

⁷⁰ KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1994, p. 56.

⁷¹ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, 1978. pp. 325-326.

útil para o sustento do homem, em vez que o preguiçoso de nada serve nem durante a sua vida, nem depois de sua morte”.⁷² A desaprovação moral dirigida por este crítico mordaz relegava ao mais sórdido patamar o pecaminoso e lascivo preguiçoso e imputava à preguiça a condição de mal endêmico que assolava o Brasil, contudo fazendo a necessária e contundente observação de que esta chaga endêmica decorria “não tanto pelo clima, quanto pela prodigiosa produção de nosso solo, e ainda mais por causa da escravaria”.⁷³ Lopes Gama concordava com a generalizada noção de que o meio natural brasileiro era farto provedor de víveres abundantes, o que atenuava o empenho de relevante esforço de trabalho para a conquista da subsistência, pois a natureza colaborava sobremaneira, fornecendo toda sorte de gêneros de alimentação, tais como as caças que podiam ser obtidas nas matas fora da área urbana, além do pescado e das possibilidades oferecidas pelos mangues. Ocorre, contudo, que também lhe chamava a atenção a percepção de que

num paiz onde todo o trabalho, todo o serviço he feito por braços escravos, a preguiça torna-se hum característico de distincção e nobreza; d’aqui o fatal desprezo das Artes manuaes, d’aqui huma Aristocracia, por assim dizer, facticia, d’aqui finalmente o pouco disvello que nos merece a Industria.⁷⁴

Sobre o autor das tiradas impressas n’O Carapuceiro, parecia que uma visão equilibrada e sutil não poderia ser passível de ser expressa. Lopes Gama era contumaz crítico dos costumes adotados por muitos no Brasil. Ele enxergava com profundo desprazer os hábitos envergados por pessoas que ele entedia que reeditavam trejeitos e maneiras vindas de horizontes europeus, mas que constituíam maneirismos que eram degenerativos. Estes modelos europeizantes que tanto incomodavam o clérigo foram por ele caricaturizados através de seus sardônicos artigos, onde eram destiladas estocadas sutis ou mesmo grotescas contra quem praticava modos que juravam ser elevados e que carregavam prestígio. Lopes Gama não enxergava tais méritos e acreditava que mesmo entre membros de elevados ambientes de convívio havia uma determinada tendência à degeneração moral. No dizer de Evaldo Cabral de Mello, Lopes Gama engendrou uma posição na qual ele dirigia uma crítica social de *meio-termo*, pois enquanto era incisivo crítico de uma certa europeização dos costumes que tanto denunciava, vertia sua cáustica desaprovação também contra “os usos e abusos do

⁷² DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 28 de fevereiro de 1840.

⁷³ Idem

⁷⁴ Idem.

patriarcalismo rural e da escravidão”.⁷⁵ Sobre a escravidão, o padre teve verdadeiro asco. Denunciava o escravismo como sendo responsável por um grave estado de degradação moral que atingia mesmo as classes abastadas, que assumiam posturas e costumes merecedores de repreensão e que acabavam por reverter sobre a sociedade toda uma sorte de mazelas.

Seguindo-se nesta direção, desponta-se o *Vadiismo* que é um neologismo concebido pelo padre Lopes Gama, que pretendia empregá-lo para exprimir a idéia de que o termo significava “a qualidade, o vício de ser vadio”.⁷⁶ Este vício, que o padre considerava ser dominante no Brasil, era a ruína destas terras, onde “uma não pequena parte da gente livre e da liberta entende que o trabalho é próprio do escravo”.⁷⁷ Uma grande sorte de ociosos tomou partido desta lógica depreciativa em torno do trabalho, mas nem todo ocioso tinha as mesmas condições e os mesmos meios de fugir da aviltante condição de ser visto como um degenerado trabalhador maculado pela escravidão e pelo servilismo vulgar contido na prática do trabalho corporal.

Os ociosos honrados se distinguiam dos ociosos vadios, pois estes últimos constituíam uma categoria de indivíduos que despontavam como refugio do regime escravista que impregnava de mácula vexatória o exercício do trabalho físico, além de formar um ambiente no qual a incorporação de trabalhadores livres ao universo produtivo era caracteristicamente precária. Estes ociosos sem glórias eram reconhecidos como vadios e perseguidos pelo estabelecimento de posturas legais e ação policial.

Ainda assim, muitos dos livres pobres não reconheciam vantagens significativas em acolher certas ocupações em função de sua associação com a escravidão, segundo ressalta Walter Fraga Filho, afirmando que “havia por parte dos homens livres pobres uma atitude de permanente desconfiança e, em certos casos, até de recusa em vender sua força de trabalho”,⁷⁸ pois tal situação, para parte deste contingente de trabalhadores desprivilegiados era uma

⁷⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. Introdução. In: GAMA, Lopes. **O Carapuceiro**: crônicas de costumes. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 12.

⁷⁶ GAMA, Lopes. *Op. cit.* p. 191.

⁷⁷ *Idem, ibidem.*

⁷⁸ FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo/Salvador: HUCITEC/EDUFBA, 1996. p. 24.

opção que muitos reconheciam como mais viável, afinal, “era preferível viver na mendicância a se sujeitarem a relações de trabalho que os equiparasse à condição de escravos”.⁷⁹

Segundo determinados *estereótipos de status*, as atividades manuais sofreram uma “contaminação” em consequência do sentido de aviltamento e desprestígio social que relacionava as atividades em si e o fato de serem muitas delas cumpridas por escravos ou por trabalhadores livres pobres. Muitas profissões artesanais arcaram com os prejuízos decorrentes do aviltamento provocado pela discriminação, o que costumeiramente era notado por observadores atentos, logo, muitas atividades industriais e ofícios artesanais recebiam uma depreciativa qualificação que as indicavam como algo indigno de homens livres e como signo de subserviência, firmando de maneira ainda mais drástica uma conotação vexatória sobre muitos ofícios que eram desempenhados pelo grosso da população pobre – incluindo em profusão, evidentemente, os próprios escravos –, situação esta marcada pelo fato de que

o trabalho manual passava, então a ser “coisa de negro” ou da “repartição de negros” e, por uma inversão ideológica, os ofícios mecânicos passavam a ser desprezados, como se houvesse algo essencialmente aviltante no trabalho manual, quando a exploração do escravo é que o era.⁸⁰

Deste modo comprometido o desempenho das ocupações manuais, muitos indivíduos livres buscavam fugir do pejo que tais ofícios causavam e esforçavam-se inclusive em deixar evidente que o emprego de esforço físico em atividades tidas como vis não era algo que fazia parte de suas rotinas. Thomas Ewbank, que firmou um severo juízo a este respeito, mencionou que tamanho era o grau de desonra atribuído ao trabalho em função do uso da escravidão que,

interrogando-se um jovem nacional de família respeitável e em má situação financeira sobre porque não aprende uma profissão e não ganha a vida de maneira independente, há dez probabilidades contra uma de ele perguntar, tremendo de indignação, se o interlocutor está querendo insultá-lo! “Trabalhar! Trabalhar!” – gritou um deles. “Para isso temos os negros”.⁸¹

⁷⁹ *Idem, ibidem.*

⁸⁰ CUNHA, Luiz Antônio. *Op. cit.* p. 16.

⁸¹ EWBANK, Thomas. *Op. cit.* p. 145.

Os escravos cabiam empreender o trabalho desprezado por livres que não pretendiam ser contaminados pela vergonhosa marca do trabalho manual. E era muito trabalho. O viajante Robert Avé-Lallemant teve oportunidade de constatar esta realidade dura dos trabalhadores cativos ao conhecer um engenho baiano onde os escravos não conheciam folga sequer aos domingos. E exclamava escandalizado: “encolhi meus ombros e declarei, como cristão evangelista, que nunca vira pior profanação do preceito dominical do que naquela fábrica de açúcar de S. Lourenço.”⁸²

Avé-Lallemant ressaltara que o domingo haveria de ser santificado por ter sido o dia de descanso de Deus. Homens e até os animais que eram utilizados na jornada de trabalho que ele testemunhara na propriedade S. Lourenço deveriam estar sendo poupados daqueles trabalhos no dia sagrado, pois foram estas as instruções de Deus que “embora não tivesse falado nos negros escravos, eles estão incluídos nessa sua mercê.”⁸³ Mas em vez de descanso, o que esta testemunha religiosamente espantada relatou foi que “os escravos estavam de pé; andaram, carregaram e arrastaram – homens, mulheres, velhos e moços – por todo o domingo, e já estava escuro quando o movimento cessou.”⁸⁴ O alemão ressaltou ainda que “mesmo que aquele trabalho num dia de semana fosse também assim, encolheria os ombros da mesma forma.”⁸⁵ E, não deixando passar a oportunidade, o protestante ainda faz sua estocada mordaz: “O que diria o Bispo de Pernambuco, o ultracatólico furibundo papa-protestantes?”⁸⁶ Mesmo diante de tal testemunho, havia mesmo quem indicasse que os escravos também podiam em determinadas contingências ser refratários aos esforços desgastantes do trabalho. Ewbank ironizou tal situação ao afirmar que “os negros nada fazem pela metade, exceto o trabalho”, porém teve a necessidade de ressaltar que “em circunstâncias semelhantes qualquer raça branca os imitaria”.⁸⁷

Tollenare, numa visita feita ao engenho Salgado, em Pernambuco, viu umas cabanas de taipa e folhagem pelo caminho. Em tais habitações viviam mulatos e negros livres

⁸² AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura - Instituto Nacional do Livro, 1961. p. 34.

⁸³ Idem.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ EWBANK, Thomas. *Op. cit.* p. 143.

que ofereciam seus serviços de carpintaria ou trabalhavam como pedreiros nos engenhos. E segue o francês descrevendo que:

os que não têm estes ofícios vivem em estados que chamar-se-ia miserável, se se pudesse ser miserável sob um clima que não exige, por assim dizer, nem vestígios nem abrigo sobre uma terra virgem, que remunera com profusão o mais ligeiro trabalho, em meio de florestas abundantes em frutos deliciosos. É verdadeiramente ali que se convém à indolência estabelecer seu domínio.⁸⁸

Mas, uma vez no engenho, o francês não pôde deixar de assinalar que neste ambiente o trabalho era realmente árduo: “aqui, nada de apatia; tudo é trabalho, atividade; nenhum movimento é inútil, não se perde uma só gota de suor.”⁸⁹

A postura de elevado senso de orgulho era identificada através de diversos relatos diferentes – embora retratando situação idêntica – contidos em obras produzidas por observadores argutos, que se expressaram sobre a ocorrência do gesto de negação por parte de pessoas, mesmo desprovidas de meio de provisão farta, em acatar a degradante condição de acorrer à subsistência proporcionada por algum ofício mecânico ou braçal.⁹⁰ A degradação valorativa era tamanha que o escandalizado Ewbank não conteve seu espanto diante da informação de que “um jovem prefere morrer de fome a se abraçar a uma profissão manual”⁹¹. E não era diferente a reação do também estrangeiro W. Scully, que diante de uma situação na qual percebeu que muitos dentre os pobres brasileiros rejeitavam tais ofícios manuais, concluiu que “o velho ditado de que orgulho e pobreza eram primos-irmãos é demasiado verdadeiro” em terras do Brasil, onde tais pobres “preferem mendigar, emprestar

⁸⁸ TOLLENARE, L. F. de. Op. cit. p.53

⁸⁹ Idem, p. 54.

⁹⁰ Não parecia fora de propósito, por exemplo, que uma conclamação em nome das virtudes que, para os pobres, estava indicada no trabalho fosse estampado textualmente como um conselho. O alarme feito a respeito do descrédito do trabalho perante até mesmo quem não dispunha das mais favoráveis condições foi feito em Recife: "Trabalhai, ó pobres, que assim escapareis das duras privações; que assim melhorareis, ou ao menos suavizareis a vossa desagradavel condição; que assim vos livrareis da corrupção, que lava e domina o corpo ocioso; que assim vivireis contentes; que assim não sereis tentados por malignos desejos de desordem, confusão e attentados. Passai em revista os males, á que estão expostos os inimigos do trabalho; attendei neste quadro cheio de verdades incontestaveis, e recebeis conselhos, que praticados vos cobrirão de felicidade verdadeira.Laborate, et bono constanti fruemini. (Do Verdadeiro Constitucional)". DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 23 de novembro de 1841.

⁹¹ Idem, *ibidem*.

ou viver na privação e na sujeira” em lugar de exercer alguma atividade laboriosa que lhes causassem mácula à ociosa dignidade que empreendiam esforço em manter.⁹²

Um curioso exemplo do desamor ao trabalho físico indicado com orgulho pode ser apontado através de um testamento datado de 1841, no qual um certo morador de Recife, de nome Antonio Justiniano de Ramos, confessou em suas derradeiras vontades, conforme registradas pelo tabelião público, que tivera uma vida plácida de homem honesto, respeitador da Santíssima Trindade e de Nossa Senhora, sendo fiel à Santa Madre Igreja Católica Apostólica Romana – credenciais de bom e devotado cristão – e, além dos já citados autoelogios, vangloriava-se do fato de que em sua não muito longeva vida (o testador estava moribundo já aos 34 anos de idade) não havia sido jamais maculado pela vergonha do exercício de algum “officio manual indigno a esta minha pessoa” e, talvez cumprindo um virtuoso gesto de reconhecimento, o distinto e ocioso senhor Ramos tenha finalmente concedido através de seu testamento o merecido descanso a seus três escravos, “o preto José, o preto Severo e a preta que si chama Teodora”, que devem ter contribuído para a honradez da ociosidade de seu senhor, que pôde levar consigo para a sepultura o orgulho da pureza de não ter sido nunca um trabalhador braçal tal qual os seus ex escravos o foram. No caso do jovem testador, chama a atenção o fato de que ele não nos parecia ser alguém de grandes posses, visto que seu legado material não era caracterizado por um vasto acervo de bens, afinal, a casa que deixou para sua irmã, por exemplo, indicava ser uma modesta edificação nos arrabaldes dos Afogados em uma via não identificada ou não mencionada, sendo também o testador possuidor de poucos pertences pessoais referidos em seu documento de despedida e de manifestação de vontades finais, isso além de indicar não ter tido a oportunidade ou condição de acumular um vultoso montante de dinheiro poupado. Mesmo alguém em tal condição de limitação financeira e material era possuidor de escravos, fato que lhe dispensava do asco servil de trabalhar em atividade corriqueira e manual.⁹³

Diante da enunciação de seu orgulho por não ter sido trabalhador braçal e não tendo indicando sua ocupação, é possível especular que o senhor Antonio Ramos tenha mantido seus cativos no ganho, obtendo sua renda a partir dos serviços que prestavam os escravos

⁹² SCULLY, W. **Brazil, its Provinces and Chief Cities; the Manners and Customs of the People**. Londres, 1866. *Apud* FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Op. cit.* p. 82.

⁹³ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO – ARQUIVO GERAL. Testamento de Antônio Justiniano de Ramos. Recife, 1841.

José, Severo e Teodora. Este tipo de empreendimento era comum e muitos eram os escravos que realizavam serviços manuais e atuavam como artífices sob as ordens e exploração de senhores que viviam desta atividade de administrar o trabalho realizado por escravos em funções que não eram desempenhadas por homens livres, pois estes não se deixavam submeter à constância vergonhosa da rotina de um trabalhador manual.

Possuir escravos era, para muitos, quase que um requisito obrigatório quando a sociedade tendia a reconhecer com menosprezo o trabalho regular de caráter manual. O caso do proprietário Antonio Ramos é indicativo característico dessa situação, pois a mentalidade escravista que reconhecia no trabalho um elemento aviltante e degradante reforçava também o advento da exploração do trabalho escravo em um patamar que não estava necessariamente associado à grande economia de exportação engendrada no Brasil. Além do mais, a possibilidade da exploração escravista gerava rendas para camadas modestas da população livre, como notara Ewbank ao indicar que “centenas de famílias têm um ou dois escravos, vivendo do que os mesmos ganham”⁹⁴ e acrescentava o viajante que “aos ricos a perda de um escravo não é de maior importância, mas para muitas famílias chega a ser ruína”.⁹⁵ Tal circunstância deveria muito bem ser o caso de nosso Antonio Ramos, homem de limitadas condições pecuniárias e patrimoniais, contudo, possuidor de escravos e livre da aviltante condição de trabalhador braçal, podendo viver precariamente, porém com sua moral devidamente resguardada.⁹⁶

Os escravos de ganho e de aluguel tipificavam muito bem o cotidiano de labuta que se via na cidade, onde, segundo Marilene Rosa Nogueira da Silva,

apesar da manutenção do elemento definidor de escravidão – o sentido de propriedade absoluta, da coisificação do escravo –, as relações se transformam. O escravo sai das senzalas e vai para as ruas, sua presença é necessária, é temida, é desprezada.⁹⁷

⁹⁴ EWBANK, Thomas. *Op. cit.* p. 145.

⁹⁵ *Idem*, p. 325.

⁹⁶ Tollenare estimou que, em Recife, “um homem que possui, na cidade, uns vinte bons negros pode viver muito à vontade”. (TOLLENARE, L. F. de. *Op. cit.* p. 146.)

⁹⁷ SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na rua: A nova face da escravidão*. São Paulo: HUCITEC, 1988. p. 91.

A intensidade da recorrência aos escravos de ganho, sistema que era característico na cidade se mostrava como uma “brecha fornecida pela própria ideologia dominante de menosprezo ao trabalho”⁹⁸ e até entre os escravos de ganho havia hierarquização e sentido de valorização e desvalorização relativo a certas atividades específicas. Os negros de ganho já possuíam relativamente maior autonomia que aqueles que possuíam ofícios caracterizados pela fixação a locais e rotinas pré-definidas. Além disso, havia a possibilidade de auferirem uma renda própria a partir da diferença que houvesse entre a renda que podia captar numa jornada e o valor correspondente ao que cabia a seu proprietário. Esta remuneração ao escravo evidencia o caráter complexo da escravidão brasileira, onde práticas como o pagamento por serviços poderia conviver com o expediente da submissão destes indivíduos a uma situação na qual eles mesmos são objetos de posse de senhores, seus proprietários. Este regime de remuneração representa uma contradição no sistema escravista, uma vez que indica, dentro do sistema, a ocorrência de “relações não escravistas de produção”⁹⁹, além de um indício claro de que o sistema escravista brasileiro sofreu transformações ao longo de sua permanência, adaptando-se a situações, peculiaridades e circunstâncias determinadas que exigiam a maleabilidade do sistema, contudo, cabendo uma ressalva de que

o escravo ao ganho não definia o sistema, nem fora o seu ponto de sustentação. Muito pelo contrário, ele traz novos elementos que, embora não tenham contribuído a curto prazo para a derrocada do sistema pela forma revolucionária, a longo prazo vai evidenciando a sua fragilidade.¹⁰⁰

Das diferenciações existentes entre os escravos de ganho, pode-se notar que mesmo entre eles havia a noção de que os ofícios menos sofisticados eram aqueles mais degradantes e desagradáveis, pois “existia entre estes escravos uma hierarquia que estava relacionada ao tipo de trabalho, ao ganho recebido”¹⁰¹, ou seja, os cativos realizadores de ganhos se diferenciavam e concebiam entre eles sua noção de valorização e depreciação de ofícios. Até entre os carregadores, segundo Marilene Silva, havia distinção, porque aqueles que se ocupavam do carregamento de matéria excretada eram aqueles que cumpriam os trabalhos mais desprezíveis, que eram “destinados a prisioneiros ou negros boçais”¹⁰².

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ Idem, p. 117.

¹⁰⁰ Idem, p. 118.

¹⁰¹ Idem, p. 121.

¹⁰² Idem.

Em Recife, por exemplo, os escravos canoieiros além de possuírem destreza necessária para o difícil trabalho de trafegar pelo rio e habilidade para realizar bem este trabalho. Eram também altamente valorizados, pois demandava tempo habilitar um bom canoieiro. Estes verdadeiros profissionais desfrutavam de boas possibilidades de mobilidade pelos ambientes da cidade através de suas jornadas em suas embarcações e por isso mesmo eram muito vigiados e chama a atenção o fato de que eles eram hierarquicamente organizados num padrão que eles mesmos estabeleciam, com demarcação por verdadeiras patentes que diferenciavam os canoieiros e lhes conferiam tratamentos diferenciados e reverências especiais¹⁰³.

Os escravos de ganho, trabalhadores errantes que enchiam as ruas e que, conforme Gilberto Freyre, “se pode dizer sem exagero que trabalhavam mais que bestas de carga”¹⁰⁴ eram também fonte de renda para muitos senhores que tinham a eles como principal meio de vida e recurso de subsistência. Os escravos de ganho asseguravam para muitos proprietários a “possibilidade de suprir a subsistência ou complementar a renda de categorias sociais intermediárias, cuja existência era extremamente difícil no sistema escravista na sua forma original”¹⁰⁵ e além da garantia da subsistência pela exploração da escravidão, atestando que não eram apenas os ricos que detinham escravos, havia a percepção de que a categoria proprietária e exploradora dos escravos de ganho era consideravelmente heterogênea e não conseguia estabelecer uma forma de organização para enfrentar as investidas do Estado na regulamentação da ordem urbana, ações que rotineiramente recaíam sobre o exercício das atividades dos escravos de ganho, que freqüentemente eram detidos pela força policial, circunstância que prejudicava estes proprietários.

Marilene Silva ainda acrescenta que “o proprietário, quando rico, costumava ter escravos para os serviços domésticos, escravos de casa, e escravos para os serviços de rua que poderiam ser ao ganho ou simplesmente para recados, compras, encomendas e vendas”¹⁰⁶ e, por fim, conclui que

Homens e mulheres, ricos, remediados e pobres todos exploravam essa nova face da escravidão. Ela criava uma brecha na estrutura polarizada da sociedade escravista tradicional, dando origem a uma camada de renda

¹⁰³ CARVALHO, Marcus, J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

¹⁰⁴ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. Op. cit. p. 532.

¹⁰⁵ SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. Op. cit. p. 147.

¹⁰⁶ Idem, p. 155.

média de proprietários de escravos ao ganho e propiciando treinamento de mão-de-obra que serviria de transição para o trabalho livre.¹⁰⁷

Do bacharel ao escravo da roça ou do ganho nas cidades, passando por setores livres medianos da sociedade escravista, havia de forma imperativa a desvalorização do trabalho e a distinção entre os ofícios desempenhados, estabelecendo uma concepção que firmava a valorização da consideração social de quem exercesse estes diferentes tipos de ocupações. Aos ofícios manuais cabiam as mais acentuadas discriminações e em consequência estes ofícios foram relegados aos estratos sociais mais depreciados.

Apesar da precariedade que certamente deveria ser característica para significativa parcela dos proprietários de escravos empregados ao ganho, havia a possibilidade de conseguir prosperar através desta atividade. O alemão Schlichthorst chegou a ater-se a um cálculo frio dessa viabilidade rentável, embora desconsiderando de sua operação as bem prováveis probabilidades de risco – certamente algo comum em atividades empreendedoras – que poderiam ocorrer neste negócio, pois o investimento materializado na figura do escravo era suscetível à ocorrência de fatalidades para a realização de seu potencial rentável, afinal, o escravo poderia ser vitimado por doenças que o invalidasse para o trabalho e mesmo poderia, como todo mortal, falecer exatamente numa fase de proveitosa potencialidade como gerador de lucros para o senhor. A avaliação do negócio proposta por C. Schlichthorst era a seguinte:

Quero afinal fornecer um cálculo demonstrativo de que no Brasil não se pode empregar seu dinheiro melhor do que comprando escravos e alugando-os para trabalhar. Para isso, estimei a duração da vida do negro em 35 anos e a idade por ocasião da compra em 15 anos, admitindo, por hipótese, que no primeiro ano nada ganhe, porém em cada um dos seguintes renda 7 mil-réis mensais, o que perfaz 80 mil-réis por ano. Apliquei para o cálculo os juros de 12% , de uso geral no país. Infere-se daí que, se emprego um conto de réis para adquirir para adquirir 5 escravos, ao fim de 20 anos possuirei um capital de mais de 26 contos, enquanto que uma soma idêntica de um conto, colocada a juros no mesmo tempo só teria aumentado para nove contos e quinhentos mil-réis. Completamente diverso será o resultado desse cálculo, se eu empregar o rendimento anual proveniente do aluguel de meus escravos

¹⁰⁷ Idem, p. 156.

paulatinamente na compra de outros e não der a juros, como admiti no primeiro cômputo. Então conclui que, após o decurso de 20 anos, prosseguirei um capital de 36 contos e 728 escravos, 300 de 16 anos, 120 de 18, 100 de 20, 60 de 22 e assim por diante, os que me rendem anualmente 62 contos. Quem souber calcular mais ou menos juros compostos facilmente se convencerá da justeza de minhas contas.¹⁰⁸

Como aludido, a fria matemática financeira empregada por Schlichthorst não considerou a condição da precível fragilidade física humana, além de ter universalizado o rendimento por escravo indistintamente, como se todos tivessem um mesmo grau de produtividade quanto a arrecadação de rendimento, isto sem esquecer de mencionar que o calculista fez uma projeção de rendimento que também não leva em conta possíveis flutuações e variações neste mercado, que ele toma como estável e invariável. Ainda assim, mesmo que sua conta tenha sido demonstrativa e hipotética, Schlichthorst pôde verificar que a atividade de manter ao ganho um considerável número de escravos era um lucrativo investimento.

Sobre esta modalidade de emprego da escravidão, esclarece Marilene Rosa Nogueira da Silva que “o sistema de ganho apresenta-se como uma característica da cidade, como um momento de transição dentro da estrutura escravista tradicional”¹⁰⁹. Os escravos empregados neste sistema tinham relativa mobilidade e as atividades por eles desempenhadas freqüentemente estavam relacionadas a atividades que poderiam ser desempenhadas por artífices livres, que por sua vez exploravam também a mão-de-obra cativa. Este assunto também tornou-se objeto de escárnio por parte de cronistas que nos visitaram nos século XIX. Diversos indivíduos livres recorriam ao trabalho de escravos para desempenhar alguma função ou exercer certa atividade que não fosse de bom alvitre para aqueles que necessitavam explorar esse serviço, o que Auguste de Saint-Hilaire considerava alarmante, pois afirmava taxativamente: “penso que em nenhum país os artífices sejam tão preguiçosos e tão pouco exatos no cumprimento de seus tratos e no desempenho dos mesmos com honestidade”¹¹⁰. Em concordância a esta noção estava também Ewbank, que afirmara ter visto escravos

¹⁰⁸ SCHLICHTHORST, C. *Op. cit.* p. 150.

¹⁰⁹ SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Negro na rua: a nova face da escravidão**. São Paulo: HUCITEC, 1988. p. 91.

¹¹⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de São Paulo**. São Paulo: Mantins/Edusp, 1975. *Apud* ARAÚJO, Emanuel. *Op. cit.* pp. 86-87.

“trabalhando como carpinteiros, pedreiros, calceteiros, impressores, pintores de cartazes e ornamentos, fabricantes de carruagens e escrivainhas e litógrafos”¹¹¹, que, por conta disto, eram atividades especializadas freqüentemente evitadas por pessoas livres.

Cabe a consideração de que esta maciça utilização do trabalho escravo em atividades próprias para artífices livres implicou na depreciação de tais ofícios. Este processo contribuiu para desestimular a constituição do desenvolvimento dos ofícios artesanais, diminuindo o vulto dessas atividades no âmbito do universo produtivo do Brasil escravocrata. Os oficiais artífices acabaram sendo relegados a um panorama secundário, complementar, concomitantemente à baixa viabilidade inovadora das atividades manufatureiras onde era intensa a atuação de mão-de-obra escrava. A mentalidade escravista atuante sobre os oficiais artífices livres incentivava estes trabalhadores para o uso de escravos empregados no desempenho de suas próprias profissões, onde acabavam estes homens livres agindo de maneira segundo a qual era desvirtuada sua atuação, que deixava de ser prática e passava a ter um caráter diretivo, pois os oficiais muitas vezes assumiam uma dimensão funcional descaracterizada, pois efetuavam uma postura honorífica de senhores comandando o trabalho de seus escravos, estes sim, os que realizavam o grosso do trabalho efetivo.¹¹²

Sobre esta constatação não faltam exemplos ilustrativos. Ironizando sobre o padrão de *status* ideal na sociedade escravista, Emanuel Araújo indica que o objetivo era “possuir escravos que dispensassem o dono de certos trabalhos ou, melhor ainda, de todo o trabalho”¹¹³ e diante de uma lógica desta natureza, um artesão livre buscava se cercar de escravos para desempenhar sua própria função, evidência indicada como patética por testemunhas indignadas. Pensava assim, por exemplo, John Luccock, que formou juízo de que os artífices brancos julgava-se acima da condição de quem se humilhava ao ponto de ser flagrado como mero carregador de utensílios e para este fim empregava um escravo, que levava pelas ruas o fardo contendo as ferramentas de trabalho de seu senhor.¹¹⁴ Saint-Hilaire narrou que “quando um trabalhador ganhava algumas patacas, repousava até que essa importância fosse

¹¹¹ EWBANK, Thomas. *Op. cit.* pp. 152-153.

¹¹² Conforme observação feita por Tollenare, observando alguns casos que o levaram a criar um juízo, a situação presente a respeito do desenvolvimento dos ofícios manuais era tal que: “um mestre de obras, um marceneiro, um carpinteiro, um ferreiro, um pedreiro, um chefe, enfim, de qualquer destas profissões, em lugar de assalariar operários livres, compra negros e os instrui”. (TOLLENARE, L. F. de. *Op. cit.* p. 148.)

¹¹³ ARAÚJO, Emanuel. *Op. cit.* p. 90.

¹¹⁴ LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.

consumida”, o que dava para o naturalista uma dimensão do descaso de muitos artífices em relação à sua atividade e continuava exemplificando que certa feita perguntou a alguém qual o procedimento usado para obter um módico par de calçados, quando seu interlocutor, de forma tanto quanto natural e resignada, lhe respondeu que realizava encomenda a diversos sapateiros de uma só vez, até que, por fim, “entre eles encontro, de ordinário, um que, premido pela carência de dinheiro, resigna-se a cumprir a incumbência!”¹¹⁵

Esta situação incomodava os juízos de críticos que associavam o parco desenvolvimento das atividades mecânicas à escravidão. Era o caso de Tollenare, embora seu julgamento não fosse isolado. O francês incomodado registrou em suas notas domingueiras que:

Lamenta-se que este afastamento dos homens livres de todas as ocupações industriais extinga o germe do trabalho, espírito que não exigiria senão a ocasião para se desenvolver, e que mantenha a indolência de que são acusados os brasileiros.¹¹⁶

O aviltante exercício de certas atividades incomodava a tal ponto em que a exibição pública durante o instante no qual o esforço físico do trabalho poderia ser testemunhado era algo que fazia com que aquele indivíduo que não gostaria de ser flagrado neste estado de humilhação se empenhava em evitar:

Um cavalheiro de 18 anos foi convencido a honrar uma casa importadora com seus serviços de escritório. Um pacote, que não era maior do que uma carta dupla, foi-lhe entregue certo dia por um dos sócios da firma, com um pedido para que o levasse a outra firma, situada nas vizinhanças. O jovem olhou para o pacote, em seguida para o negociante, tomou o pacote entre o indicador e o polegar, fitou novamente ambos, meditou por um tempo, saiu lentamente e, a alguns metros da porta da casa, chamou um negro, que carregou o pacote e o acompanhou até seu destino!¹¹⁷

¹¹⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de São Paulo**. São Paulo: Mantins/Edusp, 1975. *Apud* ARAÚJO, Emanuel. *Op. cit.* p. 87.

¹¹⁶ TOLLENARE, L.F. de. *Op. cit.* p. 148.

¹¹⁷ EWBANK, Thomas. *Op. cit.* p. 145.

Em contrapartida ao vexame social de se empreender serviços manuais, circunstância que desqualificava um homem livre, os escravos costumavam, em um sentido diverso, ser valorizados por sua perícia como oficiais mecânicos. As negociações de escravos tendiam a ser cada vez mais vantajosas em função do grau de qualificação dos escravos em termos de habilidade em ofícios manuais. Aquilo que um homem livre evitava para si, valorizava em seus escravos. Os senhores destes trabalhadores habilidosos apontavam as virtudes de seus escravos que eram oficiais nas artes mecânicas através de anúncios publicados por meio da imprensa. Dentre os mais variados anúncios e chamados, os jornais são repletos de exemplos de notas anunciativas nos quais são feitos destaques dos atributos dos escravos postos à venda e também ofertados para provável aluguel. Tecem-se loas aos trabalhadores postos em oferta. Frequentemente aparecem uns e outros oficiais de alfaiate, tanoeiros, pedreiros, sapateiros, ferreiros, carpinteiros, costumeiramente adjetivados como ótimos naquilo que fazem, além de dotados de boa conduta e merecedores também de elogiosas referências aos seus portes físicos e suas belas feições. Certamente quem oferecia escravos para a venda ou aluguel não poderia deixar de exaltar e ressaltar suas qualidades, recurso empregado como meio propagandístico de valorizar seus negócios e assegurar os seus proventos lucrativos.¹¹⁸

De toda sorte, era discutido o fato de que o uso da mão-de-obra escrava tendia a prejudicar determinados setores onde ela era predominante nos meios urbanos. Esta preocupação fez com que fossem adotadas medidas para conter o amplo emprego de escravos em atividades específicas. Em Pernambuco, já em 1831, havia disposição legal que determinava que só haveriam de ser admitidos trabalhadores livres nas Estações Públicas, isto implicava no fato de que as obras públicas haveriam de ser empreendidas por meio da ação laborativa de trabalhadores livres.

No início de 1840, era notificada a dificuldade da realização de certa obra em função de questões relativas aos seus trabalhadores, conforme a publicação de documento oficial, onde é expressa uma queixa contra os modos de procedimento dos operários:

¹¹⁸ Embora haja uma diversidade de anúncios, persiste neles a ocorrência de basicamente as mesmas características – o que não poderia deixar de ser em se tratando de anúncios deste tipo –, contudo havia também quem apresentasse justificativas diferenciadas para assegurar a boa transação, também valorizando o escravo em negociação. Dentre vários exemplos, havia quem anunciasse que a venda só estava sendo realizada por questões que fugiam supostamente à vontade do vendedor, como no seguinte anúncio ilustrativo, no qual era posto em negociação “Um escravo ótimo oficial de tanoeiro, de muito boa conduta, e adverte-se que se vende por precisão, e não por outro qualquer motivo” (sic), isto é, o escravo é valorizado enquanto o seu vendedor lamenta o fato de estar cumprindo tal transação. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 9 de março de 1840)

Ao Director interino do Arsenal de Guerra, significando-lhe que tendo o Director Ajudante em officio de 6 de Dezembro do anno passado representado, que o serviço padecia com a admissão de Jornaleiros livres por isso que estes tudo fazem a seu modo e quando querem.¹¹⁹

Solicitando providências, no documento é feita a recomendação para que sejam tomadas medidas que pudessem atenuar os problemas verificados em concordância com a resolução que versava sobre a admissão dos trabalhadores livres.

Conforme discutido por Isabel Andrade Marson,¹²⁰ fazia parte do projeto desempenhado pelo governo provincial de Francisco do Rêgo Barros, o barão da Boa Vista, todo um discurso a respeito do atraso moral que impunha um entrave à modernização pernambucana. Este discurso indicava que a condição de atraso que prevalecia na conformação de uma tendência à sedição, à violência e à criminalidade estava latente à população. Segundo a noção apregoada, esta postura evitada de imoralidade comprometia a ordem e a prosperidade da província e haveria de ser combatida seja pelo controle ou pela repressão. A desvalorização do trabalho manual entra neste discurso, pois é apontada como consequência dos fatores que andavam impondo o atraso moral que o governo indicava e intentava enfrentar, como era o caso do corrosivo sentido de apreço pela ociosidade tão ligada à condição de miséria, segundo os argumentos governistas.

Com esse argumento os homens do poder explicam a miséria de grande parte da população de Pernambuco, não levando em conta as implicações da grande propriedade no processo de marginalização econômica do homem livre pobre. Na verdade, esse argumento se anula pela própria forma com a qual o barão da Boa Vista se propôs a resolver, em parte, o problema da mão-de-obra livre marginalizada, criando empregos nas obras públicas.¹²¹

Defensores da proposta governista afirmavam que a medida teria sua eficácia atingida porque atrairia um público existente que demandava por colocações que oferecessem uma remuneração tão boa quanto aquela paga pelo governo, ainda que a oferta fosse de ofícios de

¹¹⁹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 30 de janeiro de 1840.

¹²⁰ MARSON, Isabel Andrade. **Movimento Praieiro (1842-1849):** imprensa, ideologia e poder político. São Paulo: Moderna, 1980.

¹²¹ *Idem, ibidem*, pp. 84-85.

caráter manual. Considerando que o trabalho manual era corriqueiro e desempenhado nas cidades por pessoas pobres, incluindo livres e libertas, uma vez que o contingente populacional de pessoas livres era superior ao de escravos, Isabel Marson chegou a conclusão de que “o liame escravo-profissões manuais existe apelas no nível da ideologia com o intuito de preservar a propriedade, distanciando o proprietário do homem livre pobre”.¹²²

O disseminado e vulgarizado preconceito contra o trabalho manual condizia e contribuía com o senso da mentalidade escravista, que envilecia o trabalho e impunha ao seu executor um sentimento de humilhação principalmente se este era um indivíduo livre. Tal mentalidade estimulava a noção de que o instituto da propriedade haveria de ser uma condição fundamental de valorização do indivíduo e na sociedade, mobilizando, como observara Maria Sylvia de Carvalho Franco, o preceito de que os homens livres alimentavam um projeto de senhores mesmo sob as circunstâncias desfavoráveis à concretização deste ideal por parte dos livres pobres, logo, “do ponto de vista da organização social, é claro que a relação senhor-escravo trazia implícita a tendência ao monopólio de bens econômicos por um grupo determinado, estabilizando a composição dos estratos superiores”.¹²³

O desestímulo reforçado pela escravidão contra o desempenho de ofícios manuais passou a integrar a vivência cotidiana do Brasil escravocrata, implicando em discriminações e servindo de obstáculo para um avanço considerável das atividades que tinham como base a atuação dos oficiais mecânicos. Também acabou esta mentalidade tecendo complicadores para a atuação e interação dos trabalhadores livres despossuídos e desclassificados, freqüentemente encaminhados para as margens da produção brasileira entendida a partir dos grandes setores da agro-exportação.

¹²² *Idem*, p. 85.

¹²³ FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Op. cit.* p. 217.

CAPÍTULO II

RECIFE: ENTRE TRANSFORMAÇÕES E APARÊNCIAS

“Comerás o teu pão com o suor de teu rosto” foi preceito imposto pelo Criador a nossos primeiros pais e a toda sua descendência como um dos castigos à culpa original. Donde se segue que o trabalho é preceito Divino. Mas o vadiismo diz o contrário: “Comerás e passarás regaladamente à custa do suor alheio”. [Pe. Lopes Gama, *O Carapuceiro*, 1996]

2.1 – Rêgo Barros e a modernização nas aparências

Os derradeiros anos do reinado do imperador D. Pedro I foram convulsos por diversos fatores, dentre os quais a questão da condição das províncias em oposição ao anseio federalista que tomava parte das reivindicações das elites locais e que colocava em rota de colisão os liberais e os conservadores. A Constituição outorgada em 1824 estabeleceu a divisão territorial do Brasil em províncias submetidas ao poder central e esta condição, além de servir de plano para o exercício amplo dos poderes e prerrogativas do imperador, era, em contrapartida, meio de limitar drasticamente a autonomia provincial.¹²⁴ A Carta Constitucional do Império ainda determinava que a escolha dos presidentes das províncias estava também à cargo do imperador, o que mantinha a administração de tais frações do império dentro da alçada do poder central. Assim como o imperador detinha o poder de nomeação dos presidentes de província, também possuía a autoridade e competência para

¹²⁴ Com efeito, a Carta Constitucional definira em seu Artigo 2 que o Brasil teria uma conformação tal que “O seu território é dividido em Províncias na forma em que atualmente se acha, as quais poderão ser subdivididas, como pedir o bem do Estado” (**A Constituição de 1824**. Fundação Projeto Rondon – Ministério do Interior: Brasília, 1986. p. 17.)

destituir os governantes provinciais segundo seus próprios interesses e critérios (Art. 165 da Constituição). Também era flagrante o fato de que a arrecadação de tributos privilegiava sobretudo a esfera do poder central em detrimento das administrações provinciais e municipais.

O extremado autoritarismo imperial consagrado pela Constituição e agravado pela postura do então ocupante do trono brasileiro, associados a um ambiente catastrófico de crises econômicas, abalos políticos e de colapso social foram incendiários. As tensões resultantes deste quadro abalavam o império de tal forma que a oposição política manifestava suas posições através de críticas e ações cada vez mais severas.

Já em 1824, Pernambuco fora cenário de nova rebelião política através da famigerada Confederação do Equador, cujas conseqüências se fizeram sentir no período subsequente à eclosão e implosão do movimento rebelde. O poder imperial agiu diretamente sobre os encaminhamentos de enfrentamento ao motim, inclusive penalizando suas lideranças e impondo sua ação interventora conforme favoreciam os dispositivos constitucionais relativos à possibilidade de interferir nos assuntos provinciais, porém, mesmo diante da possibilidade de interferência e repressão do poder central, a cidade de Recife continuava em estado de latente ebulição rebelde.

Após a falência da Confederação do Equador, a presença dos conservadores na condução da província passou a se sentir de maneira ainda mais expressiva com o beneplácito palaciano, mas esta situação não transcorreu de forma passiva, uma vez que a oposição não foi extinta e com a abdicação do imperador, em abril de 1831, os liberais passaram a agir de maneira cada vez mais intensa. O panorama pernambucano era agravado por uma grave condição de crise econômica e a situação política e social na província não estava descolada desta circunstância. Neste contexto, motins como a Setembrizada ou a Novembrada, ocorridos em 1831, e a Abrilada, em 1832, estouraram dando provas da instabilidade reinante em Pernambuco – embora este último motim tivesse feições restauradoras. A capital pernambucana ainda serviu de cenário para agitações como as Carneiradas, que entre 1834 e 1835 agitaram a já inquieta cidade de Recife. Foram dias frenéticos de inquietações, protestos, provocações e agressões.

Diante do clima de controvertida situação política, ascendeu ao poder provincial pernambucano o ainda jovem Francisco do Rêgo Barros, que aos 35 anos de idade foi designado para presidir a província num cenário que também era bastante agitado no panorama nacional. Por ocasião da nomeação de Rego Barros, em dezembro de 1837 e durante o explosivo período regencial, no Brasil transcorriam movimentos de grande monta tais como a Cabanagem, a Sabinada e a Revolta Farroupilha e as tensões em torno do poder central eram drástica – neste mesmo ano, o regente Diogo Antônio Feijó renunciou diante da oposição regressista conservadora.

Perante tal situação, a longa gestão de Rêgo Barros, que permaneceu no governo até abril de 1844, já em pleno reinado de D. Pedro II, acabou tomando uma dimensão que a marcou num sentido oposto ao da convulsão que caracterizou o período, sobretudo em relação ao próprio panorama provincial.¹²⁵ A gestão Rêgo Barros passou a ser associada à ação empreendedora pela modernização cristalizada através das obras realizadas na capital, que envolvida por este ambiente prestou-se como cenário representativo de uma sociabilidade que também forçava uma modernização de hábitos e condução – ainda que apenas na aparência. Por tal constatação, como já fora registrado, “dúvida não paira de que a administração de Francisco do Rêgo Barros por um alto sentido de realizações e, deste modo, uma das melhores que a província teve”.¹²⁶

Esta face da gestão muitas vezes encobre as tensões que se teciam no período de sua vigência e a imagem que se consagrou a respeito do governo do Barão e posteriormente Conde da Boa Vista é freqüentemente associada tão somente ao impulso modernizante das obras e projetos urbanísticos e arquitetônicos que atingiam a superfície e a paisagem do Recife. As ações no plano da instrumentalização da cidade com novos prédios públicos funcionais e de outras obras também de caráter utilitário não deixou de possuir sua relevância, contudo, seria reducionista caracterizar a gestão Rêgo Barros por este aspecto com exclusividade. Considerando esta dimensão, portanto, nas ruas e no interior das estruturas edificadas que foram erguidas durante o período, movimentava-se uma sociedade

¹²⁵ Os presidentes provinciais pernambucanos caracteristicamente ocuparam seus cargos durante breves períodos até Rego Barros, uma vez que as constantes situações de agitação dirigiam-se também contra eles, que encarnavam, para os rebeldes e opositores, as causas, posições e ideologias a serem combatidas.

¹²⁶ CARDOSO, Fernando Henrique [et. Al.]. **O Brasil Monárquico**, tomo II: dispersão e unidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 227.

caracterizada pela desigualdade e pela incompatibilidade de interesses e necessidades, o que se mostrou evidente através de mais uma vigorosa rebelião representada pela Revolução Praieira, que se deu num tumultuado período posterior ao decantado governo no qual o arrojado, jovial e moderno Rêgo Barros esteve à frente do governo de Pernambuco.¹²⁷

A dimensão modernizadora do governo de Rêgo Barros contrastou com a sua conduta negligente em relação aos gravíssimos problemas de natureza social. Obras monumentais e artifícios arquitetônicos, apesar da pretensão inicial, não modificavam a situação de discrepância presente entre os habitantes de Recife, considerando suas condições de subsistência e respaldo social. A cidade estava mais bela, contudo continuava a ser cenário de contradições:

o que tornava, porém, mais chocante o panorama da Província era que, se a administração de Rêgo Barros apresentava um sentido progressista em relação ao aformoseamento e progresso da Capital, mostrava-se, todavia, surda e ausente em face do problema social, gritantemente presente.¹²⁸

Esta percepção segundo a qual a modernização da cidade se daria sem profundas intervenções em termos de políticas que visassem pelo menos a atenuação das condições de degradação material e social que encobriam a grande maioria da população era flagrante. Porém, o que se verificou foi que a condução das ações tomadas pela presidência provincial não negaram esta lógica que desconsiderava a iniciativa de adotar realizações que visassem contemplar ações que atacassem a grave situação social. O Recife mudava, mas apenas na aparência. E se na aparência a cidade tinha uma feição presumivelmente renovadora, entre as pedras, madeiras, ferrarias, paredes e calçamentos que foram preparados ao longo desta fase que se julgava promotora do desenvolvimento, havia também espaço para o descontentamento.

¹²⁷ A sedição praieira, que ocorreu em 1848, durante o governo de esteve inscrita numa fase tumultuada institucionalmente para o comando da província, uma vez que a sucessão de Rêgo Barros foi inquietada. Após sua gestão, Joaquim Marcelino de Brito, Tomás Xavier Garcia de Almeida e Manuel de Souza Teixeira, sucessivamente, assumiram o cargo de Presidente da Província, cada um durante rápidos instantes até que em maio de 1845 Antonio Pinto Chichorro da Gama foi designado para a função.

¹²⁸ *Idem, ibidem.* p. 228.

A dimensão da *coisa pública* e a condução das políticas governamentais apartavam de sua esfera a grande maioria da população, que não era atendida por programas ou ações coordenadas pelo Estado. Neste sentido, o processo de intervenções modernizadoras no Recife não atendia às necessidades da maioria da população e a parcela da sociedade beneficiada pelas realizações promovidas pelo governo Rêgo Barros era limitada.

As restrições que eram tangentes à grande massa populacional excluída impunham um estado de pobreza que era também explosivo, pois era ocasionalmente catalisado em revoltas através dos movimentos políticos que estouravam na província. Durante os tempos de Rêgo Barros, as tensões decorrentes do estado de diferenciação era flagrante. O latifúndio e o controle das terras por uma restrita oligarquia, apesar das tentativas de modernização, denunciavam que persistia em Pernambuco “a existência de uma arcaica e defeituosa estrutura social que remontava à colônia”.¹²⁹

Na capital imperava também o problema relativo ao comércio, que sofria forte influência de negociantes portugueses.¹³⁰ Os vigilantes críticos denunciavam que, juntamente com o latifúndio, a questão do domínio de estrangeiros sobre o comércio era problema de enorme vulto, portanto, algo a ser tenazmente combatido através dos programas de reformas propostos pelos opositores mais radicais. O comércio a retalho, atividade geradora de lucros e tensões, predominantemente era dirigido por negociantes portugueses, o que servia de alvo para opositores que propagavam claramente que aos nacionais deveria caber tal condição. Antonio Pedro Figueiredo, o notável Cousin Fusco, através d’O Progresso, teceu severas considerações a respeito da circunstância perenizada pela conivente interação entre os regentes governamentais e os interesses oligárquicos e negócios relativos ao controle comercial. Atentou para o fato de que Rêgo Barros não estava isento destas relações e

¹²⁹ *Idem, ibidem*. p. 230.

¹³⁰ Em 3 de agosto de 1840, por ocasião da passagem do primeiro aniversário da Associação Commercial de Pernambuco, entidade que congregava comerciantes atuantes na província e realizava, dentre outras atividades, a prática de pressão sobre o governo provincial com o intento de ver seus pleitos atendidos, o vice-presidente da dita sociedade, o senhor Galdino Agostinho de Barros, proferiu em seu discurso uma tentativa de defesa em relação aos ataques que a categoria recebia. O comerciante chegou a pronunciar que, ao contrário do que se costumava afirmar pelos meios críticos, os comerciantes não representavam os males indicados pelas crítica, pois legaram, enfim, “o estabelecimento recheado de vantajozos melhoramentos, em empresas, e associações a prol do Commercio e Agricultura desta Província”, ressaltando, desta forma que “não he em verdade porque em nós não sobrassem dezejos ardentes e Patrióticos, anhelando prestarmo-nos aos trabalhos, que tentativas taes reclamão entregarmo-nos em hum paiz onde não havia”. DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 11 de setembro de 1840.

associações, uma vez que “a maior parte dos negociantes e grandes proprietários”¹³¹ possuíam estreitos vínculos com sua gestão.

Cavalcantis e *cavalgados*, de relações e interesses inconciliáveis, conviviam desarmoniosamente em constante estado de conflito ao passo que as medidas governativas de Rêgo Barros eram engendradas. Opositores e baronistas digladiavam-se por meio de páginas de publicações periódicas e através de debates ou discussões públicas enquanto a cidade presenciava as contradições que demarcavam a ordem social de seus moradores ao passo em que as obras de embelezamento lhe conferiam ares de sofisticação que eram apreciados e desfrutados ao menos por parte de alguns de seus habitantes.

Desde antes da implementação das ações de remodelação, a fisionomia da cidade do Recife expressava um grotesco estado de confusão. Bem antes dos idos de Boa Vista, Henry Koster sugeriu, ainda em 1808, que não era grande espetáculo aos olhos o encontro com Recife. Descrevendo aquele que era o “primeiro bairro da cidade”, o visitante observou que suas ruas, em regra não contavam com pavimentação, enquanto, atravessando-se a ponte, destarte no bairro de Santo Antônio, a sua impressão não melhorava, pois a localidade segundo sua descrição era repleta de prédios altos e estreitos, que se “tivessem alguma beleza haveria certo ar de grandeza”.¹³² Tollenare, por sua vez, visitou a cidade uma década depois, mas a imagem da cidade parecia ser a idêntica. O francês achou tumultuada a disposição das edificações nos bairros principais da cidade e não gostou do tipo característico dos edifícios estreitos e pouco ventilados. Considerou que o Bairro do Recife era aquele mais “mal edificado e o menos asseado”.¹³³ Este tipo de impressão desgostava gravemente Boa Vista e era um empecilho para o processo de desenvolvimento da vida material e para o ingresso da cidade em modos civilizados de interação, logo, este panorama deveria passar por

¹³¹ Amaro Quintas fez em estudo sobre a Revolução Praieira um amplo emprego dos textos de Figueiredo, relacionando também a posição adotada pelo publicólogo afiliado às idéias socialistas já durante a gestão de Rêgo Barros. A citação referida, como indicada por Quintas, demonstra que ainda que o seu autor não fosse absolutamente desligado de vinculações com o presidente da província, era claramente contrário ao grau de relação entre este mandatário político e os poderosos representantes das oligarquias e negociantes. Conforme Quintas, a referida citação de Figueiredo é do Tomo I, página 210, d’O Progresso. QUINTAS, Amaro. **O sentido social da Revolução Praieira**. Recife: Editora Massangana, 1982.

¹³² KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Massangana, 2002, p. 69.

¹³³ TOLLENARE, L. F. de. *Op cit.* p. 21.

modificações consistentes. E as modificações possíveis neste sentido foram sendo cumpridas rigorosamente pelo governo provincial.

Em termos de visão estilística ou mesmo conceitual, o Barão da Boa Vista, de acordo com consideração de Gláucio Veiga, era, antes de tudo, “um plasmador de espaços, devoto da *arquitetura de janela*, dessa arquitetura onde se percebe a vontade de sair do espaço interior e de penetrar no infinito”.¹³⁴ Sua atuação estava integrada a princípios renovadores no plano da intervenção material de uma forma segundo a qual modificar o espaço produziria transformação também na condição da sociabilidade e nos hábitos deste espaço modificado.

A imagem da cidade necessitava ser remodelada para cumprir com os desígnios modernizantes encampados pelo governo, porém, mesmo este processo de ações no sentido de conferir uma nova face para a cidade que se maquiava em modernidade, exigia regras claras que deveriam ser impostas pelo bem do projeto que estava sendo proposto para a cidade. Posturas legais traçaram um ordenamento para as intervenções de ordem física na cidade. Sendo assim, em 1840, a Câmara Municipal editou um conjunto de ordenamentos para assegurar que a cidade cumpriria sua transformação e modernização dentro de parâmetros que lhes dariam um sentido coordenado e homogêneo. O intento era assegurar que o cumprimento de todo o empreendimento de modernização se cumprisse, porém também estavam dispostas em tais posturas taxas, multas e subterfúgios arrecadadores para o erário da municipalidade. Dentre a diversidade de regras e eventuais ocorrências de descumprimentos, as autoridades fiscais podiam ordenar a demolição de obras irregulares e cobrar multas aos contraventores e até mesmo aos mestres encarregados da execução das obras.

A regulamentação prescrevia padrões para novos arruados, estabelecendo até a exigência da apresentação de plantas para os futuros imóveis a serem construídos nos logradouros que a cidade ganhava. Exigiam-se também padrões métricos, pois as ruas deveriam ter, ao menos, sessenta palmos de largura enquanto as travessas deveriam possuir quarenta. No caso dos quarteirões, a norma métrica determinava também o seu esquadro mínimo, pois estes deveriam ter entre quinhentos a seiscentos palmos de frente e entre duzentos e quarenta a trezentos palmos de fundo, ao passo que as residências também

¹³⁴ VEIGA, Gláucio. **História das idéias da Faculdade de Direito do Recife**. Vol. III. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1982. p. 54.

estariam inscritas em limites de área, pois em rua nova, casa alguma poderia ter mais que trinta palmos. As edificações deveriam ser construídas com a observância de várias exigências de ordem técnica,¹³⁵ pois além de determinar diversos aspectos mínimos necessários para firmar a construção, visando atender aos parâmetros de homogeneização urbanística.¹³⁶ As casas também receberam numeração, que obedecia o ordenamento numérico a partir dos sentidos dos pontos cardeais, conforme a posição da rua. A numeração era indicada de maneira padronizada em placas de fundo preto com inscrição branca, tal qual o modelo das placas indicativas dos nomes dos logradouros. Tudo isso custeado pelos moradores e proprietários dos imóveis.

Os cofres públicos estavam sendo guarnecidos pela ação empreendedora e os tributos expressavam crescimento em sua arrecadação, que se fazia também pela maior atuação da fiscalização. Mesmo com o aumento das construções, havia evasão de tributos por meio dos artifícios empregados para burlar a fiscalização e a Fazenda. Era praxe o uso de fraudes na prestação dos impostos residenciais, sobretudo no caso dos imóveis alugados, pois locadores e locatários celebravam tratos que visavam ludibriar o sistema arrecadador ao declarar que o valor pago por tais aluguéis era menor que o valor efetivamente pago. Era produzida documentação fraudulenta, pois contratos e recibos expressavam um valor abaixo daquele que era cumprido, logo, ao tributar o “Décimo”, que era a taxa residencial, o sistema arrecadador era lesado pela falsa declaração do aluguel. Visando impor um meio de impedir

¹³⁵ Descrições feitas de residências produzidas dentro destas especificações podem ser localizados em seções de vendas e avisos diversos, como apontada no exemplo seguinte, de uma casa de amplas dimensões: "Arrenda-se annualmente uma casa terrea a barracada, sita na rua que vai da estrada da solidade para o manguinho, repartida segundo o gosto moderno, tem corredor lavado, sala de vesita, forrada, com 32 palmos em quadro, tres janellas de peitoril envidrassadas, 8 quartos, sala boa de jantar, cozinha fora, com assento de fugão inglez, contendo seis fornalhas, e seu respectivo forno, quintal murado, com cacimba de agoa de beber, senzalla para seis escravos, estribaria para 2 cavallos, com portão para a frente da rua, independente da porta principal, e tudo muito bem pintado, e suficientemente asseado; os pretendendes, entendão-se com o Escrivão Almeida, quem tem poderes para o dito arredamento". DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 14 de julho de 1842.

¹³⁶ Decerto, este rigor urbanístico impunha ordenamento e padronizava o processo de ocupação do solo da cidade para a edificação residencial, contudo esta tentativa de harmonia não abrangia níveis que iam além do físico e concreto patamar das edificações. No caso da desarmonia entre os indivíduos, a ação policial se impunha com rigor o dos preceitos legais contra as ilicitudes criminais. A exemplo disto, os indivíduos que vagavam sem ocupação e paradeiro pela cidade eram incômodos que perturbavam a ordem e também entravavam o pleno desenvolvimento da cidade moderna e exemplar. A categorização a respeito de tais indivíduos não havia de fugir aos preceitos discriminatórios que os imputavam a condição de meros desqualificados que preferiam pairar ociosos pela cidade em lugar de acorrer a alguma atividade regular. O governo tratou de ampliar o emprego dos ditos vadios na realização das obras públicas, fazendo uma associação entre o problema que tais indivíduos representavam e a necessidade de mão-de-obra para consumir seus empreendimentos. A miséria tumultuava a beleza desenhada para o futuro do Recife, porém a compreensão de conter este problema, em termos práticos, parecia ser a imposição da lei.

esta forma de ludíbrio, Rêgo Barros reformou o regime de tributação imobiliária, passando a taxar imóveis alugados e habitados por seus proprietários usando o mesmo critério.¹³⁷

A cidade moderna deveria ser também uma cidade ordenada e simétrica.¹³⁸ Além da regulamentação, novas técnicas também eram presentes na construção deste Recife moderno, que trocava casas baixas de “quatro águas” por outras mais imponentes, de melhor feitura e cujas estruturas necessitavam atender exigências técnicas mínimas, além de contar com a prévia aprovação das autoridades competentes para este fim. Também era inovadora a introdução do ferro na construção em Recife, onde este material raramente se via em edificações. Rêgo Barros admirou a técnica e a estética das modernas construções de ferro na França e, ao vislumbrar as transformações em Recife, procurou dotar a cidade de construções que também empregassem tal técnica, aqui experimentada em pontes.

Gilberto Freyre indicou que nos idos do período de governo do Barão da Boa Vista, a vida social no Recife passou por notável sobressalto: “em 1840 o Recife não parecia o mesmo de 1816 onde o regalo de altos funcionarios e negociantes fortes quase se limitava às festas da Semana Santa.”¹³⁹ Para ele, os modos característicos da civilidade nos tratos recifenses modificaram e o convívio social “se europeizou, ou antes afrancezou”.¹⁴⁰ As habituais ocasiões de encontros festivos entre pessoas de melhores meios de vida costumeiramente se davam sob alpendres de casas amplas e confortáveis nos arrabaldes da cidade, onde os instantes acalorados de entretenimento resumiam-se à conversas recatadas regada por aperitivos, refeições servidas divertidamente aos convivas e algumas recitações galantes. Nestas circunstâncias, o espaço para o entretenimento era restrito e privado. Reuniões de maior dimensão eram rarefeitas também pela carência de espaço adequado para tal. Como convinham os ditames do costume, senhoras e homens mantinham-se afastados e praticamente formavam eventos distintos na mesma ocasião de festa.

¹³⁷ Que á Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco, apresentou na Sessão Ordinaria do dia 1º de Março de 1840, o Excellentissimo Presidente da mesma Provincia, Francisco do Rego Barros. DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 3 de março de 1840.

¹³⁸ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 8 de julho de 1840.

¹³⁹ FREYRE, Gilberto. **Vida social no Nordeste**: aspectos de um século de transição. In. FREYRE, Gilberto (org). O Livro do Nordeste. Recife: Arquivo Público Estadual, 1979. p. 76.

¹⁴⁰ *Idem, ibidem.*

Posteriormente, o que se passou a verificar foi uma renovada atmosfera. A boa sociedade desfrutava com maior frequência dos bailes de gala nos salões do palácio do governo, desfrutava prazerosas tardes nos ambientes requintados dos clubes e, enfim, a vida social ia tomando ares mais renovados. Agitava-se mais entusiasmada a elite que encontrava vias para os divertimentos e para as festividades. O jornal noticiava que nestas ocasiões de animadas reuniões, “as gentes todas mostravam-se bellas diante de todos os apreciadores”.¹⁴¹ Impulsionada pela nova mentalidade bancada pelo governo, a agitação lúdica de uma privilegiada parcela de cidadãos freqüentadores de festas refinadas também acrescentou ares de aparente tranqüilidade e cortesia à vida recifense.

O que se processou no âmbito do convívio social desde as iniciativas de Rêgo Barros foi uma tentativa de elevar o próprio status dos eventos de convivência e festividades. As efemérides e ocasiões de confraternização passaram a ser mais requintadas e freqüentes e, segundo Freyre, tal coisa não ocorreu de maneira meramente casual, pois “não foi nenhum imprevisto a elegância da vida no Recife no tempo de Boa Vista”.¹⁴² Neste sentido, o barão tinha como parte de seu propósito modernizador também a valorização deste tipo de ocorrência em Pernambuco, uma vez que atribuíam – ou ao menos o faziam os seus partidários – a Rêgo Barros uma verdadeira jornada de elevação do padrão de civilidade e reconhecimento da província perante os olhares e apreciação geral, afinal, “elle proprio não procurava para o Recife outro destino sinão o de Olinda na epocha dos viannezes de Duarte Coelho; e o de propor o Recife nos dias de Nassau” (sic).¹⁴³

As transformações no aspecto da cidade rendiam não apenas seus evidentes resultados pelo aproveitamento das modificações processadas, mas inflavam também o reconhecimento dos moradores que sentiam as vantagens e reconheciam as possibilidades que as intervenções materiais implantadas no Recife podiam render. Raimundo Arrais sintetiza este processo que transcendeu ao plano meramente bruto das edificações e obras de construção, considerando que “nessas realizações residem as razões que os recifenses invocavam para se orgulhar de sua cidade, um fato inegável a partir da década de 1840”.¹⁴⁴ Os desdobramentos desta efervescência patrocinada pela idéia de progresso fluíram por entre os

¹⁴¹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 27 de agosto de 1842.

¹⁴² *Idem.* p. 77.

¹⁴³ *Idem.*

¹⁴⁴ ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho**. *Op. cit.* p. 175.

pilares, ladrilhos, postes de iluminação, tubulação de abastecimento d'água e por entre as novidades edificadas e atingiu o sentimento de que os habitantes poderiam nutrir expectativas favoráveis e promissoras, incentivando as possibilidades de realizações de novos empreendimentos que passariam a ser viáveis em uma cidade que se renovava material e idealmente.

O ambiente que se viu florescer na capital da província era favorável para o implemento de iniciativas que propusessem mais sofisticadas vivências e para a constituição de elevadas ações no plano da civilidade. As artes letradas foram privilegiadas neste processo. Em outubro de 1840 o Recife ganhou um espaço indispensável para uma cidade que se preparava para um triunfante passo civilizador. Foi inaugurado o Gabinete Literário de Pernambuco¹⁴⁵, instituição que reuniu inicialmente um acervo de 953 volumes de livros encomendados na Europa, além de coleção de jornais brasileiros, portugueses e, evidentemente, franceses – visto que a França resplandecia no firmamento da civilização e irradiava lampejos sobre a Recife. A entidade era constituída por um seletto número de sócios efetivos, que montavam, pelo menos no ato de inauguração, em apenas 178 ilustres membros, contudo, dentre estes beneficiários e benfeitores, surgiram doações que viabilizaram o surgimento da instituição, que pretendia ser espaço notável para ressaltar os mais elevados aspectos da civilidade, que era certamente valorizada através do estabelecimento de uma entidade relacionada à erudição.

Era um ambiente sofisticado que possuía seus requintes expressos também no plano exterior à sua função em rigor estrito. Sendo um espaço de respeito, o mero acesso às dependências do Gabinete estava condicionado ao cumprimento de normas de decoro, pois mesmo permitindo visitas públicas, exigia-se que as pessoas que adentrassem ao recinto se apresentassem ao local “decentemente vestidas”.¹⁴⁶

¹⁴⁵ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 10 de outubro de 1840.

¹⁴⁶ O Gabinete era uma entidade restrita. Note-se que esta exigência por si já representava uma restrição de acesso à instituição, uma vez que o traje requintado e formalmente adequado para o trânsito nas esferas de convivência mais sofisticada era inacessível à uma significativa parcela da população cidadina. Além do mais, o regulamento estabelecido para o funcionamento do Gabinete determinava, dentre outras indicações, que os sócios deveriam cumprir obrigações quanto ao pagamento de custos determinados pela vinculação, chegando até mesmo a exigir, em termos de compromisso de sócio, a doação anual de títulos para o acervo. Havia também uma postura política e ideológica imperante no funcionamento da instituição, pois, a direção poderia dispor da prerrogativa de recusar doações de obras “cujas doutrinas danosas à moral” e que não afrontassem os

A iniciativa de estabelecimento do Gabinete recebeu congratulações entusiasmadas por parte de pessoas que viam em tal instituição uma referência indispensável no processo de aprimoramento das condições de civilidade que atingiam Pernambuco e, em particular espectro, tocavam a cidade do Recife. O apoio oferecido pelo presidente da província, também sócio da instituição, se fez presente e a vinculação realizada com a instância governativa, pois o governo provincial passou a ser colaborador da instituição, conferia uma dimensão de que o Gabinete era certamente um instrumento a ser valorizado dentro da ação modernizadora que também afetava a vida cultural da cidade. Uma das pessoas que declararam seus votos de congratulações pela instauração do Gabinete chegou a externar, embora identificando-se apenas como “um que vai ser sócio”, que a entidade era louvável por diversos aspectos, como a elevação do grau de civilidade e instrução da capital e ainda ressaltando que “se diversas sociedades de bailes, para que fervorosamente se concorre, podem demonstrar o aumento da civilização deste Paiz, como não demonstrará a instituição de um Gabinete de leitura?”¹⁴⁷

A vida dos espetáculos também sobressaía-se e tornou-se mais agitada neste período. O público acorria a teatros como o Apolo, o da Rua da Praia e um outro teatro, de modestas feições e estrutura repleta de limitações. Este derradeiro era a Casa de Ópera, nome ostentatório e pomposo para o modesto Teatro Público, que, apesar de sua precariedade, se prestava como local onde a vida dos espetáculos tinha acomodação mais intensa na cidade. Também conhecido pejorativamente como Capoeira, no teatro eram montadas adaptações de peças consagradas, encenações religiosas e também as profanas, espetáculos que entretinham uma população sequiosa por momentos de lazeres, contudo, sua estrutura estava já obsoleta em vistas das renovações operadas na cidade, afinal, um Recife remodelado criou uma demanda ou, mais do que isso, exigia a edificação de uma casa de espetáculos que estivesse à altura das novidades e modernização.

Além de abrigar espetáculos que atraíam os gostos mais refinados, o Capoeira também cedia suas instalações para atrações de gosto duvidoso, e em qualquer dos casos, as

“principaes fins da Sociedade: o progresso da instrucção e consequentemente o da moralisação”. Diante de tal advertência, a instituição estava atrelada a uma mentalidade preponderante e representava uma perspectiva dominante na condução intelectual das elites que mantinham o Gabinete. Esta é, por sua vez, tônica comum a muitas das instituições de cunho formativo ou intelectual – constituir um instrumento associado à mentalidade predominante.

¹⁴⁷ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 12 de outubro de 1840.

montagens contavam com alarde da publicidade. Mágicos consagrados da época também privilegiaram o velho Teatro Público com suas apresentações, a exemplo de nomes como os estrangeiros e famigerados Sutton e Hermann, que maravilhavam os espectadores com seus truques. Na ausência de atrações de renome, a publicidade apelava para anunciar espetáculos do mesmo tipo:

Expectaculo extraordinario de Phisica. Dia de S. Miguel 29 do corrente.

O Snr. Pedro de Alcantra, Magico Portuguez, bem conhecido nesta Cidade, por haver trabalhado particularmente em algumas cazas dictinctas, vai pela primeira e ultima vez trabalhar publicamente no Theatro, pela maneira seguinte:

1ª parte jogos de Equilibrios, 2ª jogos de ligeirezas, 3ª Phizica, ou Magica Negra.

O Snr. Pedro de Alcantara, espera não desmerecer no Theatro Publico, os mesmos aplauzos que tem recebido dos Illustrados Expectadores quando tem trabalhado nas cazas particulares, e que o ser Portuguez, o não faça considerar [como he costume] inferiro aos de mais artistas das outras Nações, cujos prestigio lhes he tão favoravel nesta Capital.

No fim do Expectaculo do Snr. Pedro de Alcantara, a Companhia representará a jocoza Farça denominada – O BARBEIRO; AFETA BURROS – Os Camarotes se vendem na mão do Snr. Zebedeo Cezar, das 8 ás 12 manhã, e das 4 as 6 da tarde.¹⁴⁸

O decadente Capoeira já não atendia ao vigor notável das circunstâncias de progresso que se vivenciava na cidade e, além disso, o velho teatro era repellido pelas mais consagradas companhias estrangeiras que faziam suas apresentações no Brasil, o que representava um vexame para uma província moderna e civilizada como buscavam ser as pretensões elaboradas para Pernambuco e sua capital. Mas, mesmo diante da simplicidade e austeridade do Capoeira, o público comparecia ao teatro devidamente trajado. A casa de espetáculos era dotada de camarotes, incluindo um privativo para o presidente da província, e vendia

¹⁴⁸ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 26 de setembro de 1840.

ingressos com numeração respectiva em relação ao assento. Também era lugar onde se prestava também presente a hierarquia social, pois nele havia locais reservados e uma política que assegurava tal procedimento distintivo, pois, como recomendava uma advertência:

Pede-se encarecidamente a aqueles que srs. que tendo recebido bilhetes de varandas julgarem este lugar pouco digno de sua jerarquia, queiram restituí-los à pessoa de quem os receberam, não só porque não são bilhetes vendidos para se passar a quem se quer, como porque dando-os eles a pessoa que julgam seus inferiores, não estarão no caso de ser convidadas pelos sócios; é isto um bem trivial ponto de delicadeza que não devia escapar a um homem afidalgado; mas que a experiência obriga a lembrar a quem tão fácil é julgar-se superior, como em abater aos outros.¹⁴⁹

O cenário desta nova feição proposta para a cidade requisitava a ação intensa na construção de prédios que não apenas cumpririam suas funções específicas como instrumentos urbanos, mas também teriam uma finalidade emblemática. Conferir esta dimensão às intervenções realizadas interessava ao presidente da província, pois “era seu propósito imprimir tal impulso à cidade, que seus habitantes não sentissem necessidade de trocá-la pelo Rio, pelos prazeres e divertimentos da Corte”.¹⁵⁰

Esta percepção de elevação da vida social e da feição da cidade era muitíssimo influenciada pela dimensão que se tinha de desenvolvimento a partir da visão e do projeto posto em prática pelo presidente da província, o Barão da Boa Vista.

A sua proposta administrativa elegia como meta prioritária a transformação da paisagem urbana e da realidade material da Província, por isso o setor de obras públicas foi o que mereceu maior atenção no seu governo. A proposta modernizadora do Barão da Boa Vista contemplava a construção de estradas, pontes e edifícios públicos e tinha como objetivo não só dotar a cidade da infra-estrutura necessária à implementação da economia provincial, mas

¹⁴⁹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 1 de setembro de 1840.

¹⁵⁰ CARDOSO, Fernando. H. [et. al.]. *Op. cit.* 228.

também aproximá-la dos padrões estéticos europeus, mostrando uma cidade próspera e civilizada.¹⁵¹

A cidade, com seu esplendor artificial e seu processo de crescimento influenciado pelo Poder Público dentro de parâmetros reguladores e projeções de elevação do grau de civilidade, teve como ponto culminante e obra consagrada desta gestão de progresso ressaltado por meio da construção de uma requintada e monumental casa de espetáculos. Uma obra assim marcante coroaria com os louros da aclamação através da posteridade do governo Rêgo Barros e, de maneira análoga a um rito peculiar à atividade cênica, representaria a apoteose suntuosa e resplandecente de sua passagem pela presidência da província. O aplauso da modernização estaria bem assegurado através de uma obra como um majestoso teatro que pudesse viabilizar para o público um espaço para encenações de espetáculos no palco e de encenações de civilidade na platéia.

O Teatro de Santa Isabel, o “Taj-Mahal da administração Boa Vista”,¹⁵² seria uma representação edificada do novo espírito civilizado que rondava pelo Recife, espectro este que passeava pelas ruas enfeitadas, pelo novo casario, pelas vias de acesso, enfim, através da aparente solidez de progresso que se pretendia fincar definitivamente na cidade, demarcando o instante de virada para desenvolvimento provincial, apesar das onipresentes tensões que tornavam a instabilidade e a possibilidade de eclosão de algum motim uma ameaça crônica.

Muitos dos bem-nascidos recifenses entraram em estado de conagração com a notícia de que a cidade seria munida de um teatro que honrasse o instante de progresso vivido, contudo, a polêmica em torno do projeto também se manifestou. Considerando a precariedade de recursos captados por meio de impostos locais, e o volume de recursos já despendidos nas obras realizadas na cidade, o erário não dispunha de dinheiro suficiente para a execução do ousado projeto de edificação do teatro.

Cientes da necessidade de tal obra para a melhoria da condição da cidade como espaço civilizado, habitantes que acreditavam no projeto modernizador se dispuseram a colaborar através da aquisição de bilhetes da loteria do tesouro, cuja arrecadação sob a

¹⁵¹ ARRAIS, Isabel Concessa. *Op. cit.* p. 10

¹⁵² VEIGA, Gláucio. *Op. cit.* 57.

administração de comerciantes teria por finalidade angariar os proventos necessária para a execução da obra, orçada em 240 contos. Estes bilhetes de 60 contos de réis eram disputados e são fartos os anúncios de venda, a exemplo dos seguintes, atestam o sucesso deste sistema de arrecadação que cumpria uma junção entre investimento público e privado:

O accionista das cautellas correspondentes as Loterias faz sciente aos apaixonados deste jogo, que concorrão a comprar ditas cautellas desmanchadas de bilhetes, na quarta parte a 2250, na 10. a 900 rrs. e na 20. a 260 rs., todas das Loteria do Theatro, e vendem-se na praça da Boa vista venda do Sr. Saraiva, no atterro loja do Sr. Raposo, na rua do Crespo loja de miudezas D. 5, e no pateo de N. S. do Terço.¹⁵³

O Sr. Thesoureiro da Loteria do Theatro tenha a bondade de não pagar sahindo premiado o meio bilhete da presente loteria de n. 536, senão a seu dono Joaquim Duarte dos Santos, por cauza de dito meio bilhete se ter perdido da mão de um preto na ocasião de o ter comprado no dia 12 do corrente, outro sim roga-se a pessoa que o achou queira restituir dirijir-se a rua nova D. 36, que será gratificado com metade do valor do dito.¹⁵⁴

As obras do novo e monumental teatro seguiram-se morosamente até sua inauguração solene em 18 de maio de 1850¹⁵⁵, isto é, posteriormente ao governo Rêgo Barros, mas mesmo durante sua gestão o projeto era ressaltado como um marco para a vida cultural da cidade ou criticado como um suntuoso símbolo que catalisava e aglutinava as opiniões divergentes e descontentes com as medidas e prioridades da gestão. De qualquer forma, o teatro era aguardado para figurar como espaço de congraçamento das virtudes civilizadas, o que acabou efetivamente ocorrendo quando de sua instalação.

Mesmo considerando o intento modernizador empreendido pelo presidente da província, o projeto de intervenções em obras públicas de grande monta denunciava, contraditoriamente e de maneira incidental, que Pernambuco carecia de especialistas em artes e engenhos específicos, mesmo que o Recife fosse um dos principais centros urbanos

¹⁵³ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 18 de abril de 1840.

¹⁵⁴ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 14 de setembro de 1840.

¹⁵⁵ O brilhantismo faustoso deste evento foi tamanho, segundo Mário Sette, que “o poder imaginativo é falho para reconstituir esta noite recifense”. (SETTE, Mário. **Arruar**: história pitoresca do Recife Antigo. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Casa do Estudante do Brasil, s/d. p. 197.)

brasileiros.¹⁵⁶ O próprio Teatro de Santa Isabel, por exemplo, demandou em sua fase de construção o empenho de vários artífices e operários, contudo, considerando a natureza do projeto, constatou-se que na praça de Pernambuco estes tipos de trabalhadores simplesmente não eram encontrados. Além da solução imediata pela contratação de mão-de-obra especializada trazida de fora, incluindo o emblemático engenheiro francês Louis Léger Vauthier, que além de sua perícia técnica, trouxe para Pernambuco ideais políticos que tanto influíram no movimento praieiro posteriormente em ebulição. Considerando o programa de atuação na atividade das construções em larga escala na capital da província, Boa Vista acabou cercando-se de um corpo técnico e, deste modo, elevando a condição de mestres e oficiais mecânicos. A equipe politécnica que atuava em sua gestão influenciou notavelmente certa predisposição de valorização das artes mecânicas indispensáveis para a concretização do grande projeto de transformação material do Recife.¹⁵⁷

Rêgo Barros salientava que para o melhor cumprimento das ações do Estado sobre o processo de modernização e desenvolvimento da província era necessário o suporte ativo de uma estrutura montada em benefício desta ação que o governo coordenava. Neste sentido, indicava as frestas existentes no maquinário burocrático. As queixas do presidente provincial também nos sugerem que além da carência por tais profissionais burocráticos (como um corpo de tesoureiros, de fiscais, de oficiais de justiça), havia ainda uma evidente carência de profissionalização compromissada de tais servidores, pois muitos admitiam e participavam de expedientes fraudulentos em prejuízo de seu próprio agente pagados, isto é, a estrutura estatal. Os servidores também eram isentos de uma série de obrigações tributárias, pois eram beneficiados pelo uso e pela legislação anterior, situação que o chefe do governo provincial não reconhecia como sensata para os próprios cofres públicos.

Muitos cargos públicos eram preenchidos por indicação feita por ditas autoridades que se arrogavam de prerrogativas tais que mantinham influente controle sobre determinadas operações do serviço público. Em crítica publicada na seção de correspondências do Diário

¹⁵⁶ Em relatório dirigido à Assembléia Legislativa, Rêgo Barros informa a contratação de trabalhadores oriundos de fora da província: “A Companhia de operarios que mandei engajar pelo Doutor de Luiz de Carvalho Paes de Andrade, chegou a este Porto no dia 21 de Julho do anno proximo passado, compondo-se no seu total de 195 engajados, alem de 15 pessoas pertencentes ás suas familias” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 5 de março de 1840).

¹⁵⁷ Com efeito, a valorização técnica dos profissionais mecânicos acabou sendo coroada pela fundação, em 1841, da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais.

de Pernambuco em junho de 1840, alguém identificado por “O Censor” denunciou que a presteza de tais servidores para com as suas atribuições não era digna de respeito, afinal, muitos eram corruptos e ascendiam aos seus cargos apenas por terem sido alçados por influência de algum benfeitor cujo trânsito nos meios decisórios era bastante sólido.

Vagando o lugar de Fiscal da Boa-Vista, por falecimento do actual serventuario, e tratando-se de crear um novo empregado, foi tal a enchente dos Snrs. Vereadores, que admirou. Ficou a casa tão cheia, como um ovo. Havia gente de pé, outra assentada; gente mais alta, gente mais baixa; apareceu gente, que a dous annos não assistia as sessões; e, creio, que até os defuntos Vereadores deixarão as formosas campinas dos Elizeos para virem dar seu voto a favor de seus afilhados.¹⁵⁸

Modernizar a cidade em seus aspectos não contou com medidas que atingissem as próprias instituições e aparato burocrático-funcional da estrutura do serviço público, que eram açambarcados pela influência sempre presente da ação dos mandatários que loteavam as instâncias administrativas do Estado. Arraigada esta prática de mandonismo, nem mesmo a figura do próprio Rêgo Barros via-se isenta da prática que o nominalismo influente custava à estrutura do Estado, pois entre os seus entes relativos também havia quem se acomodasse confortavelmente no seio da benevolente e protetora será estatal, pois havia “parentes que prevalecendo das vantagens que o parentesco illustre lhes conferia, abusavam dessas vantagens”.¹⁵⁹

A civilização, grande mote para dar ímpeto ao conjunto de ações operadas no Recife buscou transfigurar a cidade em seu feitio material para aprofundar transformações no feito da civilidade aparente também nos hábitos e costumes. A imagem de cidade imunda, com ar putrefato e miasmático, retrato da decadência que se abateu sobre a economia açucareira em Pernambuco findo o século XVIII e ainda no transpassar para o século XIX precisava ser superada. O projeto modernizador do Barão da Boa Vista buscou suplantar um Recife decrépito ao procurar infundir a civilização nos moldes consagrados pelos exemplos europeus e a efetividade deste projeto se cumpriu por meio da modelação de padrões urbanísticos, da construção de edifícios públicos, monumentos e ações de transformação técnica e material.

¹⁵⁸ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 13 de julho de 1840.

¹⁵⁹ CARDOSO, Fernando Henrique [Et Al.]. **O Brasil monárquico**, tomo II. *Op. cit.* p. 228.

A decorrência esperada era que a sociedade e o próprio desenvolvimento da província acompanhassem e refletissem as iniciativas promovidas no plano material e infra-estrutural, contudo, este automatismo, esta relação de causa e efeito não funcionou plenamente, pois não atingiu a sociedade de uma maneira integrada. Os mesmos e recorrentes aspectos presentes na sociedade marcada pela demarcação de classes estavam no exato patamar que se encontravam antes da gestão de Boa Vista, como o latifúndio excludente, a proeminência de uma minoria no controle das atividades geradoras de riquezas, miserabilidade generalizada do grosso da população e um regime de domínio escravista.

Matemático formado em França, de onde trouxe inspiração para a concretização de seus cálculos modernizadores, Rêgo Barros desenvolveu seu projeto sem considerar o peso da estrutura social então vigente na equação que pressupunha resultar em progresso inevitável, como se este resultado fosse produto de alguma operação exata das aplicações matemáticas. O espectro de abrangência de suas medidas, embora reconhecidas, atingiu um restrito universo da população de Recife. As obras infra-estruturais e as realizações arquitetônicas edificaram-se firmes e solenes, certas nuances no viver de parcela da população puderam ser ressaltados ou requintados. Contudo, os parâmetros e estrutura da sociedade mantiveram-se inalterados, indicando que, em termos de estruturas, Boa Vista privilegiou aquelas cuja intervenção se dava no plano da ação material direta, demolindo o que era velho e obsoleto e, posteriormente, edificando o que era reconhecido como novo e moderno ou também preenchendo os espaços vagos do solo urbano com construções que passaram a ocupar cada vez mais a cidade em rota de prosperidade, porém estes tipos de estruturas edificadas não foram capazes de encadear por si próprias transformações na estrutura social, enquanto o inverso seria plenamente plausível e factível.

2.1 – Improdutividade trabalhosa

Assim como o jovem testador Antonio Ramos, que se sentiu prestigiado pelo destino por não ter abraçado uma atividade braçal como profissão, outros privilegiados também gozaram das delícias e da virtual distinção contida no afastamento glorioso dos trabalhos vis que necessitavam de empenho de uma força física tão humana e tão vergonhosa. O senhor Ramos explicitou, por escrito, seu orgulho através de seu testamento enquanto outros tantos não necessitaram registrar intencionalmente tal dádiva para testemunha alguma. Pelo menos não o fizeram de forma direta, contudo podemos inferir através de seus derradeiros registros, como os testamentos deixados, que era muito comum que o testador deixasse registrada sua atividade, indicando então que não era algum reles praticante de algum servil tipo de ocupação.

Acompanhamos que era também comum que na falta de uma menção a um ofício específico, diversos testadores indicavam que não eram quaisquer despossuídos, uma vez que constam em testamentos a condição de tais indivíduos ao indicarem que eram “proprietários”. Este indicativo serve para ilustrar o valor da distinção amparada em aspectos materiais visíveis num meio tão marcado pela presença constante da miséria e da escravidão. Ser proprietário nestas circunstâncias era de grande importância para aquele que registrava tal condição, pois isto já servia de meio para estabelecer um sinal de distinção evidente, pois ser proprietário indicava o domínio sobre bens que encerravam em si uma série de atributos honoríficos e diferenciadores, sobretudo se a propriedade de escravos estava contemplada através da orgulhosa auto-classificação que os testadores faziam ao indicarem que eram “proprietários”, então, diante destas ocorrências, o grau de valorização e orgulho era acentuado por aqueles que indicavam ser possuidores de bens.

Possuir escravos era útil para o processo de distinção através da isenção de trabalhos vergonhosos porque demonstrava que certas atividades cotidianas não eram exercidas pelo feliz e honrado testador e, a exemplo do senhor Ramos, não faltaram aqueles que fizeram registro de seus escravos em seus testamentos, pois escravos, como “bens”, também haveriam de constar em documentos desta natureza uma vez que tais papéis

de força legal reconhecida tinham como função imediata tratar das disposições ou encaminhar uma solução para o que seria feito de todo o acervo que condicionava os testadores como proprietários e, conseqüentemente, escravos relacionados em testamentos eram presença comum. Contudo, a referência aos escravos nos testamentos traz uma série de possibilidades de interpretações. Diferentemente de um bem material móvel ou imóvel, cujos destinos adotados pelo testador era normalmente indicar sua propriedade para os cuidados de outrem, escravos puderam tomam destinos variados, embora também fosse comum que seu tratamento como legado de propriedade muitas vezes não se diferenciasse de outros tipos de bens, isto é, sua propriedade poderia simplesmente ser repassada para algum herdeiro devidamente indicado ou ser objeto de alguma querela em torno da divisão dos espólios do falecido proprietário.

Entre os escravos que tinham relacionamento mais próximo aos seus senhores, freqüentemente era apresentada uma espécie de premiação concedida pelos proprietários, que os referiam nominalmente nos testamentos. Liberdade e algum legado material eram oferecidos possivelmente como forma de reconhecimento pelos serviços prestados e mesmo como gesto demonstrativo de afeto, ou ainda como prática de alguma boa ação a ser recompensada no plano místico e sagrado, bem como gesto que simbolizasse para os viventes – embora tardio – um forte valor de caráter do testador, capaz de agir com altivez de espírito e grandeza humanitária em seus derradeiros momentos terrenos ao oferecer a liberdade a algum indivíduo que padecera sob a escravidão. De qualquer forma, normalmente estes escravos cumpriam para os seus senhores funções que abstinham destes últimos o desprazer maculatório do trabalho manual.

Tal é o caso do citado senhor Antonio Ramos e também se enquadram nesta situação vários outros senhores e senhoras, a exemplo da senhora Francisca de Paula Vieira Cavalcante, moradora de um sobrado de três andares na Rua do Trapiche. Encomendando a prestação de 200 missas em seu benefício, a Irmã da Ordem Terceira do Carmo, que declarou a si mesma como “proprietária” (esta categoria de atuação um tanto sem definição específica), em 1842 cumpriu a feitura de seu testamento, onde, dentre seus termos, declarava livres as suas então escravas: a parda Maria de Assumpção e a crioula Generosa Rosa, às quais também legou a importância de 50 mil-réis, também libertava, mediante a oferta de 30 mil-réis, sua mucama, a parda Maria do Livramento, e, enfim, dona Francisca Vieira ainda

concedeu para a outra de suas escravas, a parda Margarida Maria das Virgens, a importância de 20 mil-réis. Não nos foi possível definir se duas de suas contempladas, as criadas Lauriana e Helena Maria também eram cativas, contudo sabe-se que prestavam serviços pelo conforto de sua patroa e legaram dela a sua mobília e “trastes” como prêmio e reconhecimento póstumos. Benevolente, a senhora Francisca Cavalcante rendeu benefícios a cinco viúvas “reconhecidamente honestas” que deveriam ser escolhidas por seu testamenteiro para o recebimento de 50 mil-réis cada uma, além de legar individualmente para as suas afilhadas – não há indicação de quantas beneficiárias – a importância de 300 mil-réis, desde que estas herdeiras de tão grata sorte apresentassem aos responsáveis por tal verificação, “a competente certidão de baptismo”!¹⁶⁰

O que se pode, dentre algumas indicações, apreender a respeito da distribuição destes benefícios concedidos pela senhora para as suas serviçais, mesmo aquelas que possivelmente não fossem escravas? Destaca-se certamente a intenção demonstrada de beneficiar tais serventes e, por outro lado, revela-se que a benfeitora gozou de regalias que possibilitaram que levasse uma vida de ociosidade em relação ao desempenho de atividades produtivas, ainda que consideremos o fato de que a senhora pudesse ter determinadas limitações físicas seja pela idade (não indicada no documento, uma vez que não consta informação relativa ao nascimento da testadora) ou por eventuais dificuldades provenientes de um estado de saúde debilitado (o que também não é apontado), isto é, se a distinta senhora não era portadora destas limitações, sua condição de ociosa teriam um reforço ainda mais consistente. De qualquer maneira, rodeada por serventes pessoais, dona Francisca Cavalcante, tinha a vantagem de não se empenhar sequer para realizar esforços que pudessem ser necessários para seu manejo diário de afazeres corriqueiros de uma vida doméstica.

O serviço empreendido em prol do atendimento pessoal de serventes dedicados ao bem-estar de seus senhores e patrões era indicativo de que os indivíduos que desfrutavam de tais benefícios estavam em uma condição de privilegiada distinção, uma vez que esta modalidade de atendimento ressaltava a situação de seu beneficiário. Não se tratava simplesmente de isentar-se do exercício de trabalhos vergonhosos, nesta situação importava a isenção absoluta de esforços, pois o emprego do serviço que visasse o bem-estar individual

¹⁶⁰ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO – ARQUIVO GERAL. Testamento de Francisca de Paula Vieira Cavalcante. Recife, 1842.

era realizado por escravos ou por outros trabalhadores cuja função era exatamente prover o conforto físico aos seus senhores.¹⁶¹

Também era bem servido o bacharel Francisco da Costa Monteiro, nascido em Portugal, solteiro e aparentemente sem familiares outros por perto além de uma sobrinha e afilhada, sua principal herdeira. O doutor Monteiro residira em seu sobrado de três andares na Rua da Senzalla Velha quando redigiu seu testamento em 1843. Nele, o distinto senhor Monteiro delegou para alguns colaboradores partes de seus bens, embora registrando clara e enfaticamente: “escravos não possuo”! Repartiu entre os serviçais domésticos a importância de 90 mil-réis, embora não tenha especificado quantos seriam os empregados que se dedicavam à manutenção de seu conforto caseiro. Também teve sorte outro de seus colaboradores, seu escrevente particular Theodoro Orestes do Patrocínio, que recebeu, além de mais 800 mil-réis, um relógio com cordão de ouro e ainda todas as roupas do patrão. O testador afirmou que não sabia exatamente quais os objetos que possuía em sua residência e ainda assim decidiu também repartir tais bens entre aqueles a quem “me forão tão caros os seus serviços sempre prestados em minhas necessidades”(sic).¹⁶²

Este outro caso de patrão de benevolência póstuma também ilustra que entre parte da população recifense do período havia quem mantivesse em casa uma verdadeira equipe de servidores domésticos e atendentes de préstimos de bem-estar. Certamente não era fácil ou barata a manutenção de numerosa quantidade de serviçais, porém este investimento tinha sua finalidade também voltada para ressaltar o status de seu empregador. Em um meio no qual prevalecia um sentido de desvalorização ao trabalho, dispor também de quem desempenhasse serviços corriqueiros pessoais era algo significativo.

Thorstein Veblen definiu como *ócio vicário* a atividade consagrada ao conforto alheio, ressaltando a ociosidade dignificante daqueles que tinham o privilégio de contar com os cuidados pessoais realizados por serventes que tinham esta finalidade específica como função laborativa, contudo, Veblen ressaltou que a realização do ócio vicário tinha uma

¹⁶¹ A respeito dos préstimos empreendidos por serviçais, Schlichhorst chegou mesmo a concluir que a presença de trabalhadores brancos em tais funções era danosa ao próprio serviço, pois “onde existem, assumem uma atitude de superioridade, que se reflete prejudicialmente sobre o resto da criadagem” (SCHLICHHORST, C. *Op. cit.* p. 139).

¹⁶² TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO – ARQUIVO GERAL. Testamento de Francisco da Costa Monteiro. Recife, 1843.

sofisticação que o ressaltava ainda mais: aqueles que prestavam este tipo de serviço deveriam ser indivíduos livres, pois, deste modo, cumpriria-se uma dupla conformação de ócio.

De um lado, o ócio dos senhores era ressaltado, pois estes acabavam por cumprir seu êxito em satisfazer sua inclinação para evitar o trabalho, o que aumentava seu bem-estar e a opulência em suas vidas. Por outro lado, embora associado ao argumento anterior, o ócio dos serviçais também persistia, pois o trabalho que desempenhavam não se tratava de um trabalho que, segundo entendia Veblen, se caracterizasse por ser produtivo, logo, seria uma atividade ociosa cuja existência não objetivava o conforto de seus praticantes e o seu ócio visava o conforto dos seus senhores. Portanto, os praticantes dos serviços de conforto aos senhores integravam uma categoria subsidiária de ociosos apesar de seu tipo particular de ócio ser bastante distinto do ócio de seus senhores.¹⁶³

Estes préstimos de serviços pessoais, atividades de *improdutividade trabalhosa*,¹⁶⁴ eram oferecidos em escala bastante visível em Recife, onde pessoas se ofereciam para atender as necessidades de quem pudesse pagar pela assistência de trabalhadores livres que lidavam com rotineiros ofícios caracterizados não por sua produtividade industriosa, mas pela produção de bem-estar e conforto pessoal. Serviços domésticos apareciam frequentemente ofertados através dos diários impressos que circulavam na cidade. O Diário de Pernambuco, por exemplo, anunciava em abril de 1840:

¹⁶³ VEBLLEN, T. *Op. cit.*

¹⁶⁴ A expressão cunhada por Paul Lafargue referia-se ao uso de atividades cuja atuação beneficiava a burguesia controladora das massas trabalhadores. O comunista Lafargue, que era genro de ninguém menos que o próprio Karl Marx, considerava a burguesia industrial uma classe ociosa porque ela não realizava o grosso do trabalho empreendido para a geração de riquezas enquanto fazia uso da exploração do trabalho das massas proletárias para este fim. A improdutividade trabalhosa estava para ele contida no exercício das funções que asseguravam o privilégio ocioso da burguesia e no sentido cáustico e político de sua análise, Lafaugue relaciona as forças opressoras dos pelotões policiais, do aparato legal e controlador como sendo atividades desempenhadas em prol da elite ociosa, garantindo sua situação. O texto foi escrito num contexto de produção de farto material empregado no processo de acirramento dos debates socialistas-revolucionários da segunda metade do século XIX. Lafargue não desenvolveu um conceito sobre improdutividade trabalhosa, que desponta em seu texto mais como uma expressão de efeito retórico. Neste sentido também utilizamos a expressão, porém a empregamos como relativa a atividades que, de um modo geral e não em um sentido especificamente político, estão relacionadas à garantia do ócio de uma parcela da sociedade. LAFARGUE, Paul. **O direito ao ócio**. In: DE MASI, Domenico. *A Economia do ócio*. Sextante: Rio de Janeiro, 2001.

A creoula honesta que no Diario de 15 do corrente se offerece para ser ama de casa, preferindo a de homem solteiro, queira dirigir-se a rua da Cadeia do Recife D. 61, ou anuncie sua morada para ser procurada

Offerece-se para ama de casa uma mulher de idade não avançada, e com capacidade para desempenhar as obirgações, que estiverem a seu cargo: a pessoa, que do seu prestimo se quizer servir, dirija-se a rua, que fica defronte do portão do Hospital do Paraizo, a primeira casa lado esquerdo, indo pelo mesmo portão, n. 1.¹⁶⁵

Uma mulher de muito bons costumes, perita cozinheira, masseira, doceira, e engomadeira se offerece para ama de casa; quem a pertender, dirija-se ao sobrado por cima do bilhar, no fundo do Quartel do Corpo de Policia.¹⁶⁶

Notas semelhantes a estas repetiam-se corriqueiramente, dando mostras de que havia uma profícua oferta de mão-de-obra para os serviços domésticos na praça do Recife. Ainda que muitos dos demandantes por tais serviços pessoais acoressem a eles por necessidade prática, eram vários também aqueles que associavam o pragmatismo a uma outra necessidade, pois tinham a contratação de serviçais como um fator distintivo que demonstrava a capacidade ociosa dos senhores. E mesmo com a oferta de serviçais livres disponíveis, a possibilidade de dispor de escravos para o cumprimento de serviços pessoais voltados para o atendimento do bem-estar dos senhores era bastante empregada.

A riqueza no Brasil escravista muito esteve relacionada à quantidade de cativos que eram possuídos pelos senhores. Jorge Caldeira confirma isto ao afirmar que “para além do corte básico que distingue senhor e escravo, mercadoria e proprietário, o processo parece ter apenas limitações quantitativas: quanto mais escravos, maior a riqueza, até o topo da escala social”¹⁶⁷. E, além desta constatação, persistia também uma percepção segundo a qual o uso de escravos em atividades também diretamente improdutivas proporcionava uma notável valorização de seus senhores, indicando que sua abastança era tamanha que podiam se dar ao luxo de empregar parcela se sua escravaria em funções que não objetivavam a produção e sim o conforto daqueles que exploravam os cativos que ainda atuavam no ambiente doméstico e

¹⁶⁵ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 16 de abril de 1840.

¹⁶⁶ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 23 de abril de 1840.

¹⁶⁷ CALDEIRA, Jorge. *A nação mercantilista*. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 53.

também nas ruas onde era exibida de maneira flagrante uma forma curiosa de demonstração de ociosidade dignificante.

Conforme Gilberto Freyre, brasileiros haviam se corrompido pelas benesses indolentes propiciadas graças ao uso de escravos que realizavam serviços destinados ao conforto de seus senhores e o funcionamento prático do escravismo português engendrou no Brasil desde os tempos coloniais um regime corruptor de escravidão, no entanto, “a escravidão que o corrompeu não foi a colonial, mas a doméstica”¹⁶⁸ pois, segundo o sociólogo, a opulência do senhor realmente estava associada à quantidade de escravos que ele possuía, sobretudo escravos que eram empregados no atendimento de serviços específicos de conforto ao senhor. Ainda a este respeito, observou Charles Boxer, que o número “desnecessariamente elevado de escravos domésticos conferia prestígio e status social aos donos, e constituiu uma característica da vida colonial portuguesa.”¹⁶⁹

De acordo com Emanuel Araújo, a necessidade que havia no Brasil por parte de significativa parcela da população livre de se mostrar em condição de *vida digna* dependia de demonstração de ociosidade que fazia necessária a posse ou uso de escravos, eximindo da indignidade do trabalho mesmo pessoas que nem mesmo chegavam a ser realmente abastadas¹⁷⁰. Os cânones da fidalguia (e da pretensão à fidalguia) recomendavam também uma postura de certa distância do trabalho para uma nobreza que jurava viver em cortes européias. Desnecessário seria duvidar que a honorabilidade do senhor estava diretamente relacionada à quantidade de escravos que ele possuía a seu dispor, ainda mais quando estes escravos possuíam atividades relativas exclusivamente ao bem-estar pessoal do senhor, ou seja, os escravos de *mero luxo* que atuavam na qualidade de lacaios ou criados domésticos.

O serviço prestado por estes escravos não era um tipo de serviço produtivo e aí está a grande *proeza* de seu proprietário: dispor de escravos que necessariamente não tenham função produtiva, mas a atribuição de exaltar ainda mais a ociosidade do senhor. Os escravos de mero luxo acabam por contemplar mais esta regalia da escravista classe ociosa brasileira. Emanuel

¹⁶⁸ FREYRE, Gilberto. Op. cit. P. 303.

¹⁶⁹ BOXER, Charles. **O império marítimo português 1415-1825**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. p. 319.

¹⁷⁰ ARAÚJO, Emanuel. Op. cit.

Araújo acrescenta ainda que “o padrão ideal de status, portanto, era esse: possuir escravos que dispensassem o dono de certos trabalhos ou, melhor ainda, de todo trabalho”¹⁷¹.

Gilberto Freyre traz no ensaio *Vida social no Nordeste* uma imagem curiosa sobre as donas de casas (casas abastadas, diga-se de passagem) brasileiras dos tempos da escravidão, senhoras que Kidder acusava de nem mesmo se dedicarem aos tratos mais elementares da cozinha. Estas matronas descritas por Freyre pareciam exemplos de ociosidade, mas tratavam de manter sua criadagem bem ocupada. Elas não eram para Freyre tão ociosas assim, pois dedicavam-se a seus bicos, bordados, à costura e demais miudezas, mas também aos tratos com a criançada e – claro – com os escravos e o “manejo do chicote”. Ressalta ainda Freyre que “os escravos tomavam-lhe o tempo quase tiranicamente”.¹⁷² Acrescenta ainda o autor, tomando partido das matronas, que “a educação e administração dos negros de serviço caseiro de que se encarregavam as senhoras, era das menos suaves deste mundo” e arremata afirmando que os comandados das senhoras “eram menos dóceis e mais difíceis de dirigir e educar, os pretos e as negras, que os cavalos e bichos de circo”.¹⁷³ E elas se faziam impor através de gritos dirigidos aos escravos domésticos, gritos que acabaram sendo, como notara Saint-Hilaire, responsáveis pelo hábito que tinham estas madames de terem uma fala estridente. Para Gilberto Freyre, elas não gritavam com seus negros por puro mandonismo e justificava seu julgamento afirmando que “seria mais justo atribuí-lo, ao meu ver, às necessidades como que pedagógicas de repreender os escravos indolentes”,¹⁷⁴ ora, afinal, “nas professoras de escola primária não se desenvolve excepcionalmente a estridência da voz?”.¹⁷⁵

Henry Koster concordou com o julgamento de que as senhoras eram de grande crueldade com os cativos, mas explicou a vilania argumentando que tudo era fruto de ignorância, pois elas “recebem escassamente educação e não têm a vantagem de poder obter instrução pela comunicabilidade das pessoas estranhas ao seu ambiente nem adquirem novas idéias na conversação geral”.¹⁷⁶ Koster ainda considerava que estas mulheres por toda sua vida se viram rodeadas de escravos e não tiveram a devida percepção do verdadeiro censo de

¹⁷¹ Idem, p. 90.

¹⁷² FREYRE, Gilberto. **Vida Social no Nordeste: aspectos de um século em transição**. In FREYRE, Gilberto (org). *O Livro do Nordeste*. Recife: Arquivo Público do Estado, 1979. p. 81.

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ Idem.

¹⁷⁶ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. *Op. cit.* p. 375.

autoridade e apresenta uma sábia sugestão: “levei essas mulheres para adiante, educando-as; ensinai-lhes o que é racional e serão iguais e em nada inferiores aos seus patrícios”.¹⁷⁷ Enquanto Gilberto Freyre imputou aos escravos a responsabilidade pelo autoritarismo cruel das senhoras, Henry Koster atribuiu ao esquema de educação e cultura patriarcal a culpa por esse comportamento, pois “a falta não está no sexo mas no estado de costumes”.¹⁷⁸

Em se tratando de exibição do privilégio da ociosidade honorífica, cenas de tráfego em cadeirinhas de arruar são exemplos bastante pitorescos e ilustrativos deste uso do serviço alheio em benefício do conforto pessoal de senhores e senhoras. A cadeirinha tornava público aos olhares de vizinhos, transeuntes e quem quer que se dispusesse a averiguar, que quem era transportado de tal maneira tinha elevada condição de boa vida, desfrutava, enfim, de meios suficientemente disponíveis para empregar o esforço de pessoas em uma atividade tão ociosa quanto carregar nos ombros ou pela força de seus braços tais meios de transporte que serviam também – além de forma de deslocamento físico através de vias e estradas – como objeto de exibicionismo no qual estava impresso a suposta superioridade de seu usuário.

Os passeios de palanquins, de cadeiras de arruar tipificam bem este talento ostentatório. Mario Sette liricamente descrevia tais esnobes meios de transporte e apresentava como era o estilo e condição de vida de certas madames que ganhavam as ruas sendo carregadas de maneira confortável pelas ruas de Recife:

Cadeirinhas de arruar, misto de pecado e ostentação. Um pouco de mistério e muito de vaidade. E tão raras a princípio! Não era para quem queria e sim para quem podia. Distinguiam-se na cidade os seus donos, falava-se nas transitadoras pela Boa Vista, por Santo Antônio, por Fora-de-Portas. As senhoras de relevo social, moradoras dos sobrados de azulejos, por cima dos trapiches ou das lojas dos maridos, ou já nos sítios de casas apalacetadas dos arrabaldes, possuíam as suas, com ornatos de talha, com estofos de gorrão, com portinholas desenhadas, conduzidas por escravos em parêlas de igual

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ Idem.

altura, negros bonitões e robustos trajando librés de cores berrantes e bonés de oleado que o jornal anunciava como “novidade de Paris”.¹⁷⁹

Esta era mais uma forma de exibição notável. A descrição de Mario Sette faz parecer deste espetáculo algo de uma beleza frugal e realmente prosaica que bem poderia ainda ser enriquecida com mais imagens que o autor enche de bela nostalgia, como ao exaltar que estas cadeirinhas de arruar inspiraram poemas e que eram camarins ambulantes para “se apreciarem as cenas constantes e variadas dessa peça social que as ruas oferecem a todo instante”¹⁸⁰. Estes andores de ociosos figuravam como um instrumento que exaltava ainda a exploração de esforços de pessoas cujo trabalho consistia exatamente em proporcionar conforto a terceiros. Os escravos que quase passam despercebidos por Mario Sette, se não fosse por seus trajes vindos de Paris, eram empregados também como demonstração de status de seus senhores. Thomas Ewbank testemunhou e até teve curiosidade de examinar detalhadamente algumas cadeirinhas de arruar. Disse o viajante que vira certa feita escravos de libré carregando uma cadeira que em seu interior transportava uma mulher, que era seguida por suas criadas que caminhavam a pé sob o sol, seguindo em cortejo a senhora em seu elegante passeio.¹⁸¹ Esta cena certamente não era de raridade extraordinária, ao contrário, era comum, e demonstrava que havia nela algo sedutor para quem era transportado de tal forma.

O fazer-se transportar carregado por escravos era sinal prestigioso. Transporte que inicialmente era realizado em redes, mas que ganhara muito mais requinte com os palanquins carregados pelos escravos tão bem trajados para honrar o seu senhor em sua grande capacidade de desprender altas somas pecuniárias nestes transportes e dispor de escravos com esta finalidade tão ostentatória. Este incomum meio de transporte, segundo observara Gilberto Freyre, teve um uso no Brasil que se estendeu ao longo dos tempos apesar do transporte de tração animal, que muitas vezes também era de luxo e suntuosidade que agradava seus usuários. Freyre notara que os palanquins resistiram, apesar da “indignação moral, por algum tempo limitada aos brasileiros de maior sensibilidade cristã; enquanto a esse uso não se

¹⁷⁹ SETTE, Mario. **Arruar: História pitoresca do Recife Antigo**. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1952. p. 7.

¹⁸⁰ Idem, p. 8.

¹⁸¹ EWBANK, Thomas. *Op. cit.* p. 77-78.

associou a vergonha ou o pudor de constituir um arcaísmo oriental no meio de uma civilização com pretensões a européia”¹⁸².

Retomando a argumentação proposta por Veblen, este gosto pela exibição de ociosidade é característico daqueles que foram premiados pelos requintes proporcionados pela fortuna. O que Veblen chamou de *emulação pecuniária* referia-se a disputa entre os participantes destas faixas de privilegiados por status, uma luta por honorabilidade travada através de demonstrações de opulência que têm na exibição sua mais notável apoteose, conforme o julgamento de Veblen, “fundada numa odiosa comparação de prestígio entre os indivíduos”.¹⁸³ Esta exibição de grandeza pecuniária e a vaidade honorífica ganhavam as ruas e transitavam entre os corpos de trabalhadores escravos no ganho e de tantos outros habituais e rotineiros freqüentadores dos logradouros recifenses, muito embora no recinto caseiro também fosse praticado por muitos senhores o uso de diversos escravos domésticos com o fim de alardear uma confortável condição e valorizar a situação destes proprietários.

Mais uma vez recorrendo a exemplos captados de registros testamentais, a senhora Maria das Mercês Braga, viúva do bacharel Leopoldo Braga, que atuara como juiz na comarca de Recife, era proprietária dos escravos domésticos Maria da Encarnação, Sebastiana, Justa, seu filho, o moleque Isidoro, o pardo Jonas e, como a mesma indicou, “todos mais que a mim são ordenados” – de onde presume-se que a quantidade de seus escravos era maior do que aquela indicada apenas com a enunciação de cinco pessoas, uma vez que provavelmente estes escravos tenham sido os mais próximos de sua convivência rotineira. Além dos escravos, a testadora também possuía criados livres, como a parda Feliciano e uma outra serviçal chamada Maria das Dores, a quem a patroa contemplou com a doação de 45 mil-réis, cada. Moribunda quando da escritura de seu testamento em 1842, dona Maria das Mercês determinou que todos seus serviçais cativos lhes prestassem as devidas homenagens ao trajarem luto por ocasião de seu passamento. Nenhum deles obteve sua libertação e ficaram seus destinos a cargo do filho da testadora, o bacharel José Leopoldo, que vivia distante da casa de seus genitores, pois estava estabelecido na cidade do Rio de Janeiro. A austera e refinada senhora – cujos bens ainda serão objeto de avaliação neste trabalho – fez questão de que seus serviçais cumprissem mais uma ordem, que era o trajar respeitoso do luto

¹⁸² FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: Record, 2002. p. 524.

¹⁸³ VEBLER, T. *Op. cit.* p. 45.

– os custos de confecção das peças devem ter sido arcados por provisão administrada pelo testamenteiro, o senhor Ignácio de Assumpção Braga, seu irmão a quem coube os cuidados póstumos do patrimônio e providências indicadas pela viúva.¹⁸⁴

Esta homenagem que os escravos haveriam de prestar poderia também ser entendida como uma possível indicação de exibição de status, uma vez que a senhora, que vivia rodeada por significativa quantidade de serviçais domésticos, manteve tal vínculo de atendimento pessoal mesmo após sua morte, pois os serviçais em luto estariam rendendo estes respeitos fúnebres como uma demanda premeditada pela senhora, uma ordem. A capacidade de domínio de serviçais como atributo valoroso em benefício do senhor não pareceu, nesta situação, ter fim com o falecimento da pessoa que fora em vida favorecida pelo conforto do atendimento prestado por tais serventes pessoais.

A demonstração de pujança contida no fato de receber tais cuidados domésticos foi para a senhora Maria das Mercês Braga algo praticado também em uma situação na qual estes serviços já não seriam necessários: na morte. Mesmo assim, seus lacaios pessoais estavam cumprindo mais um desígnio e demonstrando que eram seus subservientes criados. A distinta madame Braga morreu como viveu – como uma *senhora*, e ao empregarmos o termo estamos nos reportando, sobretudo, a um sentido segundo o qual que ela detinha domínio sobre outras pessoas e fazia com que tal domínio fosse exercido e percebido, pois esta postura era reconhecida como notável e distintiva. Enfim, esta condição atende ao uso da escravidão como uma inclinação para o domínio e coerção por parte do senhor, como utilidade do uso dos escravos como prova de proeza de seu dono e também como meio de emprego da utilidade dos serviços efetuados por estes trabalhadores cuja força de trabalho estava submetida a um rígido regime de radical e coercitivo domínio.

Um entendimento generalizado a respeito do trabalho o aponta como um meio transformador, que modifica a natureza, que realiza a capacidade criativa e transformadora do homem. Contudo, socialmente contextualizado, o trabalho integra o complexo de relações e práticas que caracterizam as sociedades. Nestas relações estão obviamente os mecanismos de exploração do trabalho e as variantes de conceito e ideologias a ele relacionadas.

¹⁸⁴ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO – ARQUIVO GERAL. Testamento de Maria das Mercês Braga. Recife, 1842.

A modernização também prescindia de um cabedal de mentes treinadas e profissionais técnicos de áreas diversas áreas disponíveis e atuantes neste circuito. Recife, que buscava valorizar sua condição e status no Império Brasileiro também necessitava da condição de ser um mercado de mão-de-obra qualificada, pois grandes e importantes cidades eram também campos de ação de profissionais de alta estirpe. A cidade repleta de trabalhadores braçais que certamente eram aqueles que empenhavam sua força na consecução da produção também precisava dinamizar o seu universo laborioso e atrair a melhor qualificação profissional possível.

Em diversas áreas, porém, sobretudo, nos setores agrícolas e no comércio, eram apresentadas ofertas de profissionais vindos de fora de Pernambuco para atuação nesta promissora cidade inundada por uma atmosfera oficialmente progressista e próspera. Vários profissionais buscaram se estabelecer em Recife, tais como oficiais mecânicos, burocratas, negociantes, profissionais liberais.

Em se tratando da expressão “profissional liberal”, Edmundo Campos Coelho¹⁸⁵ recomenda atenção ao fato de que antes do século XX esta indicação não era largamente empregada no Brasil e nem mesmo em Portugal com o sentido de ofício de natureza “liberal” tal qual entendida como aquela cuja formação se dava através de influências humanísticas e na dignidade social expressa em seu exercício. O autor verificou que o uso corrente desta expressão no Brasil e em Portugal teve uma conotação mais enfática sobre a noção de “liberal” no sentido de exercício livre da profissão, isto é, presumia que seus praticantes eram autônomos. O emprego coloquial, no século XIX, admitia como “profissão liberal” aquela atuação que remetia à possibilidade de ser rentável. Por outro lado, o sentido de *liberal profession* admitido, por exemplo, pelos ingleses – responsáveis pela expressão – pressupunha com maior ênfase o nível de formação dos profissionais versados, sendo, por intermédio das avaliações de critério de julgamentos elitistas, ofícios “cultos” distintos dos ofícios mecânicos de educação “vulgar”.¹⁸⁶

¹⁸⁵ COELHO, Edmundo Campos. *Op. cit.* pp. 20-26.

¹⁸⁶ Coelho acabou não chegando a uma apresentação mais concreta da configuração do entendimento da expressão no Brasil oitocentista, passando à análise terminológica para uma dimensão mais ampliada no tempo. Entendemos, contudo, que apesar na distinção entre a formação superior nos modos anglicanos e a formação seguindo-se ao modelo português havia um caráter de aplicação do entendimento das profissões liberais imbricado entre as duas formas apresentadas – a inglesa e aquela atribuída ao Brasil e Portugal. Certamente a

O crescimento da cidade criou a necessidade por trabalhadores de maior especialização e a presença de tais indivíduos instruídos no Recife se fazia também notar através dos anúncios, onde estes profissionais qualificados propagavam seus serviços ao público, como o seguinte caso de um médico especializado no atendimento de senhoras:

O Cirurgião Galvão, residente na rua da Alegria, freguezia da Boa-vista, á pouco chegado a esta Cidade, se offerece ao respeitavel Publico para partejar nos casos difficeis, e perigosos. Igual soccorro offerece por charidade ás Senhoras e mulheres que pela sua pobreza não devem morrer ao desamparo, nem sacrificar sua reprodução. «Nul honnate se peut vanter d'avoir du Loisir, tant qu'il aura du bien à faire, et des malheureux à Soulager.» De J. J. Rousseau.¹⁸⁷

Esta nova elite letrada, perseguidora dos lucros através de seus ofícios ou não, tinha as cidades como habitat convencional e a sua emergência se realizou intensamente quando as cidades brasileiras tomavam de forma cada vez mais decisiva o predomínio sobre o campo. Darcy Ribeiro assinalou que o Brasil “surgido embora pela via evolutiva da atualização histórica, nasceu já como uma civilização urbana”¹⁸⁸ e na relação guardada entre os pólos urbanos e rurais prevalecia o comando dos “grupos eruditos da cidade”¹⁸⁹. Já na Colônia os centros urbanos concentravam atividades que eram determinantes para a própria manutenção da economia da cana, motriz da produção nacional por bastante tempo, e neles concentravam-se as atividades comerciais (de gêneros de importação e exportação, mas também de escravos) e realizavam-se prestações de serviços à produção agrícola (tais como “na qualidade de agências reais de cobrança de impostos e taxas, de concessão de terras, de legitimação de

natureza da formação profissional diferia entre os dois referenciais apreciados: para os portugueses, o caráter da instrução era mais ligado à uma educação retórica eminentemente literária, que, conforme Fernando Azevedo, não, era até os fins do século XVIII, “orientada para a técnica e a ação, mas para o cuidado da forma, adestramento na eloquência e o exercício das funções dialéticas” (AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944). No Brasil, o Seminário de Olinda foi um marco na propagação de uma reforma no plano geral da formação ainda no século XIX e dele irradiou-se uma percepção segundo a qual passaram a ser incorporados conteúdos mais diversos. De toda forma, o entendimento de profissão liberal no Brasil do século XIX não parecia ser tão restrita quanto é sugerido por Coelho e, além de pressupor o exercício livre, como indica o autor, o entendimento também estava relacionado a uma dimensão de sofisticação do nível de instrução culto e ainda carregava apelos de reconhecimento e distinção social em contraposição ao patamar aviltado das profissões mecânicas.

¹⁸⁷ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 6 de outubro de 1841.

¹⁸⁸ RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 193.

¹⁸⁹ Idem.

transmissão de bens por herança ou por venda e de julgamento nos casos de conflito”¹⁹⁰). Nas cidades também estavam a alta hierarquia e autoridade sacerdotal e lá era procedida a instrução através das instituições da Igreja. A elite urbana se constituía pelos funcionários públicos, de militares, sacerdotes e negociantes de maior relevância, considerados – com exceção da alta hierarquia eclesiástica – pelos senhores de terras, auto-proclamados absolutos e poderosos da Colônia, como gente inferior. Nas cidades “uma camada intermediária de brancos e mestiços livres, paupérrimos, procurava sobreviver à sombra dos ricos e remediados”¹⁹¹ e os muitos escravos urbanos asseguravam as empreitadas corriqueiras e fundamentais da vida urbana através da realização dos mais diversos serviços braçais.

A inversão de status entre a cidade e o campo e o crescimento mais intensificado da rotina e importância urbana viabilizaram também a ascensão da burocracia civil e clerical e ainda da relevância dos negociantes do comércio, embora atente Darcy Ribeiro para o fato de que, ainda assim, era normal que os endinheirados comerciantes acabassem também se tornando proprietários de terras em busca de reconhecimento social num ambiente que, embora crescentemente aburguesado, guardava muitos valores aristocráticos. Contudo, Ribeiro afirma que as transformações que se processariam em virtude da urbanização seriam significativas:

Assim, apesar das imensas diferenças que mediavam entre as formações socioculturais européias e as brasileiras, ambas eram fruto de um mesmo movimento civilizatório. Com a industrialização se altera essa constelação urbana no que tinha de fundamental, que era sua tecnologia produtiva, transformando todo o seu modo de ser, de pensar e agir. Provocaria uma seqüência de alterações reflexas nas sociedades dependentes, de natureza tanto técnica quanto ideológica que, aqui também, transfiguraram o caráter da própria civilização.¹⁹²

Dentre as profissões liberais de maior atrativo no Brasil oitocentista estavam a medicina, a engenharia, o magistério e a advocacia, que mobilizavam os interesses de indivíduos livres egressos das mais beneficiadas camadas da sociedade brasileira. Um determinado bacharel recifense, o doutor Joaquim Tibério Barboza, que em 1844 escreveu por

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ Idem, p. 196.

¹⁹² Idem, p. 197.

precaução seu testamento, visto que alegava ter, além do pleno gozo de sua consciência, possuir “estado de saúde em bom agrado”, pronunciou o estado de sua colocação profissional nos seguintes termos: “sendo bacharel nesta comarca e tendo por meu officio e meu encargo mantido minha ação e minhas cousas e sendo pessoa de reconhecidos respeitos”.¹⁹³ O testamento teria como finalidade elementar reger os espólios e prover os encaminhamentos das providências determinadas por seu autor, contudo, no documento, o testador enuncia sua profissão em termos que indicam o respaldo que seu ofício indicava. Além do espaço que se abria para o exercício destes ofícios, cuja demanda vinha sendo beneficiada em função do próprio processo de ampliação dos centros de atuação, resultando na possibilidade de acolhimento de novas necessidades pelo próprio mercado profissional, estes ofícios também traziam em si fatores de distinção perante a situação geral que prevalecia de desprestígio ao trabalho manual condicionado ou contaminado pela depreciação moral e social.

Em meio a este ensaio de prosperidade, com certo acolhimento para profissões liberais, corriam considerações suspeitas a respeito da natureza e aspectos de profissões. Já era notória a desvalorização de atividades manuais em detrimento de outras atividades livres das implicações ao pejorativo uso da força braçal. Um campo de ação se descortinava – ou parecia ser este o caso – através do processo que se abatera sobre a cidade e além de tal situação, um destino que se pretendia era o ingresso no serviço público, que provocava verdadeira “sede” por quem buscava estabelecer-se confortavelmente e fugir dos desmazelos do universo do trabalho produtivo vulgar e desprestioso, afinal, como se notara, esta via poderia implicar em ascensão social para muitos e manutenção de status para outros tantos, contudo, em qualquer um dos casos, implicava em reconhecimento. Era um reconhecimento sujeito às intempéries governamentais, visto que o uso dos cargos muitas vezes se dava através dos interesses políticos e por meio das influências pessoais de quem gozasse de prestígios perante as instâncias decisórias.

A cidade mudava. Teatro, praças, pontes, canteiros, jardins, encanamento de ferro, ruas pavimentadas, enfim, uma cenografia modernizadora estava sendo montada pelo Poder Público em consonância com um espírito civilizador que buscava um modelo de convívio social arrojado, espelhado nos mais distintos e refinados modos à européia. A encenação, a

¹⁹³ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO – ARQUIVO GERAL. Testamento de Joaquim Tibério Barbosa. Recife, 1844.

teatralidade dos tratos e maneiras, as modas e aparências se faziam ainda mais relevantes neste meio, onde o espetáculo era a contradição.

Muito trabalho também e demonstrações públicas de ociosidade distintiva coexistiam ou de diferenciação constante em atividades mais sofisticadas estavam presentes num ambiente no qual o uso do trabalho físico e ofícios mecânicos denotavam precariedade quanto a valorização social dos indivíduos que os praticassem.¹⁹⁴ Em contrapartida, o exercício da exibição de status era coisa pretendida por muitos que buscavam se diferenciar e demonstrar que nesta sociedade desigual, eles eram efetivamente os diferentes, aqueles que não estavam nivelados ao patamar de pobreza e indigência que afetava a grande maioria da população.

Por outro lado, havia aqueles que podiam se dar ao luxo de não abraçar profissões mecânicas vis e vergonhosas. Estes poderiam ser tidos como ociosos nesta dimensão segundo a qual a atividade ociosa é aquela na qual não persiste a dimensão segundo a qual é capital o emprego de força física para a produção de um bem ou objeto tangível como resultado do esforço aplicado no trabalho. Estes indivíduos podiam dedicar-se a outros tipos de ocupações que possuíssem uma natureza distinta daquelas que causassem escárnio social. Certamente encontramos estes ociosos honrados desde os patamares mais elevados da sociedade escravista brasileira, sendo representantes mais distintos de uma classe ociosa na acepção indicada por Thorstein Veblen.

É questionável a conotação relativa ao ócio constituinte das atividades que não se configuram pelo emprego da força física como fator dominante. Isto porque o resultado de suas operações ainda que não renda um objeto produzido é, efetivamente, um trabalho operoso e produtivo. Veblen toma por produção necessariamente a geração de um produto, indicando como ociosas as atividades de caráter associado aos níveis de gestão ou aos

¹⁹⁴ Raimundo Arrais discute que o louvor ao trabalho em Pernambuco, notadamente em Recife, teve maior dimensão efetiva através dos discursos que visavam aplacar as massas indigentes a partir da década de 1870, quando representantes da elite e o Poder Público disseminavam noções segundo as quais o trabalho praticado pelas massas era associado ao progresso, a civilização ou mesmo ao nacionalismo. O ócio, quando praticado pelas camadas populares, era algo moralmente danoso, uma praga a ser combatida: “tudo começava com a entrega ao ócio, a partir do que se formava uma cadeia de vícios, que levada do ócio às mulheres, das mulheres ao jogo, do jogo ao roubo, do roubo ao assassinato e do assassinato, por fim, ao cadafalso”. *cf.* ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/Edusp, 2004. p. 211.

préstimos de serviços. Neste sentido, ele aponta como atividades típicas de uma classe ociosa aqueles referidas como governamentais, militares e religiosas. É uma percepção limitada que retém a noção de que produzir é gerar um bem material. Está desassociada até da dimensão que se empregou a respeito de “trabalho produtivo” e “trabalho improdutivo” por economistas da aurora da economia política clássica dos séculos XVIII e XIX.¹⁹⁵ Veblen não expande sua análise para o parâmetro de uma apreciação econômica mais profunda a respeito das sociedades que avalia e impõe uma abordagem generalizante, embora parte substancial de seus conceitos seja pertinente e tenha embasado muitas das análises produzidas posteriormente a respeito dos mecanismos de distinções sociais.

¹⁹⁵ Nomes como Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus empregavam estes conceitos para distinguir as variantes formas de trabalho, porém a abrangência do emprego da noção de “produtivo” ou “improdutivo” era diferente. Um trabalho produtivo, conforme defendia Smith era aquele que produzia riqueza e, neste sentido, considerava também, por exemplo, que o trabalho desempenhado por um empregado doméstico era gerador de riqueza. Tanto entre aqueles que vivem de salários quanto aqueles que vivem de lucros há a produção de riqueza. Malthus, por sua vez, acrescenta a noção de que “se não restringirmos a riqueza a objetos tangíveis e materiais, podemos considerar todo trabalho produtivo, mas produtivo em diferentes graus” (MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de Economia Política e considerações sobre sua aplicação prática**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 35).

2.3 – Civilidade e distinção

Para quem desfrutava de meios e recursos suficientes para indicar sua condição diferenciada, determinados padrões de conduta social eram exigidos, sobretudo, se aparentes. A demonstração de virtudes no trato requintado, no falar com distinção, no vestir com elegância e bom gosto, no portar-se com fidalguia eram indicativos edificantes para aqueles que pretendiam sinalizar grandeza e conquistar reconhecimento, respeito e admiração. Sendo assim, determinados apelos no feitio das relações e maneirismos expressos tanto em público quanto no ambiente privado eram necessariamente evocados como fatores de dignificação.

Norbert Elias, avaliando o desenvolvimento do processo civilizador ocorrido na Europa, sobretudo a partir do século XVIII, verificou a difusão de hábitos que expressavam uma modelação de comportamento a partir de extratos elevados da sociedade. Por este caminho, determinados gestos tomavam uma dimensão simbólica que redundou na afirmação de verdadeiros paradigmas de conduta que passaram a ser tomados como esquadros que definiam condições de status e demarcavam verdadeiros nortes regulamentadores para a condução dos indivíduos. Por meio da etiqueta e das regras de comportamento ritualístico socialmente aceitáveis e reconhecidos como aprováveis ao julgamento dos padrões recomendados ou, principalmente, exigidos pela civilidade, um largo conjunto de hábitos e práticas passaram a ser tomados como necessários e indispensáveis. A forma de dirigir a vida social corriqueira com seus regulamentos cristalizados através da etiqueta cumpria, portanto, uma função que não era meramente algum tipo maneirismo e, sim, exercia um papel fundamental dentro do processo civilizador acompanhado por Elias.

Se consideramos que a modelação estava no cotidiano dos gestos e rotinas cumpridas pelas pessoas, atingindo suas ações mais ordinárias e suas vivências mais sutis, pois ela tocava e afetava também as emoções, podemos verificar que, neste patamar, a civilidade e suas dimensões cumpriram um arrojado processo de transformações. Como consequência, implementou padrões que ao longo dos anos passaram a ser utilizados, processados e também transformados ou adaptados nas amplas extensões que foram, de alguma forma, atingidas por influência direta, indireta ou incidental pela ação destes modelos de civilidade. Engendrados

nas camadas atribuídas como “superiores”, os padrões tomaram difusão de tal maneira que se converteram em requisitos modelares que foram sendo impostos pelo costume, pela demonstração, pela instrução ou mesmo pela coerção realizada das mais variadas formas. Por extensão, hábitos e práticas foram tomando forma e sendo assimilados como dados integrantes da civilidade e de seus processos.

No Brasil oitocentista, vinculado a influências civilizadoras transpostas da Europa e reconduzidas aos aspectos presentes e integrados em suas próprias e específicas condições contextuais, também se prestaram e verificaram as ações de modelação. O universo atrasado e vil que se pretendia superar e negar era aquele da condição selvagem de uma terra dominada pelo natural e não pela civilização, da convivência com a escravidão, da miséria, da mentalidade herdada pelos tempos coloniais, dos altos preconceitos contra tudo aquilo que implicava em nódoa e mácula à civilidade. Os valores então introduzidos no Brasil ressaltavam o apego aos preceitos de condução civilizada como artifício preventivo contra a perversão que caracterizava o seu oposto, isto é, o barbarismo vil e desregrado sob o qual estava submersa a imensa horda de desqualificados sociais que habitavam o Império. Este tipo de julgamento estimulava a adoção de preceitos distintivos quanto à adoção de hábitos impregnados por implicações que simbolizavam, através de manifestações externas, um sentimento de desabono relativo ao conjunto mais ampliado da sociedade.

O significado mais claro de tal perseguição aos padrões de conduta e etiqueta estava na evidente intenção de promover um alarde de distinção e propagação de condição social valorizada. E isto além de seu sentido como fator de identificação e relação com a civilização em uma acepção simplista de que ser civilizado era agir ao modo e à moda das maneiras praticadas nos elevados e valorizados circuitos de sociabilidade da Europa. Os modelos referenciais de maneirismos sociais existiam no outro lado do Atlântico e os mimetizadores ansiavam por eles aqui. E os hábitos tidos por civilizados nem sempre constavam com o apreço ou uma favorável admiração por parte de alguns contemporâneos deste processo. Este foi o caso de Thomas Ewbank, que ao testemunhar um apegado interesse por parte de habitantes do Brasil ao ritos cerimoniais à européia, considerou que “os brasileiros são

apegados às solenes tolices das cerimônias das cortes de Portugal e outros países da Europa que dificilmente se pode testemunhar sem sentir desprezo pelos seus atores”.¹⁹⁶

Então se o comportamento social regrado possuía funções dentro da civilidade, o exercício das rígidas recomendações que faziam parte do conjunto de normas constituídas pela etiqueta passava a ser tomado como forma evidente de indicação do grau de civilidade de seus praticantes. As inúmeras regras de decoro também se prestaram para identificar os indivíduos dentro das escalas de estratificação social, servido ainda de referência para demarcar os modos entre indivíduos cortesês de elevada identificação com os requintes da vida e com os meios de subsistência mais abonados e entre o rudimentar barbarismo de quem não desfrutava das mesmas condições.

Mas o comportamento modelar e civilizado da cortesia e da etiqueta exigiam treinamento, pois pessoas distintas haveriam de se portar como tal e o adestramento social dos hábitos, movimentos, traquejos, manuseios e posturas exigiam efetivamente tempo, dedicação e métodos para serem apreendidos. No século XV, Erasmo de Rotterdam produziu seu catecismo de conduta social dirigido mais enfaticamente à educação e modelação de meninos oriundos da nobreza, embora pudesse crer na abrangência de sua leitura e na possibilidade de que os “bons modos” enunciados em seu texto pudesse estar acessíveis a um número maior de leitores, que mesmo em outros patamares sociais, pudessem dispor da condição de seguir as regras apresentadas pelo bem da civilidade. Na obra, que Norbert Elias considerava um importante marco, Erasmo abordou, sobretudo, os apelos e atitudes externas que deveriam ser regulados para a preparação do jovem. Sua proposta, como indicou, era instruir o jovem para que ele se “habitue, desde cedo, com as regras da civilidade”.¹⁹⁷ Então se evidencia, desde os escritos de Erasmo, a importância de manuais e códigos de comportamento como obras de instrução próprias para o enquadramento e doutrinação dos indivíduos aos ditames da civilidade, que requer, como notou Elias, o controle das punções, das emoções, dos gestos físicos e hábitos higiênicos. A civilidade recorre ao aprendizado de suas regras.¹⁹⁸

¹⁹⁶ EWBANK, Thomas. **Vida no Brasil**. Op. cit.p. 115.

¹⁹⁷ ROTTERDAM, Erasmo de. **A civilidade pueril**. São Paulo: Escala, s/d. p. 123.

¹⁹⁸ Em seu manual, elaborado sob uma fantasiosa condição de pai de família viúvo, o cônego José Inácio Roquette, escreveu recomendando suas instruções aos seus fictícios filhos os caminhos de uma correta condução exemplar no convívio social e no trato com suas aparências. Roquette tratou de esclarecer desde imediato que “a sociedade também tem sua gramática, que é necessário estudar, e os que desprezam suas regras, se não levam

Lília Moritz Scharcz argumentou que a difusão das regras da civilidade perfez, no século XIX, através da pulverização de manuais e códigos, um processo segundo o qual as condutas passaram a ser assimiladas por um número mais acentuado de pessoas em lugares variados. Não obstante a esta situação, a propagação dos manuais também serviu para uma outra finalidade, afinal,

se é possível entender como os manuais divulgavam modelos de conduta então almejados, também fica evidente a maneira como apontavam os limites nas concepções de higiene e de sociabilidade da época.¹⁹⁹

Por esta indicação, a divulgação e a necessidade de adotar padrões de decoro estabelecidos como referências de conduta e postura implicavam no fato de que havia por parte dos interessados em tais ensinamentos alguma necessidade de apreender regras de conduta na vida social e no trato geral com os pressupostos de civilidade. Os padrões europeus de conduta social tomados como referência modelar nem sempre eram plenamente exercidos pelos pretensos civilizados brasileiros e estes necessitavam recorrer ao socorro contido nas normatizações dos hábitos, apesar das vozes contrárias. E, em conformidade com a observação de Schwarcz, em confronto com estes rígidos moldes de civilidade, o comportamento de brasileiros chegava destoar alarmantemente da métrica do decoro propagada como ideal.

A este respeito, o Padre Carapuceiro, não deixando de lado suas hiperbólicas impressões, declarou que em meio às condições prevaletentes no Brasil, a civilidade estava imensamente em prejuízo, uma vez que “nós infelizmente nascidos no meio de escravos africanos, somos pela maior parte e quase inevitavelmente mal-criados”.²⁰⁰ Esta conclusão, segundo o crítico, era amparada no fato de que “as brutais maneiras, as grosserias, os vícios dessa raça infeliz insensivelmente se têm inoculado em nosso povo, e eis o germe de nossa tão

palmatoadas, ou outro qualquer castigo, são olhados como homens sem educação e muitas vezes rejeitados de seu seio”. Com esta advertência, Roquette salientou que o procedimento apresentado pelo indivíduo poderia certamente ter relações com sua própria possibilidade de estabelecimento e reconhecimento entre seus pares de convívio social. O manual produzido por Roquette teve como público primordial leitores privilegiados no Brasil e em Portugal e sua primeira publicação se realizou em 1848. (ROQUETTE, J. I. **Código do bom-tom**, ou, Regras de civilidade e de bem viver no século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 59.)

¹⁹⁹ SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 197.

²⁰⁰ LOPES GAMA, Miguel Sacramento de. **O Carapuceiro**: crônica de costumes. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 349.

geral imoralidade”.²⁰¹ Diante de mais esta culpa atribuída aos escravos e ao escravismo em relação aos males que afligiam patologicamente o brasileiro – e para o padre, a abrangência de “nosso povo” certamente não incluía os escravos – percebe-se o quanto a escravaria acabava tomando parte nos discursos que ofereciam possíveis justificativas para desvios ou males enraizados nos hábitos da sociedade. Então desde o desprestígio indicado à labuta física até os hábitos corriqueiros de trato social questionável ou condenável eram fatores degenerativos cujas influências nefastas e prejudiciais ao caráter que lhes eram atribuídas pousavam sobre os castigados ombros dos africanos.

O rudimentar modo de se conduzir em sociedade era tido como demonstração inequívoca de falta de polidez. A observância regulamentadora da forma de se proceder tanto no ambiente privado quanto no universo público era fundamental para constituição dos bons hábitos. Bons hábitos ainda sinalizavam prestígio social, pois também eram traços distintivos de posição na sociedade, como reconhecido, a maneira de se conduzir e o domínio das artes da cortesia – “o cidadão quanto mais *encumendo* se vê na hierarquia social, mais *affavel*, mais urbano se deve mostrar”.²⁰² Os costumes bem apreendidos da cortesia, como sinais de distinção eram exibidos por quem pudesse, ressaltando os valores de honorabilidade social de seu exibicionista e de toda sua pantomima cerimonial ao ponto de conquistar respeito e admiração. O cônego Roquette, fazendo menção ao fato de que as maneiras são variáveis em função da divisão entre os homens, apresentou suas reflexões para aqueles a quem pretendia instruir:

Não me pergunteis por que nesta sociedade, que saiu dum só homem, uns parecem felizes, outros desgraçados; uns mandam, outros obedecem. Há bastantes séculos que se agita esta questão, mas ainda está sem resposta. Eu tomei o mundo como o achei, e aconselho-vos que façais outro tanto. Notai somente que a natureza fez *aristocratas*, isto é, criaturas privilegiadas ou mais fortes, mais belas, mais inteligentes, mais valentes que as outras, e não vos admirei que os homens tenham imitado a natureza; a igualdade não

²⁰¹ *Idem, ibidem.*

²⁰² DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 24 de outubro de 1840.

existiu nunca sobre a terra; porém, ai daqueles que se esquecem que ela existe diante de Deus!²⁰³

Fora dos círculos de requinte e sofisticação, o comportamento merecia reprovação. O Recife renovado pela atmosfera civilizadora também aprimorava seus hábitos. A cidade, segundo consideração de Gilberto Freyre, teve a partir dos planos de Rêgo Barros um novo curso a seguir, pois o presidente da província pretendeu “reintegrar o Recife no seu natural destino de cidade dos senhores de engenho do Nordeste: de cidade faustosa; de centro cultural e seleção social”²⁰⁴ Nesta estampa que fixava uma idealização de cidade, havia, contudo, um plano que não foi atingido pela modernização civilizadora. Fora das molduradas perspectivas de um Recife sofisticado, havia a cidade que retratava também o esquema de sociedade que caracterizava o Brasil escravista, patrimonialista, patriarcal e excludente.

Os requintes encantavam aqueles que sentiam e respiravam os ares de civilidade que pairavam sobre si. Inspirados por tal ambiente, apresentavam seu estilo para apreciação. Os locais para o desfile da sofisticação dos hábitos em sua plenitude enchiam-se de pompas e brilhantismo dignos de cortes européias, mas em plenos trópicos. O falar comedido, o asseio providencial, os gestos calculados que comunicavam estilo eram necessários, pois a falta de tais predicados na condita indicava algo que perturbava, pois era sinal de brutalidade vã de quem não se alinhava aos bons modos. Isso nivelava por baixo qualquer indivíduo, pois a falta de tratos corretos associava o desleixado à pobreza maculatória que se convinha evitar. Uma “sociedade das aparências” valorizava necessariamente preceitos como aqueles associados ao bom porte social e às boas maneiras.

Demonstrações públicas de status e ostentação de abastança pecuniária e ociosa eram importantes para quem vivia sem se sentir sujo ou maculado pela desonra do trabalho, mas os ociosos notáveis não devotavam todo o seu tempo a tais demonstrações. Longe dos olhares públicos e das apreciações dos outros, enfim, longe de quem pudesse contemplar sua dadivosa impressão de vida farta, havia a dedicação ao dispêndio de tempo em atividades igualmente de índole objetivamente improdutiva e ociosa, afinal a pessoa tocada por esta suntuosa possibilidade

²⁰³ ROQUETTE, J. I. *Op. cit.* p. 99.

²⁰⁴ FREYRE, Gilberto. **Vida social no Nordeste.** *Op. cit.* p. 77.

tem de encontrar um meio de mostrar a todos que passa no ócio também tais horas gastas longe dos espectadores. Isto só pode ela fazer indiretamente, mostrando algum resultado tangível e duradouro de seu ócio; isto é, só pode ela fazê-lo como fazem os artesãos e servos que ela emprega, exibindo os produtos tangíveis e permanentes de seu trabalho.²⁰⁵

As provas resultantes deste ócio reservado possuíam um caráter imaterial. Os refinamentos artísticos e eruditos eram buscados nestes momentos solenes de abstenção de esforços de trabalhos manuais corriqueiros. E também eram aperfeiçoados os rigores de decoro, polidez e de normas cerimoniais.

A etiqueta, segundo Veblen, “exprime uma relação de status – uma pantomima simbólica de domínio, de um lado, e de subserviência, do outro”²⁰⁶ e os refinamentos do decoro possuem, em tal abordagem, fundamento na noção de que derivam do emprego de esforço e tempo em atividades não produtivas, sendo assim, a sofisticação dos gostos refinados e das boas maneiras sinalizariam uma situação pecuniária de vida significativamente razoável, indicando que o *gentleman* ou a *lady* que envergam tais predicados não possuem seu tempo inteiramente ocupado com um exigido trabalho pesado que lhes submeteriam e exauriam completamente as forças físicas.

Os regulamentos de civilidade e os hábitos condicionados e exigidos cumpriam uma função que também se prestava para identificar os grupos sociais. Um padrão de comportamento era esperado por parte dos membros das mais privilegiadas rodas de convívio social e o aspecto cerimonial contido nos regulamentos de etiqueta serviam de instrumento capaz de identificar e padronizar os hábitos comuns aos seus participantes. Além do mais, os rituais de civilidade próprios das elites que freqüentam os lugares mais selecionados, que consomem os bens mais emblemáticos e gozam dos atendimentos mais confortantes estão associados ao conjunto de sinais que conferem status a este patamar diferenciador tão recorrente nas sociedades marcadas pela divisão.

Agir de maneira reprovável perante os rigores das prescrições da etiqueta denotavam uma identificação danosa aos escalões subalternos de condição social e civilidade. Daí haver um estímulo para o adestramento social dos hábitos por parte de quem visava manter uma

²⁰⁵ Idem, p. 54.

²⁰⁶ Idem, p. 57.

identificação diametralmente oposta aos níveis de comportamento verificados entre a grande massa depauperada. O grau de destreza nas artes do convívio era testado em eventos sociais freqüentados pelos integrantes dos grupos de indivíduos pertencentes aos estritos patamares de civilidade e distinção na escala de diferenciação social.²⁰⁷

Se era presente um estado de rigores condicionados ao conjunto de exigências a respeito do porte civilizado empreendido pelos indivíduos em busca de destaque ou identificação a um determinado grupo dotado de especificidades que integravam sua identidade, a cobrança e a vigilância sobre as mulheres e seus modos costumavam ser ainda mais intensas. Com efeito, havia particularidades específicas no tocante à condução entre homens e mulheres: “aos homens polidez e urbanidade e às mulheres um falar suave e um ar reservado”.²⁰⁸

Os preceitos instrutivos dos regulamentos da etiqueta costumavam ser severos e restritivos, ressaltando, acima de tudo, as proibições. E, dentro deste véis castrador, ao se reportarem ao tratamento dispersado à mulher, as restrições também dão o tom das recomendações e num grau de exigência ainda mais ressaltado. O modelo de comportamento apropriado para as mulheres levava em conta sua submissão, sua condição subalterna de dependente em relação aos homens e, portanto, esperava-se que as mulheres mantivessem uma conduta condizente com seu status. Deste modo, “o homem se distingue por sua fala inteligente e correta; a mulher, por sua atitude modesta e silenciosa”.²⁰⁹

Reprovações aos comportamentos das mulheres que destoassem da diretriz que a mentalidade da sociedade patriarcal esperava eram comuns. O padre Lopes Gama era contumaz sensor dos desvios cometidos pelas mulheres. Dizia o Carapuceiro que por parte do “bello sexo” certas atitudes não haveriam de ser tomadas. Ele possuía uma perspectiva estrita formalizada sobre o ideal ao qual deveria corresponder o habitual comportamento feminino. Em um de seus textos, intitulado sugestivamente como *O que deve ser uma dona de casa*, o sarcástico padre enuncia que ao marido cabia o provimento dos meios e condições de sustento

²⁰⁷ Este processo se verificou nas variadas regiões do Brasil, muito embora na corte do Rio de Janeiro e em seu perímetro os apelos em nome da civilidade e da cortesia se manifestassem com redobrado vigor, além de servirem de referência para padrões disseminados nas demais cidades do Império.

²⁰⁸ SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do Imperador**. *Op. cit.* p. 201.

²⁰⁹ *Idem, ibidem.*

familiar através do trabalho, enquanto a mulher deveria se incumbir dos cuidados domésticos sem que esta fosse “vadia, preguiçosa e dissipada”, ou, do contrário, “tudo se perde, tudo se estraga, tudo se consome”.²¹⁰ A educação das mulheres deveria ser dirigida para o fim de se tornarem donas de casa, pois esta era a correta posição que deveriam ocupar na sociedade patriarcal.

De acordo com a visão de Lopes Gama, a mulher confinada aos tratos domésticos não precisava ser necessariamente desprovida de qualquer instrução. Ela poderia ter sim os rudimentos da instrução formal, além de dedicar-se a miudezas próprias a seu repertório de dotes, como a habilidade no desenho, no piano, na dança, mas todas estas habilidades não teriam sentido sem que houvesse o pleno e ávido interesse nas funções domésticas da cozinha, da costura e do asseio. Os hábitos e gostos femininos habitavam o espectro de apreciações feitas pelo padre, que abordava as modas, os modos, os gostos e as idéias femininas a respeito de variados temas. Sua reprovação estava aparente de forma nítida aos apegos que ele considerava fúteis e triviais, porém também se fazia presente quando mulheres demonstravam alcançar interesses que iam além do pré-determinado pelos costumes e padrões em voga.²¹¹

Considerando a amostragem documental de testamentos que analisamos, verificamos que dentre as testadoras há uma associação ao parâmetro convencional de que estas mulheres, mesmo sendo proprietárias de bens, preenchiam os requisitos de submissão. Embora o número seja pouco representativo, somando 18 testadoras, e não configure esta mostragem um prisma sob o qual seja possível apreender a complexidade e os meandros da sociedade de então, em todos os testamentos são designados homens como testamenteiros encarregados dos cumprimentos das providências póstumas delegadas pelas testadoras. Na maioria dos casos

²¹⁰ LOPES GAMA, Miguel Sacramento de. **O Carapuceiro**. Op. cit. p. 403.

²¹¹ A astúcia de Lopes Gama diante das estocadas proferidas contra os modos das mulheres era demonstrada também em um recurso por ele empregado em seus textos, onde eventualmente escrevia frases anedóticas em relação ao que poderia supor uma leitora de tais textos contendo tão assanhadas críticas e tão rudes reprovações. O Carapuceiro gostava de finalizar tais crônicas solicitando perdão por suas palavras, contudo, apesar do emprego meramente retórico das solicitações de perdão, o tema era freqüente e sempre recorrente em sua escrita, o que demonstra nitidamente que seu autor, mesmo perante as dissimuladas desculpas, fazia coro ao discurso patriarcal relativo à posição da mulher na sociedade. Certa feita, Lopes Gama abordou as “senhoras políticas”, que eram mulheres que mantinham interesse em discutir assuntos próprios para os homens, desviando-se de seus interesses próprios, isto é, a casa, a criação de filhos e as trivialidades estéticas. Neste texto em particular, o publicista observou que era coisa estranha o hábito cultivado por algumas senhoras de discutir ou manter interesse por política e assuntos relacionados à administração pública, isto porque tais interesses contrariavam o costume e a posição que eram tocantes à mulher: “o primário destino da Providência na criação da mulher foi para mãe de família, e não para política e estadista” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 18 de setembro de 1840).

(11 testadoras), viúvas tratam das suas últimas disposições sobre bens que foram deixados em consequência do acúmulo de patrimônio efetivado sob a vigência de suas conjunções matrimoniais. Estas e as demais demonstram ter dedicado-se aos tratos domésticos como atribuição principal, apesar de responderem por patrimônio posto em regime de providência conforme os testamentos e suas disposições.

Este tipo de observação contribui para efetivar a constatação de que mesmo mulheres possuidoras de bens estavam atreladas a um regime que lhes atribuíam a condição de recolhimento ao recinto doméstico como patamar de convivência rotineira. Ainda que as vidas de tais testadoras tenham sido assinaladas pelo gozo de boas condições materiais e, como indicam alguns casos, mesmo que as atividades de convívio social também tenham feito parte de seus cotidianos, não constituíam estas mulheres exemplos que divergiam dos parâmetros que lhes relegavam a uma situação segundo a qual imperavam as noções de submissão e dependência relativamente aos homens.

As convenções dos ritos e modos identificáveis como padrões de condução socialmente corretos e mesmo os ditames da civilidade nos moldes que se introduziram no Brasil período oitocentista, notadamente na primeira metade do século, não privilegiaram uma reviravolta na situação sobre a qual era imposta a atuação da mulher. Na verdade, os preceitos apregoados ratificavam a subordinação e conferiam uma atuação desprovida de grandes possibilidades, pois lhes indicavam o papel de senhoras apenas dos tratos domésticos.

Além de modelar os hábitos e identificar os seus praticantes, as regras de conduta contribuíram para cristalizar procedimentos a partir da legitimação que sutilmente se procedia por meio dos requisitos que, revestidos de civilidade, se firmavam por meio dos pressupostos de que seguir tais regras significava estar em consonância com o que havia de mais elevado e edificante no porte e na convivência social.

CAPÍTULO III

DIFERENÇAS VISÍVEIS: CONSUMO E DISTINÇÃO

Com a garantia de alimento e abrigo, o impulso que subjaz a nosso desejo de sucesso na hierarquia social pode não estar tanto nos bens que possamos adquirir ou no poder que possamos exercer, mas na quantidade de amor que recebemos como consequência de nosso status elevado. [Alain de Botton, Desejo de Status, 2005]

3.1 – Luxo e consumo dignificante

O luxo, esta aplicação materializada da combinação que poderia ser entendida pelos mais pios – ou por quem fosse moralmente mais suscetível aos escândalos – como coisa vã e pecaminosa, constituída por apelos e estímulos fornecidos pela interação conjunta entre as devassidões capitais da luxúria, da vaidade, do orgulho e da ganância é algo que salienta e incita comentários cáusticos, mas, ao mesmo tempo, atrai sobre si o encanto como um tentador e resplandecente objetivo para muitos. O luxo é a coroação da grandeza, o supremo da civilidade em suas mais belas, suntuosas e entorpecentes formas. O luxo tem no *consumo conspícuo*²¹² seu mais notável parceiro e instrumento, formando uma necessária

²¹² O que Thorstein Veblen denominou de consumo conspícuo, dizia respeito ao emprego do consumo como insígnia de grandiosidade a ser valorizada perante o conjunto da sociedade, de forma a destacar estes consumidores que apelavam para o uso do consumo como instrumento de ressaltos sociais. Este consumo dava a tônica de determinados padrões associados à elite consumidora que pretendia auferir ganhos em sua respeitabilidade e status. Mas esta recorrência ao consumo não se prendia exclusivamente ao interesse distintivo tal qual expressava Veblen, pois, embora admitisse os aspectos simbólicos do consumo como instrumento de apelo distintivo, sua avaliação não seguiu além deste patamar até atingir pontos e aspectos imprescindíveis

simbiose, pois a distinção que ambos proporcionavam é o grande e apoteótico sinal de grandeza que fatalmente serve de alarde para ressaltar a condição dos privilegiados, pois a suntuosidade luxuosa é o ambiente que mais convém para os deleites ostensivos que a pujança material é capaz de prover. Mas o luxo não é um rele sintoma das discrepâncias, ele é uma necessidade afirmativa, pois, “não há sociedade estatal-hierárquica sem a escalada dos signos faustosos da desigualdade social”.²¹³

Como assegurar uma condição de vida no luxo? Certamente a renda possibilitaria os regalos proporcionados pela luxúria material dos bens e requintes sociais, contudo, além do luxo em si como artifício demonstrativo de status, a sensação de despertar o reconhecimento alheio também concorreria como objetivo de quem quisesse ser ou demonstrar ser alguém cuja condição despertasse ou significasse algum grande valor reconhecido entre seus pares ou entre quem estivesse abaixo de seu estatuto social. Estes fatores inspiraram consistentemente os apelos demonstrativos consagrados através dos hábitos, padrões de conduta e estética, níveis de dispêndio em objetos e bens suntuários e, enfim, na externalização das condições de quem desfrutasse de um padrão pecuniário que representativamente indicasse a grandeza do indivíduo.

Ora, nem mesmo o furibundo e ácido Lopes Gama chegou a condenar de um todo o luxo, embora o implacável Padre Carapuceiro tenha se manifestado a este respeito, proferindo seus habituais julgamentos de reprovação contra os terríveis costumes que, segundo seu próprio crivo de avaliação, contaminavam a sociedade. O padre achava que o luxo era algo relativo, isto é, poderia ser algo benévolo ou pestilento contando com a variação das condições de sua ocorrência. O luxo era aceitável quando próprio de quem detinha os meios de mantê-lo, ou seja, o luxo poderia ser perfeitamente cultivado por aqueles que já eram luxuosos, ressalvando, para variar que as mulheres, sempre elas, recorriam em extrapolar os limites aceitáveis e esbanjavam luxo sem gosto. Mas o luxo era reprovável quando buscado por quem não o poderia atingir. Em termos claros, os pobres não poderiam se dar ao luxo de ter luxo. Mas, de parte á parte, o luxo pareceria-lhe igualmente danoso quanto tomado como

notados ou considerados posteriormente. A recorrência do consumo tem, de acordo com opiniões que introduziram mais elementos à discussão, outros aspectos que devem ser considerados com maior profundidade.

²¹³ LIPOVETSKY, Guilles. **O luxo eterno**: da Idade do Sagrado ao tempo das marcas. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 34.

paixão, pois estimularia vícios e corrupção, afinal, “à paixão dos luxos são devidos muitos ou quase todos os roubos que se fazem de mão armada por esses caminhos”.²¹⁴

O luxo se converte através do consumo e sendo o ato de consumir algo que vai além da percepção simplista de que o consumidor é receptáculo e que o consumo envolve apenas um processo que se cumpre no instante em que o produto atinge de maneira objetiva seu destino projetado, pode-se vislumbrar todo o processo produção e consumo de forma mais ampla e completa, atingindo níveis de avaliação que não estão exclusivamente no plano mensurável, abrangendo, desta forma, dimensões simbólicas e analíticas que estão num plano mais subjetivo de apreciação. A possibilidade de acumular bens certamente possui a viabilidade indicativa de servir para tecer relações entre a quantidade de bens e a situação de seus proprietários, contudo, aspectos marginais ao apelo quantitativo são de relevância notável e de indispensável necessidade para um mais amplo entendimento sobre o consumo e suas implicações sócio-culturais, além das imediatas e evidentes relações entre consumo e economia. Diante do vislumbre ativo da ação do consumo, o gesto de consumir toma uma forma de ato social marcado por implicações claras ou imediatas e também por outras implicações que são simbólicas.

É basicamente notória a relação entre consumo e condição social e a conseqüente outra relação que se faz entre a capacidade consumista de um indivíduo e sua colocação nos quadrantes da classificação social. Desta evidência decorre a constatação de que quanto maiores rendas disponíveis, maiores serão também tanto a propensão quanto a capacidade de dispêndio canalizada para o consumo.²¹⁵ Enfim, em termos de enquadramento destas relações, verifica-se que nas esferas mais abonadas de riquezas e recursos, o consumo tem um caráter diferente daquele verificado nas esferas depauperadas.²¹⁶ Não apenas em se tratando da escala

²¹⁴ LOPES GAMA. *Op. cit.* p. 52.

²¹⁵ Deu-se o nome de “Efeito Veblen” ao dispêndio fundado na prática de se associar a seguinte lógica consumista: a beleza e a utilidade de um bem está condicionada a seu custo e, conseqüentemente, quanto mais caro, mais emblematicamente útil será o consumo ou bem. (Cf. CONNIFF, Richard. **História Natural dos Ricos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004).

²¹⁶ Este é o caso do consumo conspícuo, que também recorre ao emprego de gastos em bens que não possuem finalidade estritamente ligada à manutenção das condições básicas de vida de seus consumidores, ou seja, recorre ao consumo de bens supérfluos ou bens de luxo. Os bens supérfluos são bastante significativos, pois indicam a capacidade de se realizar dispêndio em objetos que não possuem relevante função prática, porém possuem significado simbólico que sinalizam exatamente a capacidade dispendiosa de quem os adquirem. Mesmo Adam Smith considerava o consumo de luxo um desvio próprio da paixão de uma classe abastada ávida por realizar dispêndio em bens que cumprissem a grandiosa missão de destacar quem os consumiam.

de consumo ou da disponibilidade de recursos dedicados a este fim que o procedimento consumista difere em relação ao patamar de localização na estratificação social. O consumo também se diferencia em seu significado e o ato social do consumo é dotado nuances diferenciadas.

Para efeitos de reforço do processo de diferenciação social, insinua-se o emprego do consumo como artifício próprio para enaltecer ainda mais a condição elevada de vida de quem exerce as melhores e mais privilegiadas posições na escala de hierarquia e, em contrapartida, a incapacidade de atender a tais padrões de dispêndio demarca uma condição de inferioridade que recai sobre aqueles que estão fora dos estritos patamares de privilegiados consumidores. O grau de capacidade consumista atua como mediatrix que se inscreve dentro dos variados rigores da estratificação. O consumo segue tomando contornos de instrumento útil como elemento de comunicação que declara o grau de excelência de indivíduos como consumidores privilegiados. Estes consumidores não apenas obtêm bens em uma escala maior como também adquirem bens e consomem a partir de interesses que visam reforçar seu status e obter reconhecimento pela proeza notável que está associada à sua posição.

Mas isto não é tudo. No caso das investigações de Norbert Elias, foi verificado que os padrões de consumo não existem apenas por força da necessidade distintiva por parte dos consumidores mais abastados. Esta modalidade de consumo está associada a um intrincado jogo de relações pertinente aos grupos e classes sociais. Prevalece um complexo encadeamento de condutas que formam uma rede de vínculos entre os membros de tais circuitos de convivência e tornam necessárias a observância e o cumprimento de uma série de exigências que fazem com que os indivíduos tenham efetivamente lugar em tais meios comuns. Veblen percebeu a existência de uma competição por prestígio que utilizava o consumo como arma, contudo, Elias foi além desta constatação ao vislumbrar que além da competição (que Veblen chamava de “emulação pecuniária”), a luta se travava sob um consistente e rigoroso processo que se realizava perante um grave ímpeto coercitivo.²¹⁷

²¹⁷ Mesmo havendo uma variação nas interpretações feitas por Veblen e Elias em torno do consumo conspícuo, Elias não descarta de maneira alguma a validade da caracterização feita por Veblen de um consumo que distinguia socialmente o consumidor. Este consumo de luxo, segundo Elias, “trata-se de um instrumento indispensável à auto-afirmação social” e, acrescentava um aspecto que considerou que Veblen não desenvolveu à contento: o fato de que este apelo ao consumo distintivo era ainda mais significativo quando prevalecia uma

Esta coerção se insinuou como grande acréscimo ou releitura crítica da discussão feita por Veblen a respeito do consumo conspícuo. Norbert Elias argumentava que se estabelecia um conjunto de obrigações prescritas para condicionar a vinculação aos patamares sociais. Por este mecanismo, os próprios participantes destes níveis agraciados pela abundância material tratavam de manter entre si²¹⁸ uma competição sobre a qual não tinham sequer o controle, pois não cabia a eles, individualmente, romper com os ditames que caracterizavam sua figuração social. Por meio desta competição, os padrões de conduta social tomam continuidade e se instauram como norteadores, isto é, a situação dos indivíduos nestes níveis exigia a obediência dos rigores por meio de pressões coercitivas que exigiam o cumprimento das regras próprias da configuração social ao qual estão vinculados. Neste grau de coerção, o consumo se insere como fator que, juntamente com a etiqueta, por exemplo, contribui para manter um padrão de distinção imperante como elevado e que remonta à ocorrência de uma competição por reconhecimento entre seus praticantes, que necessitam manter avivados seus ímpetos distintivos perante os observadores.²¹⁹

As coerções do grupo social podem exercer interferência no grau de dispêndio e nas opções tomadas pelos consumidores, uma vez que, como aventaram Mary Douglas e Baron Isherwood, “o grupo impõe os valores do grupo e assim impede as despesas individuais desviantes, define o que conta como consumo conspícuo individual excessivo e propõe punições”.²²⁰ Complementarmente, eles dirigiram um enfoque contrário à crítica proferida por Veblen contra a elite consumidora, apontando que os sociólogos seguiram a noção generalista de que o consumo desta classe elite consumista era prioritariamente dirigido pela competição por status e reconhecimento. Eles concordam que este comportamento significava importante esteio do processo de consumo distintivo por bens honoríficos, contudo, não pautava a integralidade dos consumidores a tal ponto de poder ser estendido como aspecto tão categórico, pois negava a individualidade.

competição por status. (ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 83).

²¹⁸ Embora e evidentemente também realizem uma competição, destarte em condições vantajosas, contra aqueles que estão excluídos de seus circuitos sociais.

²¹⁹ Complementarmente, evocando o conceito de Veblen, Pierre Bourdieu, sentenciou que as coerções não são homogêneas em todos os níveis, pois as exigências de pertinência variam entre os estratos sociais e também asseverou que as ações de consumo, mesmo quando são orientadas para fins econômicos, não estão destituídas de suas funções simbólicas. Cf. BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

²²⁰ DOUGLAS, Mary e ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**. *Op. cit.* P. 77.

Em sua sardônica *História natural dos ricos*, Richard Conniff²²¹ avalia que, longe de algumas das idéias um tanto reducionistas impressas por Veblen, para os gratos e portentosos membros da *vebleniana* classe ociosa, a idéia do consumo honorífico não sugeria tanta singeleza refletiva, era, ao contrário, noção deveras complexa. Indicando alguns nós não percebidos por Veblen, Conniff, ressalta que, em primeiro lugar, não há um meio único e padronizado de exibição da riqueza possuída. Isto leva a considerar a mutabilidade dos padrões, que variam de tempos em tempos e não se perpetuam intocáveis como elementos de apelo suntuoso.²²² Em seguida, advém a imitação (que Conniff também chamou com ironia de “corrida armamentista pelos símbolos de status”). A possibilidade de mimetizar hábitos de consumo se insinua no processo de consumir distintivamente e também exige uma corrente mobilidade nos recursos empregados para a ostentação. Se indivíduos além dos circuitos estritos das altas estirpes podem, por imitação, assimilar os códigos e apelos distintivos em voga, torna-se necessária a adoção de maneirismos renovados. Fernand Braudel também já havia assinalado esta possibilidade, ao afirmar que “o luxo não é apenas raridade, vaidade, é sucesso, fascínio social, o sonho que os pobres um dia realizam, fazendo perder imediatamente o seu antigo brilho”, portanto, “os ricos estão condenados a preparar a vida futura dos pobres, afinal, é a sua justificação: ensaiam os prazeres de que as massas, mais cedo ou mais tarde, irão apoderar-se”²²³. Mas o pêndulo das vantagens tende para o lado das elites, como Conniff sugere ao ressaltar que

um exame mais atento das leis suntuárias, por exemplo, revela que, quase invariavelmente elas foram tentativas da classe alta de restringir o consumo ostensivo dos imitadores e manter a turba comum suficientemente comum.²²⁴

Por fim, a inflação dos sinais é um problema indicado por Conniff no processo de complexidade da avaliação sobre os hábitos dos consumidores distintivos. Este último problema está relacionado ao conjunto de opções disponíveis para a realização da exibicionista prática do consumo honorífico e a viabilidade de tal empreendimento. Este

²²¹ CONNIF, Richard. **História Natural dos Ricos**. Op. cit..

²²² Conniff exemplifica através da variação estética. Segundo indica, até mesmo a gordura já sinalizou abundância em tempos pretéritos mesmo na Europa, contudo, a adiposidade foi deixando de ser adotada de forma distintiva. Além disso, a variação da moda também interfere na flutuação dos gostos e estética considerados para sinalizar virtuosismo distintivo.

²²³ BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**: Volume I- As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 162.

²²⁴ CONNIF, R. *Op. cit.* p. 191.

efeito tem sua aplicação na efetivação da ostentação e ela tem sua intensidade variada inclusive na imobilização de capitais e riqueza na forma de consumos ostensivos em vez de seu emprego na produção, no investimento ou na distribuição. Veblen não chegou a considerar limites para a ação do consumo conspícuo e não enveredou sua avaliação sobre alternativas para o dispêndio suntuário senão através do emprego materialmente consumista.

Veblen tratou dos hábitos sociais e condição das elites consumidoras de maneira generalizada, como – de acordo com crítica feita por Norbert Elias –, se houvesse em tais hábitos e condições aspectos que pudessem ser aplicados indistintamente a qualquer sociedade basicamente em qualquer período – e sua análise segue como que descolada do tempo, que ele, na verdade, dividiu em fases de desenvolvimento peculiares. No mais, o comportamento da elite consumidora que ele identificou como classe ociosa é descrito basicamente por meio de seu consumo distintivo e ostensivo, não considerando, inclusive, o consumo não ostensivo desta mesma elite, como se todo ato de consumo por ela empreendido tivesse um caráter proeminente de extravagância distintiva. Uma abordagem feita em tais termos reduz e estereotipa as categorias sociais, que são, por este expediente, relacionadas a alguns aspectos tomados como sua imagem impecável e definitiva impressa de modo a parecer natural e irrevogável. E o consumo elitista não é apenas apelo distintivo, mas um sinal próprio de ação engendrada dentro de um rigoroso complexo de coerção. Além do mais, o ato de consumir, mesmo considerando seus desdobramentos simbólicos, não é um gesto que encerra em si apenas a aquisição, pois ele também é capaz de gerar e condutas, práticas e usos, logo, consumir é um processo que não se encerra no ato de obter bens.²²⁵

²²⁵ Em outra abordagem sobre o consumo, destarte conforme Michel de Certeau, o ato de consumir não é um mero e passivo gesto de aquisição. É, ao contrário, um gesto que também cria, pois ao consumir, usos são dados aos produtos (sejam estes produtos materiais ou não). O consumo, segundo este viés, é, portanto, uma produção que se cumpre na medida em que os consumidores engendram formas de empregar os objetos e outras variantes de produtos consumidos conforme seus interesses, condições ou por artifícios de acomodação, adaptação ou mesmo resistência a fatores que se impõem em relação à sua existência e papel na sociedade (Cf. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. As artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994).

3.2 – Status, distinção e ostentação na sociedade escravista

Considerando-se as condições que prevaleciam no Brasil oitocentista, onde pairavam a escravidão e a miséria em oposição à opulência verificada em certas faixas da sociedade, manter esta última referência como foco era algo almejado por quem verificava a necessidade de se destacar em meio ao estado de contradições vigentes. Que a penúria lastimável da incivilidade e da miséria eram estigmas que não agradavam os interesses e a moralidade de muitos livres e outros tantos possuidores de mais afortunados meios de existência era algo que havia sido percebido. Mas, como demonstrar que dentre estes dois pólos o que fosse indicativo de consideração social era exatamente aquele ao qual se estava associado o indivíduo?

Os apelos distintivos expressos através da exibição material concentrada no consumo de bens não era algo estranho no Brasil escravista, ao contrário, era algo amplamente perceptível. No século XIX não faltaram aqueles que se referissem ao fato e, como afirmou Emanuel Araújo, ter riqueza, para uns, não era o bastante para servir de indício de virtuosismo social, afinal,

alardear amizades influentes, vestir-se com esmero, falar bonito, pavonear opulência e, se possível, exibir boa árvore genealógica (mesmo falsa), dava importância maior às pessoas – ou pelo menos elas assim presumiam.²²⁶

O teatro das aparências contava com a pantomima da ostentação como aspecto que dava brilhantismo visível e admirável ao ilustre e notável exibicionista, que buscava passar seu tempo em busca de firmar sua imagem como um notável e distinto merecedor dos reconhecimentos e apreços. Henry Koster julgou que este anseio pela auto-afirmação fincada em apelos de notabilidade era demasiado e ponderou, no corriqueiro tom generalizante de muitos dos cronistas europeus, que

o brasileiro, homem branco, grande proprietário, descendentes dos primitivos Donatários do país, ou família que haja gozado distinções,

²²⁶ ARAÚJO, Emanuel. **O Teatro dos Vícios**. *Op. cit.* p. 109.

mantém uma alta idéia de sua própria importância, a ponto de tornar-se ridículo algumas vezes.²²⁷

Os exageros que os limites da crítica impunham eram costumeiramente apontados, como se tal limite não fosse bastante reconhecido ou cumprido, mesmo perante todas as recomendações prescritas pela regulação da civilidade que se pretendia demonstrar. Ainda assim, em um ambiente que valorizava os apelos de demonstração de opulência, recorrer aos seus encantos não era algo que costumava ser evitado, apesar das críticas.

Num meio onde estava tão onipresente a miséria, qualquer demonstração de opulência já serviria de indicativo de distinção, sobretudo, se este indicativo era legítimo. Um certo ar distintivo não deixou de ser aspirado pelos afortunados ou remediados em Pernambuco. Tanto que esta situação alardeava os descontentes e os que sentiam o desgosto de conviver com tal sentido de superioridade envergado por habitantes mais presunçosos ou ainda que sentissem de forma tão natural sua condição que os seus hábitos pareciam sugerir uma impertinência incômoda ou um senso de superioridade boçal e prepotente. De qualquer forma, não era absolutamente rara a ostentação empreendida como meio deliberado de exaltação de distinção social.

Um novo impulso da economia canavieira contribuiu, juntamente com a colaboração do afrancesado governador, para que os requintes influenciados pelas formosas modas e gostos da França fossem enriquecendo de luxo também os interiores das novas e remodeladas residências distintas e abonadas da cidade que assumia ares mais sofisticados. A elite também passava a freqüentar renovadas casas comerciais requintadas – normalmente de nomes franceses –, as damas recorriam aos mestres cabelereiros, enfim, a cidade passava a conhecer novos hábitos de consumo – novidades que eram, evidentemente, para poucos, pois que havia ainda, como antes, muita discrepância entre as classes da sociedade pernambucana.

Da abastança demonstrável aos olhares, percebe-se o quanto o vestuário acaba por tornar-se um meio de ostentação fascinante e as roupas aparecem como objetos privilegiados de sinais que podem levar a apreciações sobre os aspectos simbólicos e ritualizados do consumo, pois a distinção na aparência é outra marca da distinção social e o vestuário

²²⁷ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. *Op. cit.* p. 594.

desponta-se como meio de estabelecer e ressaltar as diferenças. E no Brasil esta categoria de demonstração pública de riqueza já vinha desde os tempos coloniais sendo praticada honrosa e vaidosamente, afinal, “também fazia parte desse jogo ostentatório o trajar-se com apuro”.²²⁸

A recorrência à moda e à categoria de consumo consagrada ao luxo não devem ser entendidas como usos das frivolidades desprovidas de caráter profundamente associado ao processo de afirmação das diferenças sociais. Estes aspectos exprimem de maneira categórica e solene as diferenças, pois se insinuam e tomam parte dos rituais próprios que se instituíram para estabelecer as demarcações visíveis entre as esferas de poder e condições materiais sobre as quais estão distribuídos os indivíduos. Os debates sobre a vestimenta empregada como instrumento distintivo é profícuo, muito embora, conforme critica Guilles Lipovetsky,²²⁹ gire bastante em torno do lugar-comum que é associar a moda a um fenômeno meramente distintivo num panorama de demarcação de status e posições honoríficas, discussão que segue bastante teses indicadas por Thorstein Veblen e seguidas por tantos outros posteriormente. O que Lipovetsky propõe é que esta abordagem não deve se restringir a este aspecto, embora ele não seja inválido por completo. O que ocorre é que não se pode explicar as variações da moda apenas por este prisma, pois embora manifeste os aspectos relativos à diferenciação e hierarquia social, a moda também é expressão individual, afirmação do “eu”.²³⁰

Neste contexto, as elaborações realizadas pelos estudos sobre a moda se prenderam a relação feita com o processo de distinção social praticamente como uma certeza definida. Neste sentido, imperou a perspectiva de Veblen sobre o consumo conspícuo que também abarcava o vestuário e a moda, contudo, segundo a perspicaz exigência de Lipovetsky, estas propostas explicativas não foram suficientes para oferecer um entendimento mais detido sobre as variações e volatilidade apresentadas pela moda. Identificada a moda como instrumento próprio da frivolidade, críticos teciam considerações que atingiam os seguidores das flutuações das linhas e variações arbitradas pela estética variável dos traçados modísticos. Guilles Lipovetsky isenta a moda de parte da carga de acusações que a indicam como aspecto

²²⁸ ARAÚJO, Emanuel. **O teatro dos vícios**. *Op. Cit.* . p.113.

²²⁹ LIPOVETSKY, Guilles. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

²³⁰ Considerando esta posição, “ela [a moda] é um meio privilegiado da expressão da unicidade das pessoas: tanto quanto um signo de condição, de classe e de país, a moda foi imediatamente um instrumento de inscrição da diferença e da liberdade individuais, ainda que a um nível ‘superficial’ e no mais das vezes de maneira tênue” (LIPOVETSKY, G. *Idem, ibidem*. p. 44).

dentro do processo de distinção social. Seu argumento era voltado contra a evasiva avaliação apontada por Veblen – e seguida por vários estudiosos do consumo distintivo – que a moda e suas variações não tinham profundas bases que pudessem exprimir sua variação.

O reducionismo sociológico encontra-se aqui em seu ponto culminante: os entusiasmos delirantes traduzem apenas nossa aspiração à estima social; só gostamos dos gêneros em voga na medida em que permitem classificar-nos socialmente, demarcar-nos, tirar deles proveitos distintivos.²³¹

Sobre vestimentas e moda, Veblen concluiu que os gastos com roupas dispendiosas são formas de demonstração de capacidade de consumo conspícuo, que é um dos fundamentais preceitos distintivos de sua classe ociosa.

O simples dispêndio conspícuo de bens é eficaz e satisfatório tal como é; é uma boa evidência *prima facie* de sucesso pecuniário, e, conseqüentemente, uma evidência *prima facie* de valor social. Mas o vestuário tem possibilidades mais sutis e de maior alcance do que apenas esta primeira prova de consumo supérfluo, se além de mostrarmos que quem o usa pode permitir-se gastar livre e perdulariamente, podemos também mostrar, ao mesmo tempo, que ele ou ela não necessitam ganhar a vida, razão porque o seu valor social será realçado em considerável medida. O vestuário, portanto, a fim de servir eficazmente a seus propósitos, não deve apenas ser dispendioso, mas deve também tornar visível a todos os observadores que quem o usa não está ligado a qualquer espécie de labor produtivo.²³²

A idéia de elegância no trajar estaria então condicionada à noção de que ela estaria associada à impressão de que a pessoa elegante não tem por hábito a execução de esforço útil e, conseqüentemente, o efeito de elegância diz respeito à “sugestão de ócio que trazem, da isenção do contato pessoal com processos industriais de qualquer natureza”,²³³ portanto, “o

²³¹ Idem, p. 56.

²³² VEBLLEN, Thorstein. *Op. cit.* p. 162.

²³³ Idem, p. 162.

vestuário primoroso serve a seu propósito de elegância não apenas porque é dispendioso, mas porque é a insígnia do ócio”.²³⁴

O vestuário feminino chamou mais a atenção de quem se enveredou em avaliar as transformações e significados da moda. Foi também este o caso de Veblen que chegou a considerar que nas peças femininas havia apelos mais significativos à relação de ociosidade *versus* realização de esforços produtivos. Exemplificando esta associação, indicou o calçado com o chamado “salto francês” altíssimo, pois este tinha a possibilidade de prejudicar o movimento de tal modo que “torna extremamente difícil até o mais simples e o mais indispensável trabalho produtivo”.²³⁵ Para ele também as saias com suas armações e exageros de tecidos, costuras e volume impediam o conforto e habilidade móvel de suas torturadas usuárias, mas os coletes, os espartilhos, eram não apenas peças de vestir, mas praticamente instrumentos de dolorosos desconfortos segundo Veblen, que descreveu da seguinte forma esta peça que comprimia a mulher:

É o colete, em teoria econômica uma mutilação substancial, arrostando com o propósito de baixar a vitalidade da paciente e torná-la permanentemente e visivelmente incapacitada para o trabalho. Bem verdade que o colete prejudica a beleza pessoal de quem o usa, mas a perda sofrida nesse particular é realçada pelo ganho em reputação que provém da sua dispendiosidade e fraqueza da usuária visivelmente aumentadas.²³⁶

Da atenção sobre o vestuário feminino deriva a percepção do papel da mulher como consumidora para o chefe da casa. O esquema patriarcal reduziu e transformou a mulher num ente muitas vezes passivo, de atividade trivial ou mesmo condicionada à situação de servir de ornamento. Neste esquema prevaleceu a noção de que a esfera da mulher era a casa e que ela deveria ser dependente do homem, como provedor, protetor e autoridade sobre os principais aspectos de sua existência.²³⁷ Segundo esta orientação sobre as diferenças relativas à situação de homens e mulheres e seu reflexo expresso na capacidade comunicativa contida na variação

²³⁴ Idem, p. 163.

²³⁵ Idem.

²³⁶ Idem, p. 164.

²³⁷ Veblen buscou entender esta condição de submissão, ainda que estivesse se referindo a uma outra sociedade, que não a constituída no Brasil, nos seguintes termos: “A rude verdade no tocante ao ócio e atavios por parte das mulheres tem por base o fato de serem elas servas às quais na diferenciação das funções econômicas, foi delegado o ofício de fazer realçar no seu amo a aptidão de despender” (VEBLEN, T. *Op. cit.* p. 172)..

do vestiário entre os dois sexos, estava refletido, por exemplo, conforme indicação de John Harvey, um plano mais abrangente que se verificou, sobretudo no século XIX, no costume que se criou em termos de padronização nos hábitos de vestir.

Tollenare achou ridículo o estilo exagerado de vestir de damas que testemunhara no Recife. E lamentava por isso, pois, afinal, achava que não lhes faltavam “graças naturais”. Certamente a referência e o padrão ao qual estava habituado o gosto do negociante francês estava em sua França local que, não por acaso, serviu de modelo para as novidades que se instituíram posteriormente com intensidade ainda maior na cidade por ocasião do governo do Barão da Boa Vista. Mas o que negociante francês acabou registrando sobre o estilo das damas foi que

o seu luxo é desprovido de gosto; cobrindo-se de penacho e lantejoulas, pensam deslumbrar. Talvez que ornamentos mais harmônicos não sejam para os seus compatriotas senão cócegas, que assinalei como insuficientes, e que a profusão de ouropéis, de pentes, de colares e de jóias falsas, produza a escorchadura necessária.²³⁸

Gilberto Freyre se ateu a tratar do vestir da boa sociedade nestas terras onde pairava um alargado sentido de disparidades e percebeu que havia na forma de se vestir também uma relação de diferenciação social, uma vez que

o traje da mulher de sobrado ou de casa-grande chegou aos maiores exageros de ornamentação para se distinguir do traje da mulher de mucambo ou de casa térrea, e, principalmente o traje do homem, por sua vez um superornamentado, quando, senhor e dono de outros homens, aparecia nas ruas ou nas festas.²³⁹

As vestimentas e ornamentos que enfeitavam os corpos dos abastados custavam enormes somas. E não era raro que tais peças acabassem por tornar-se objeto de inventários legados por seus proprietários aos herdeiros que beneficiavam. Na obra *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, Maria Beatriz Nizza da Silva apresenta um exemplo da

²³⁸ TOLLENARE, L. F. **Notas Dominicais**. Op. cit., p. 130.

²³⁹ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. Op. cit. p. 132.

valorização das roupas e adereços através do inventário do negociante Elias Antônio Lopes, que discriminou cada uma das muitas peças que inventariava – algumas dessas peças inventariadas possuíam seus valores ressaltados, o que indica que possuíam um custo realmente relevante ao ponto de merecerem receber este cuidado orçamental.²⁴⁰ Do mesmo modo, entre os testamentos com os quais nos deparamos não faltam as referências às vestes de seus então possuidores. A indumentária vestida por indivíduos de figurações sociais expressavam a o grau de abastança destas esferas, logo observando-se o trajar possuído por algum testador, pode-se ter uma dimensão de sua condição. Nem todo testamento detalha a quantidade e qualidade das peças, mas dentre aqueles que o fazem, há indicativos úteis. Peças que eram evidenciadas sempre eram aquelas cuja feitura era estrangeira.

Dentre aqueles que indicavam peças de vestuário, alguns registraram com mais ênfase aquelas importadas, do que se deduz a importância valorativa destes artigos de luxo. Mesmo que em termos de corte e refinamento em seu feitiço, uma peça de roupa encomendada pudesse ser equivalente ou mesmo mais bem acabada, as importadas mereciam destaque. Testadores que possuíam peças importadas davam tratamento privilegiado a elas em sua listagem de bens repassados como legado. Dona Frutuosa Maria de Gama,²⁴¹ portuguesa residente na Boa Vista, registrou possuir cinco vestidos de baile franceses, todos devidamente anotados e repassados para sua beneficiária. A senhora não mencionou nenhuma outra peça de roupa em seu testamento, o que denota a importância atribuída às cinco peças em questão. Maria Aparecida Machado²⁴² tinha entre seus bens “fazendas de tecidos ingleses” às quais deixou em testamento. Caso mais expressivo pareceu-nos o da senhora Victorina de Campelo,²⁴³ que presenteou uma sobrinha com quarto baús de roupas finas, contudo sem especificar a origem de tais peças – se importadas ou não.

²⁴⁰ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

²⁴¹ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO – ARQUIVO GERAL. Testamento de Frutuosa Maria Gama. Recife, 1843.

²⁴² TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO – ARQUIVO GERAL. Testamento de Maria Aparecida Machado. Recife, 1839.

²⁴³ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO – ARQUIVO GERAL. Testamento de Victorina Campelo. Recife, 1842.

Outros, por sua vez, desdenhavam de tais artefatos pessoais. O negociante Simplício José de Santanna²⁴⁴ simplesmente negligenciou estes seus bens, generalizando-os como “algumas roupas sem valor”. Embora negociante de tecidos, o testador desconsiderou a possibilidade de suas vestes terem alguma importância e incumbiu sua esposa, dona Quitéria de Jesus, a destinar estes seus bens da forma que achasse conveniente. Também foi desprendida a senhora Anna Tenório, possuidora de dois sobrados de três pavimentos, um sítio em Goiana e nove escravos, não parecia ser vaidosa, pois possuía apenas uns “trapos velhos”.

Apesar dos abnegados negligenciadores das modas, tamanha atenção ao valor das vestimentas não era desmedida por parte de quem as levava em consideração, pois elas se constituíam como importantes e valiosos patrimônios – sem mencionar, evidentemente, que os adereços e jóias de metais e pedras preciosas utilizados também para a exibição das virtudes pecuniárias e das vaidades de seus usuários eram objetos caríssimos. Era patrimônio para poucos.

E Recife também disseminou moda. Em visita à cidade de Natal, Henry Koster não deixou de reparar na forma de vestir das pessoas. Ele narrou que fora por influência do então governador do Rio Grande, Francisco de Paula Cavalcanti (filho da tradicional e poderosa oligarquia pernambucana), que houve por aquelas bandas uma verdadeira transformação no vestir. Diz Koster sobre o milagre promovido pelo governador que a façanha consistiu na persuasão para que as pessoas de boa situação na sociedade adquirissem no Recife – pólo regional que influenciava cidades de menor porte na região – os belos e bem acabados tecidos manufaturados ingleses.

Na medida em que uns e outros cavalheiros e damas iam se mostrando irretocáveis pelas ruas, muitos dos demais se sentiam compelidos a não permanecer em desvantagem e a competição pelo esbanjamento acabou difundindo em pouco tempo o hábito do bem vestir na sociedade natalense, que por sua vez tentava imprimir uma influência obtida em Recife, que já sugeria ter algum destaque como ambiente de bom gosto e refinamento indumentário ao ponto de irradiar seu requinte para além das fronteiras pernambucanas. Koster aprovou o

²⁴⁴ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO – ARQUIVO GERAL. Testamento de Simplício José de Santanna. Recife, 1843.

progresso e relatou sua satisfação narrando uma experiência bastante prosaica como acontecimento em si, porém representativa a este respeito:

Visitamos a Igreja à tardinha. Todas as senhoras estavam elegantemente vestidas com sedas de várias cores, com véus negros cobrindo-lhes a cabeça e o rosto. Um ano antes, as mesmas pessoas teriam comparecido à Igreja de saiotos de algodão, feitos em Lisboa, panos de tecido grosseiro na cabeça, sem meias e com chinelos nos pés.²⁴⁵

Ricos e pobres vestiam-se diferentemente e não apenas no tipo de vestimenta e adereços, mas também no tipo e qualidades dos materiais utilizados na feitura de tais peças. Gilberto Freyre toma o calçado como indício da diferenciação, pois ele mesmo chama atenção para o fato de que apenas um sexto da população brasileira nos idos da estada de Debret no país usavam sapatos, embora o artista estivesse impressionado por ter contado no Rio de Janeiro, em 1816, um número muito grande de estabelecimentos de sapateiros. A explicação que Freyre encontrou para tal profusão de sapateiros era a necessidade das senhoras de recorrentemente andarem a reformar ou reparar seus delicados sapatos de seda que se deterioravam ou se danificavam freqüentemente.²⁴⁶

E como centro difusor de modas – ainda que não tenha primado pela originalidade delas, pois nos chegavam de outras partes – a cidade se requintava com casas especializadas em modas e no aperfeiçoamento das aparências. Podia-se adquirir um bom calçado na Praça da Independência, pois naquela localidade havia até estabelecimentos comerciais próprias para atender o bom gosto de quem necessitava estar correntemente alinhado. Ainda que a sujeira encobrisse a cidade, onde águas pútridas trilhavam caminho pelas ruas enlameadas, procuravam os distintos e civilizados transeuntes pisar o chão imundo com calçados lustrosos e elegantes. A distinta loja do sr. José Tavares Gama anunciava o rol de ofertas, dando-nos indicação das modas que agradavam o consumidor mais abonado em recursos e em bom gosto:

por preço commodo o seguinte sortimento de calçado e outros objectos de melhor qualidade, e gosto a saber; calçado de bezerro francez, botins, e

²⁴⁵ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, 1978. pp. 325-326.

²⁴⁶ FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos**. *Op. cit.*

çapatos de Lisboa para homem, botins de duraque e de panno para dito, calçado de marroquim, duraque, setim, cordavão, couro de lustro e botinas de duraque para senhora, calçado das mesmas qualidades para meninas, chapeos pretos e brancos para homens e meninos, chapeos de sol de seda para homem, e senhora, çapatos de couro de lustro, e chenelas de marroquim para homem, bengalas de diversas qualidades e ultimamente chegadas.²⁴⁷

Em estabelecimento concorrente, na Boa Vista, podia-se encontrar um sortimento mais adequado para as senhoras, pois havia loja especializada em tal atendimento e fornecimento de produtos:

para senhora, sapatos de couro de lustro, ditos de marroquim de todas as cores, e tambem de duraque de Lisboa, ditos de setim preto e branco, ditos Hespanhões de marroquim preto a 800 e a 960, calçado para meninas, çapatos optimo para inverno, e um pouca mais em conta do que geralmente se vende.²⁴⁸

Como se vê, os produtos eram recebidos na cidade com entusiasmo dos comerciantes, ávidos pela realização dos negócios e pelos consumidores, que buscavam manter-se em acordo com a moda em vigor. Mas a importação dos produtos elaborados não era a única forma de atrair os consumidores, pois Recife também recebia modistas de fora, que faziam sucesso entre o circuito de vaidosos elegantes da cidade. Uma certa modista anunciada pelo nome de Madamme Maris, visitou a cidade após uma série de viagens pela corte. Trouxe consigo baús repletos de roupas de sua criação e, como alardeava o noticiário, “apresentará suas qualidades de costura na tarde do proximo dia 18 no Theatro Publico”.²⁴⁹ Certamente era atração que encantava e despertava correria entre o dileto nicho consumidor de tais extravagâncias comerciais.

E encantavam também os elegantes transeuntes e freqüentadores da ponte da Boa Vista, convertida em passarela de exibição de estilos modísticos e distinção consumista e que se prestava como passeio público da cidade. Após receber bancos para a acomodação dos freqüentadores, o local se converteu também em ponto de ruminação de enredos, de

²⁴⁷ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 18 de março de 1840.

²⁴⁸ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 16 de maio de 1840.

²⁴⁹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 15 de janeiro de 1841.

galanteios, maledicências e até álibi doméstico, uma vez que era local que, conforme Mario Sette, foi amaldiçoado pelas mulheres casadas, pois “os maridos reentravam tarde nos lares a pretexto de terem ficado em conversa no Passeio Público”.²⁵⁰ Parlatório informal para as conversas triviais, o espaço era próprio para os encontros nos quais eram tecidos tramas, intrigas e prazeres. Lopes Gama considerava o espaço mais divertido que o próprio Teatro Público. E bem que poderia ser. As comédias encenadas em tal palco sobre as águas, unindo o continente à ilha, eram cotidianas. Pessoas galantes faziam a travessia repetidas vezes, indo de lado a lado da ponte, em porte elegante, distinto, exibido e ostensivo. Um estabelecimento de modas até utilizava este mote para fazer sua propaganda: “modas para o passeio na Ponte”!²⁵¹ Havia interesse em se pavonear com o intuito solene de transitar no passeio, ser observado e observar aos outros.

Testamentos são documentos que acabam unindo dois universos que insistem em ser distintos e opostos: o plano etéreo e o mundo material. De início, testamentos evocam o Sagrado em efusivas declarações de fé, pois o testador roga a Deus por sua esperada redenção. Não esquece de reverenciar a Santíssima Trindade, de declarar-se cristão. Os testadores cuidam dos pormenores das encomendas de suas almas. Requerem preces contadas em números precisos, preocupam-se com a quantidade de velas e missas em seu favor. Não descuidam sequer da aparência que estarão exaltando no dia fatídico das operações funerárias. Detalhes não escapam. No testamento, cumprem boas ações que esperam colaborar pelo melhor destino de suas almas. Enfim, testamentos estão ligados ao elevado plano espiritual.

Mas testamentos também são terrenos e mundanos em seu sentido literal, pois tratam daquilo que foi consumido, adquirido e deixado no plano sólido e vivido. Estes objetos não acompanham os mortos e sobre eles providências não de ser tomadas. Em seguida às disposições metafísicas, tratam os testadores de providenciar os cuidados com seus bens. Listam o que há de mais precioso, contabilizam economias, decidem o paradeiro de seus pertences. Em contrapartida ao aspecto transcendente que de alguma maneira tomava parte da feitura dos testamentos, eles objetivamente taravam de coisas materiais e terrenas: bens e providências patrimoniais. Não estavam alheios à esta condição prática nem mesmo os

²⁵⁰ SETTE, Mario. Arruar. *Op. cit.*, p.45.

²⁵¹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 19 de novembro de 1840.

próprio clérigos. Um padre, de nome Caetano José de Sousa Antunes,²⁵² prenunciava sua morte eminente e evocou a Santíssima Trindade e tantos santos quanto possíveis, assumiu um tom de modéstia e desapego, pois “daquilo que sou possuidor, a Providência me permitiu”, contudo, o clérigo não deixou de apegar-se à idéia de que não haveria de negligenciar suas providências materiais, que incluíam os seus bens: uma casa na Rua Larga do Rosário, uma coleção de livros, suas roupas e um lote de terreno no Aterro dos Afogados. Não deixou nenhum bem para a sua congregação religiosa ou entidade de filantropia.

No material, percebe-se, enfim, a grande distinção entre as pessoas, contudo perante a morte, igual condição final para todo indivíduo, as distinções são insistentes em se revelar. Mathias Aires, filósofo brasileiro do século XVIII, assinalou que conheceu a fortuna sem que esta tenha jamais o conhecido, e refletiu sobre a diferença havida entre os homens mesmo ante a morte através dos seguintes termos:

Vivemos com vaidade, e com vaidade morremos: arrancando os últimos suspiros, estamos dispendo nossa pompa fúnebre, como se em hora tão fatal o morrer não bastasse para ocupação: nessa hora, em que estamos para deixar o mundo, ou em que o mundo está para nos deixar, e entramos a compor, e a ordenar o nosso acompanhamento e assistência funeral; e com vanglória antecipada nos pomos a antever aquela cerimônia, a que chamam as nossas últimas horas, devendo antes chamá-las vaidades últimas.²⁵³

Os bem-nascidos, os bem-vividos e os *bon-vivants* também almejam uma boa morte. As cartas testamentais indicam o quanto as distinções perpetuam em se manifestar através da solenidade da morte. Esquifes e redes, mortalhas paupérrimas e indumentárias mortuárias bem elaboradas assinalam diferenças, pois, como novamente insistia o filósofo, “sendo o termo da vida limitado, não tem limite a nossa vaidade; porque dura mais do que nós mesmos e se introduz nos aparatos últimos da morte”.²⁵⁴

²⁵² TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO – ARQUIVO GERAL. Testamento de Caetano José de Sousa Antunes. Recife, 1839.

²⁵³ SILVA DE EÇA, Mathias Aires Ramos da. **Reflexão sobre a vaidade dos homens / Carta sobre a fortuna**. São Paulo: Escala, s/d. p. 23.

²⁵⁴ *Idem, ibidem*.

As diferenças no vestir de ricos e pobres não se manifestavam apenas entre as pessoas que trafegavam vivamente pelas ruas. Eram diferentes também defuntos ricos e pobres em seu trajar mortuário. Sacerdotes eram enterrados usando hábitos (e quanto maior a hierarquização sacerdotal do morto, mais elaborada era a derradeira vestimenta que usaria neste momento solene), já os militares chegavam em suas últimas moradas trajando fardas de guerreiros, prontos para mais essa batalha, mas enterravam-se normalmente os cadáveres vestidos de mortalhas e estas roupas morbidamente ritualísticas variavam em tipos e em preços. João José Reis constatou que na hora da morte as distinções no trajar dos mortos acompanham as distinções que havia entre eles em vida.

Enquanto pessoas que viveram livres possuíam maior variedade nos tipos de mortalhas usadas em seus funerais, os libertos e os escravos que usaram estas vestes eram sepultados de mortalhas brancas em sua maioria, de acordo com os dados apresentados por Reis. Considerando então os mortos por origem étnico-racial, viu-se que “o uso da mortalha branca cresce à medida que nos afastamos dos brancos”²⁵⁵, ou seja, negros e mestiços tendiam a usar mortalhas brancas. Reis infere daí que os negros e mestiços recorriam a estas mortalhas por serem elas mais baratas, uma vez que eles reconhecida e notoriamente viviam em condições pecuniárias e aquisitivas mais precárias que a população branca.

Quanto às mortalhas pretas, Reis ainda considerou que estas eram as preferencialmente usadas por cadáveres brancos, embora tenha notado casos em que “crioulos e africanos fossem à sepultura assim vestidos porque suas famílias ou amigos quisessem distinguir-se ou distingui-los socialmente na hora da morte, adotando um costume mais comum aos brancos”.²⁵⁶ A elegância e a ostentação não deixavam de se ver presentes também no luto dos familiares, afinal, dentre os preceitos das funções do luto havia a expressão de prestígio social. Quem possuía serviçais e, principalmente, escravos os submetiam aos préstimos das homenagens através do luto, embora, como bem nota João José Reis, tais homenagens não fossem recíprocas, afinal, não havia costume de que senhores enlutassem por

²⁵⁵ REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 126.

²⁵⁶ Idem, p. 127.

seus escravos falecidos, o que para Reis “reforça a idéia de que o luto do escravo funcionava como um mecanismo simbólico de controle e uma expressão de prestígio social”.²⁵⁷

Dentre os testamentos averiguados, verificamos qual tal variação nos tratos com as providências derradeiras também está presente. Indivíduos que demonstravam ser detentores de mais posses, que indicavam levar uma existência material mais guarnecida esmeravam em preparar sua passagem de plano antes de adentrarem ao Infinito. Já tratamos da senhora Maria das Mercês Braga e de aspectos de seu testamento, contudo convém abordar algum outro elemento constante em tal documento.²⁵⁸ A viúva importava-se seriamente com sua morte e não apenas ordenou previamente que seus escravos usassem luto após sua morte – com as vestes devidamente bancadas pela senhora –, como também tratou de elaborar outras imprescindíveis providências. A madame confiou a seu testamenteiro a aquisição dos utensílios funerários e parece não ter poupado recursos para bancar estes custos, necessários para cobrir a realização de 200 missas, pelo transporte de seu ataúde alugado e de “boa madeira enegrecida” em uma sege também pela mais digna apresentação da defunta usando um traje mortuário de seda, contudo cujo gosto deveria estar “a contendo do senhor meu testamenteiro e irmão Ignácio”.²⁵⁹ Na maioria dos casos apontados nos testamentos de nossa amostragem, as providências não apresentam grandes discrepâncias e são bem recorrentes significativa parte dos dados, que sofrem ordinariamente apenas as variações de praxe, pois não cumpriam grande flutuação em sua forma e conteúdo a respeito deste item em particular.

Retornando aos vivos e seus estilos de vestir, percebeu-se que passarelas para os desfiles de elegância, requintes e pompas eram a rua, os eventos sociais nos locais e ocasiões que recomendavam uma aparência distinta e aceitável. Na intimidade do lar a forma de vestir era bem outra: nada de sofisticação, nada de luxo, mas uma simplicidade paupérrima. Os mesmos ostentadores de elegância (ainda que uma elegância de gosto duvidoso mesmo

²⁵⁷ Idem, p. 134.

²⁵⁸ Novamente evocando Lopes Gama e suas opiniões a respeito dos desmazelos dos costumes, ressalta-se mais uma reprovação do Carapuceiro, que não achava sentido nas suntuosidades empregadas em ritos fúnebres. A vaidade era o pecado no qual incorriam aqueles que eram sepultados sob tais solenidades luxuosas. Quanto aos testadores quer prescreviam tais extravagâncias, Lopes Gama afirmou: “se eu quisesse dizer o que são pela maior parte os testamenteiros, não haveria papel que me chegasse”, pois ressaltava que as providências, ainda que insanas e exageradas, ainda tomadas sem a obediência tal qual indicada pelo finado, pois seus testamenteiros de confiança não eram merecedores de tal crédito.

²⁵⁹ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO – ARQUIVO GERAL. Testamento de Maria das Mercês Braga. Recife, 1842.

perante os próprios parâmetros modais da ocasião) no espaço público eram em casa uns despojados, fato que nos leva a crer que o bem vestir não era nada além de uma qualidade de fantasia, de alegoria que servia somente para demonstrar uma imagem e induzir o público deste espetáculo de fingimento teatral a acreditar e respeitar a posição e situação do fingidor, do elegante das ruas. No recinto privado o trajar costumava ser sumário, afinal, não havia em tal ambiente um público a impressionar. As senhoras que encantavam na rua em seus passeios, vestiam em casa peças escandalosamente sumárias, tais como uma espécie de camisola simples cuja gola larga freqüentemente lhes deixavam à mostra os seios. Os homens costumavam trajar-se de simples ceroulas, camisa, um gibão ou alguma jaqueta, peças produzidas com tecidos finos e leves sem a preocupação de servirem de indumentária posta para a admiração alheia, enfim, uma vestimenta modesta e rústica sobre a qual não se podia encontrar nada de elegância.

Aos homens, coube uma predominância da cor preta em suas vestes, numa composição austera que estava impregnada de significado, uma vez que a indumentária negra trajada pelos homens indicava sua relação com a seriedade e dignidade profissional, enquanto a profusão de cores do traje feminino demonstrava o oposto: sua exclusão do mundo do trabalho e dos ofícios socialmente valorizados. E Harvey destacou ainda, demonstrando que as regras e significados na indumentária das elites tinha suas condições específicas, que este contraste entre as roupas pretas e as coloridas não se verificava na mesma intensidade entre homens e mulheres dos estratos pobres, das classes trabalhadoras.²⁶⁰

Tons austeros ou coloridos também nos apareceram caracterizando as vestimentas deixadas pelos testadores cujos bens pudemos averiguar conforme os registros deixados. Muito embora não tenham sido generalizadas as descrições pormenorizadas de todas as peças ou conjuntos de roupas indicadas nos testamentos, afinal, ao referir-se à indumentária, os testadores costumavam dar um destino a todas suas roupas de uma forma bastante prática, doando-as sem fazer distinção, alguns, contudo, se deram a tal trabalho, prendendo-se a destinar especificamente alguma veste em particular para futuros proprietários ou para um último uso, no caso de quem destinava uma roupa laica como derradeira vestimenta a ser utilizada, afinal, o preto também era cor do ritual fúnebre do luto.

²⁶⁰ HARVEY, John. **Homens de preto**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

Testadores faziam tal gesto como prova de benevolência, pois doavam para a caridade, como o padre Tenório Athaide da Assumpção, que, em 1843, destinou suas batinas aos padres que, recentemente ordenados, necessitariam ter tais peças indispensáveis, porém, era o sacerdote possuidor de dois “fatos negros de valor encomendados em Portugal” os quais passava como herança a um certo Bartolomeu, que não teve sobrenome citado, mas que passou a estar melhor vestido para as ocasiões solenes, inclusive – e provavelmente –, por ocasião dos funerais de seu benfeitor.²⁶¹ No mesmo ano, o português Expedito Tavares²⁶², estabelecido em Recife como negociante de algodão, manifestou a vontade de agraciar seus funcionários Honório, Pedro Augusto e José Miguel com uma modesta quantia em dinheiro e com a partilha de três seus fatos, todos de linho e todos na cor preta para que eles pudessem possivelmente render as homenagens finais ao patrão após o cumprimento de seu destino, muito embora o uso de tais vestes certamente tivesse bom caimento também em momentos de maior vivacidade, pois a cor negra de tais peças era de sobriedade que ressaltava o porte dos cavalheiros. Embora não tenha enumerado os conjuntos de suas possivelmente elegantes roupas, o bacharel José do Sacramento d’Oliveira²⁶³ preferiu ser sepultado ele próprio com um fato negro adquirido em sua ida à Europa, pois deixou claro que sua vestimenta na hora da despedida haveria de ser exatamente aquela. Considerando seu ofício e mais alguns detalhes contidos em seu testamento, há de se supor que o causídico devesse ter outros trajes do tipo, que, por sinal, foram encaminhados aos cuidados de seu irmão e testador Malaquias d’Oliveira a quem coube os cuidados com este tipo de miudezas.

E as modas no vestir chamavam freqüentemente a atenção. E escandalizavam também por suas exageradas pompas. O bom-tom indicado pelo manual de etiqueta e civilidade de J.I. Roquette recomendava: “segue a moda, mas em afetação”.²⁶⁴ Contudo, o conselho moderado não era seguido à risca e a civilidade prescrita através do elenco de critérios apontados pela prescrição de modos nem sempre agradava, pois não contentava a modéstia da austeridade quando o exagero chamava mais atenção e carregava mais apelo

²⁶¹ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO – ARQUIVO GERAL. Testamento de Tenório Athaide da Assumpção. Recife, 1842.

²⁶² TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO – ARQUIVO GERAL. Testamento de Expedito Tavares. Recife, 1841.

²⁶³ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO – ARQUIVO GERAL. Testamento de José do Sacramento d’Oliveira. Recife, 1842.

²⁶⁴ ROQUETTE, J. I. **Código do bom-tom**. *Op. cit.* p. 360.

ostensivo. O vestuário, que Daniel Roche, qualificou como “fato social de comunicação”,²⁶⁵ indicava muitas coisas para quem observava o trajar alheio, sobretudo. O domínio transitório de determinada feição modística não apenas conferia um tom volátil a certos usos consumistas como desagradava quem não admitia tamanho apego a modas. Retomando à recomendação de Roquette, ele sugere parcimônia ao aderir a atualização dos trajes em voga: “quando te digo que sigas a moda, quero dizer que te vistas como as mais pessoas de tua qualidade, não que sejas o primeiro a trazer o fato de um feitio novo e muitas vezes ridículo”.²⁶⁶ Fica evidenciado no ensinamento de Roquette que a moda também cumpre seu papel de identificação, uma vez que o civilizado seguidor de suas instruções vislumbra que a adesão a moda estará integrado ao que usam pessoas que estejam em sua “qualidade”.

O que havia de mais ressaltado em condenação nas modas estava direcionado ao traje das mulheres. Ainda que fossem ofertadas e adquiridas peças anunciadas como atualizadas em relação aos modismos vigentes, sobretudo por sua influência originária, ou seja, o vestir à européia, tais argumentos comerciais não convenciam os censores dos costumes. Os hábitos do trajar feminino nos moldes que eram propugnados pelo apelo civilizado que se admitia no imitar a moda estrangeira era freqüentemente objeto de reprovação e condenação que não se apegava apenas ao aspecto estético das modas, mas atingiam patamares além deste.

Os mais pomposos requintes de vestuário e ornamentos estavam presentes nas modas femininas. As mulheres acabavam também se constituindo como instrumento indicativo de abastança a ser ostentada, pois a atenção quanto aos apelos contidos em sua aparência reforçada pelos artigos de luxo que consumiam era patente. As suas roupas eram mais caras, mais repletas de adornos e detalhes sofisticados, enfim, eram ainda mais visíveis como demonstração que apelasse aos sentidos. Exageros em suas modas também chamavam grotescamente a atenção e atraíam a reprovação de algozes implacáveis, que mediam os limites entre o que era ou não aceitável: Roquette inferia que “o refinamento no luxo e vaidade das mulheres é um sinal infalível da decadência dos costumes”,²⁶⁷ enquanto Lopes Gama via exagero e excesso em quase todas as modas femininas. Parte significativa do

²⁶⁵ ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**. *Op. cit.* p. 13.

²⁶⁶ ROQUETE, J.I. *Op. cit.* p. 360.

²⁶⁷ ROQUETTE, J. I. *Op. cit.* p. 389.

comércio de artigos de luxo era composta por casas comerciais especializadas em artigos de moda para as mulheres. Instalaram-se na cidade boticas, perucarias e lojas de roupas e tecidos próprios para as consumidoras, que, via de regra, eram consumistas que adquiriam seus bens através da anuência de seus maridos ou pais, afinal, a submissão relativa feminina não estava distante da circunstância, onde os valores patriarcais ainda se faziam gritantemente presentes e ativos.

Gilberto Freyre argumentou que o patriarcalismo teve seu efeito neste quesito. O homem se distinguia por sua agressividade viril contida em gestos e hábitos, enfim, em suas maneiras. Diferenciava-se no trajar também pelo excesso “quase feminino de ornamentações”, demonstrando sua condição de proprietário, de “indivíduo de ócio ou de lazer”, um misto de “agressividade machona e molície afeminada”.²⁶⁸ Entre homens e mulheres, dentro do regime patriarcal, couberam atribuições distintas: o homem figurou como elemento móvel, militante e renovador enquanto a mulher figurou como elemento conservador e estável. Freyre relaciona estes aspectos à moda feminina durante o período patriarcal e indica que mesmo a introdução dos modismos estéticos utilizados pelas mulheres foi substancialmente promovida pelos próprios homens:

A própria perturbação das modas femininas, dominantes em nossa sociedade patriarcal, pelas modas inglesas e principalmente pelas francesas foi, em parte, subproduto da influência de rapazes brasileiros que iam estudar leis, medicina, filosofia, comércio, nos centros europeus. Vinham cheios de novidades, algumas das quais comunicavam às mulheres.²⁶⁹

Estas inovações de costumes importadas logo ganharam apreço, a província foi, segundo Lopes Gama, tomada por um gosto por “macaquear” os trejeitos franceses. O afrancesamento que ganhou grande impulso durante o período de Boa Vista foi, para alguns, valoroso sinal de elevação civilizatória, mas nem todos estavam devidamente convencidos disto, pois que “cada povo tem o seu caracter peculiar, seus usos, seus costumes, e certa fisionomia que os distingue de todos os mais”,²⁷⁰ porém em termos de valorização da novíssima envergadura civilizatória pretensa, os modelos foram sendo trazidos de além do

²⁶⁸ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. *Op. cit.* p. 133.

²⁶⁹ *Idem*, p. 134.

²⁷⁰ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 14 de fevereiro de 1840.

Atlântico. Mas o Carapuiceiro ponderava que o mal não estava nos hábitos franceses e sim na sua imitação, afinal, as condições da França e do Brasil eram muito diversas:

A França, huma das mais antigas Nações da Europa, a França, fóco da civilização, e das luzes, a França, onde se não conhece a horrivel distincção, a incomensuravel distancia de senhor, e escravo, a França, cuja população he toda homogenea, creou Guardas Nacionaes? Ergo cá os nossos macaquinhos tambem as devem ter taes, e quaes; e quantos negocios nossos são decididos a trouxe môxe só por arremedo á Inglaterra, e á França!²⁷¹

Travestidos de franceses, os consumidores e entusiastas destes modos utilizavam brocados no idioma da França, consumiam estilos derivados ou copiados da sociedade francesa e, enfim, afrancesados, cometiam os exageros e abusos que incomodavam ou faziam o divertimento de satíricos e sarcásticos Como Lopes Gama. Sobre moda, o Carapuiceiro escreveu vários artigos e o tom era o mesmo: satirizar os “mártires da moda” que se sujeitavam a se fantasiar para impressionar, mas acabavam incorrendo no ridículo. O gamenho (“todo aquele indivíduo que não tem outro ofício, outro emprego, outro cuidado, senão embonacar-se para namorar”) era um tipo que povoava as censuras de Lopes Gama, porém alardeava a aceitação de influências ditas civilizadas nos costumes desfilados na cidade, transitada por tais gamenhos e gamenhas em contraste com o a situação paupérrima da população sem estilo digno de nota perante o julgamento estilístico das modas e estética.

Ser gamenho não era necessariamente fácil e podia exigir uma série de inconvenientes ou dispêndios estéreis – aliás a esterilidade do gasto valorizava o gastador, capaz de dedicar seus gastos em consumo que não contempla a necessidades elementar alguma e sim atende ao emprego do consumo distintivo. E quem forçosamente buscava se adequar às modas merecia mais escárnio. Gilberto Freyre salientou que

com a generalizações das modas européias mais requintadamente burguesas e a urbanização dos estilos de vida, outrora rusticamente patriarcais, as deficiências ou excessos de formas de corpo que não correspondessem às modas de Paris e de Londres foram sendo corrigidos por meios de unguentos, cosméticos, dentes e cabelos postiços, ancas, tinturas para barbas

²⁷¹ *Idem, ibidem.*

e cabelos, espartilhos. Espartilhos de que, desde a primeira metade do século XIX, aparecem numerosos anúncios nos jornais brasileiros.²⁷²

Quando os atenuantes estéticos não resolviam a incompatibilidade entre a forma do gamenho corpulento e a moda, o risível assumia sua posição como instrumento para humilhação pública. Os limites da estética existiam: “O mais bem provido toucador, a costureira, ou modista mais sublime não podem mascarar certas ausências, nem dissimular certos ângulos”.²⁷³ A solução para quem não pudesse estar em consonância com as modas, ainda que pudesse arcar com custos dos dispêndios honoríficos era o contentar-se com uma honrosa descrição. E, no caso das mulheres, a impossibilidade de preencher os requisitos da elegância era uma espécie de maldição que se estendia até ao infeliz que tenha tido a desventura de atrelar laços com a desabonada de faculdades estéticas:

O homem, que teve a má escolha, ou mau fado de ligar-se a huma mulher, que já era, ou que se tornou ao depois extraordinariamente gorda vive alascado em hum lamaçal; pelo contrario o que possui mulher nimiamente magra, está todo o dia com a morte diante dos olhos. A primeira, a pertencer á natureza do porco, daria bons pasteis para a Pascoa; a segunda não deixa de ter seu prestimo para as Meditações da Quaresma; porque pode dizer com o Santo Job – Pellimeæ, consumptis carnibus, adhesit os meum, et derelicta sunt tamtummodo labia circe dentes meos –, ou o fatal – Memento homo quia pulvis[...]es, et in pulverem reverteris.²⁷⁴

Além das ruas e do Passeio, os bailes eram *habitat* preferencial para os gamenhos e gamenhas. Como eventos sociais de encontro entre pessoas que ordinariamente tinham um circuito de convivência e condições de vida razoavelmente favoráveis, estas reuniões festivas eram mais que entretenimento e distração. Os bailes, eventos marcados por ritos e por aspectos que se lançavam na agitada batalha por status empreendida por contendores que faziam esforços para impor uma competitiva disputa em nome do reconhecimento. Quem despertaria atenção por seu porte particularmente notável? Quem serviria de chacota? Quem estaria tão em desacordo que teria sua reputação posta sob suspeita?

²⁷² FREYRE, Gilberto. *Op. cit.* p. 136.

²⁷³ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 19 de maio de 1840.

²⁷⁴ Idem.

Bailes oferecidos pelo presidente da província em homenagem a uma ou outra autoridade visitante ou local, bem como efemérides específicas ou habituais davam ensejo à ocorrência destas festividades de gala para onde os comensais acorriam em trajes de uma suntuosidade que destoava até da elegância que buscavam envergar cotidianamente. Nos jardins e salão do Palácio, tinham vez as suntuosas exposições. Convidados ilustres e importantes chegavam em grande estilo, alardeando o brilhantismo de suas condições. Cavalheiros e damas encarnavam a própria civilidade em seus trajes luxuosos e buscavam exhibir seus modos e gestuais arquitetados e milimetricamente para causar boa impressão.

Causava furor durante dias prévios a participação nestes suntuários encontros, pois os seus participantes se ocupavam com antecedência dos preparativos. Encomendavam-se fazendas para a preparação de vestidos, providenciavam-se os ornamentos e até ensaiavam passos para as danças. A fina-flor da sociedade animava-se para os bailes. Mas em tais encontros festivos também cabiam os ditames civilizados e os tabus da etiqueta e da formalidade, evidentemente. No entanto, onde cabia o exagero, lá estavam as demasias de enfeites, de jóias e de mesuras por parte dos convivas. Uma notinha jornalística dava conta de que Recife era um importante cenário para tais celebrações luxuosas, pois “a civilização que se fez na Cidade permite que seja apenas superada pela Corte em brilho os seus bailes”.²⁷⁵

A civilidade que repousara em Recife requisitou o refinamento de seus cidadãos mais engajados neste espírito que tentava apurar o convívio social aparente, esta parcela dos recifenses encontrou estímulo para os hábitos e gostos refinados, para o apuro de sua aparência e para qualidade de suas aquisições. Uma cidade de belezas construídas em sua paisagem remodelada também pretendia-se bela em seu dia-a-dia através de seus habitantes mais propensos e aptos para este propósito, contudo, o cenário mais amplo não mudou. A estética e as modas eram tomadas como reivindicações da civilidade, que as demandava para demonstrar aos sentidos sua presença. O rústico bem poderia ser utilizado no íntimo do lar, onde não carecia a demonstração pública que a aparência era capaz de promover. Fora das vistas de testemunhas, não havia grande sentido na demonstração.

Consumia-se com um requinte até então não visto na cidade. O luxo se instalava no Recife e demonstrava também a diversidade de sua atividade comercial, pois a cidade também

²⁷⁵ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 3 de agosto de 1841.

era mercado consumidor de artigos de luxo, agora numa escala um tanto maior. Por que ocorriam muitos dos seus habitantes a tais apelos externos? Certamente para auferir status e reconhecimento numa sociedade que valorizava a capacidade distintiva, contudo concorriam para isto a necessidade de adequar os hábitos à transformação de ordem material que também era impressa e a adoção dos modelos de civilidade que eram inspirados, mimetizados ou até diretamente introduzidos a partir dos referenciais europeus.

A cidade não era de um todo reflexo das ilusões que indicavam os entusiasmos da civilidade modernizadora e seus efeitos no campo dos hábitos e costumes. Recife também era povoado por trabalhadores pobres em profusão e por escravos que constituíam e indicavam uma circunstância de exploração que não se coadunava com o ímpeto modernizador e civilizador praticado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando os aspectos valorativos que se atribuem ao trabalho e ao exercício de formas mais específicas de seu exercício, bem como o emprego do consumo como indicador de distinção, vislumbramos que permanências e recorrências de tais condições transpassam períodos e contextos, tomam formas e aspectos que as atualizam e identificam com novos contextos circunstanciais, contudo se fazem sentir de alguma maneira e intensidade.

Quando a escravidão deixava suas marcas sobre a estrutura da sociedade e sobre os hábitos em relação ao trabalho e produção, ela acabou estimulando a formação de uma mentalidade que agravava um sentimento já arraigado de desvalorização do trabalho. Ressaltava ainda um profundo desprezo por ocupações sobre as quais a força física estivesse diretamente envolvida. Ofícios manuais passaram a ser compreendidos como vis e identificados como atividades próprias de escravos. Em contrapartida, ofícios distintivos despertavam as atenções dos indivíduos que podiam de destacar socialmente. Estas atividades privilegiavam a capacidade intelectual em detrimento do engenho manual. No esteio destas discriminações e distinções, persistiu o sentido de diminuição do valor e respeito do trabalho físico, pois estes não concerniam aos patamares mais distintos. A separação entre trabalho manual e trabalho braçal era nítida.

Mas esta indisposição entre honradez e o trabalho braçal não era resultado do escravismo brasileiro. Esta mentalidade era recorrente e já acompanhava as distinções entre as naturezas de trabalho há tempos. A contradição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico é um fenômeno histórico. Este antagonismo pareceu aos olhares de investigadores que se fundou com o próprio processo de efetivação da hierarquia e divisão de classes, ou seja, acompanha um longo processo. Ao modo das condições características do escravismo brasileiro, um senso de desvalorização do trabalho também se firmou. Esta é uma observação evidente. Certamente há meandros que não podem ser captados por afirmações deste tipo, contudo, havia o tal desestímulo e ele era, sempre que possível, evocado como discurso ou

como prática para afastar indivíduos do exercício de trabalhos manuais, elitizando o desempenho de atividades honoríficas.

A sociedade brasileira surgiu como amálgama difuso e diverso de várias influências incorporadas. Em sua formação também concorreu o lastro depreciativo ao trabalho físico, costumeiramente associado às camadas subalternas. Longe de ter sido dissipado pelo tempo, o desgosto pelo trabalho perdurou e acompanhou o processo subsequente à escravidão. De forma alguma, constituiu-se uma postura amplamente desfavorável ao trabalho braçal no Brasil. Os tempos e inovações trazidas com ele não mudaram isto. O trabalho braçal continua tendo sobre si uma carga depreciativa, segundo a qual ele é próprio para trabalhadores sem qualificações profissionais ou por aqueles que necessitam vincular-se para estar sujeitos às condições que efetivam sua desclassificação. Hoje ainda repugna a sujeição a certas ocupações.

Mas não há a mesma retórica que criava uma barreira sobre o exercício de determinadas funções. Já não afirmamos que nos recusamos ao exercício de funções porque elas são próprias de escravos, mas as profissões continuam sendo indicativos de status.

A mentalidade daqueles que fugiam do trabalho para fugir de sua mácula associada à escravidão transmutou-se, porém existe ainda a relação entre ofícios manuais e inferioridade de status social. A configuração dos entendimentos a respeito de trabalho, das profissões e de toda a cadeia produtiva é hoje diferenciada em relação ao que se verificava no século XIX. As adições sempre vultosas de recursos tecnológicos na produção e na reprodução das riquezas e das relações sociais se dá em níveis muito mais complexos, porém não há confusão na afirmação das hierarquias e do status. Esta é uma demonstração de desvalorização ao trabalho e ao trabalho de quem hierarquicamente se encontra em patamares aviltados é recorrente. Hábitos que são adotados cotidianamente podem ter seus significados buscados longe ou, de forma ainda mais precisa, podem ser re-significados dentro de novos parâmetros.

Mas se há glória no ócio, então o que seria do discurso de que *o trabalho enobrece o homem* e de que *a ociosidade é mãe de todos os vícios*? A preguiça, afinal, não é um pecado capital? Há possibilidade de defender o ócio para quem está fora da esfera de quem pode se dar ao desfrute de uma vida isenta do exercício cotidiano do trabalho? Pois, como já defendeu

Bertrand Russel – defesa a qual já nos reportamos no início deste trabalho –, este tipo de noção que visa ressaltar o trabalho e macular a ociosidade não é sincera já em sua origem, pois ela parte de quem, na ociosidade, nutre-se do trabalho alheio. Paul Lafargue e seu posicionamento comunista, independente de sua condição de genro de ninguém menos que Karl Marx, defendeu os trabalhadores exatamente do trabalho. Segundo ele, os desvalidos se encontram atormentados por uma espécie de loucura:

Esta loucura é o amor pelo trabalho, a paixão moribunda pelo trabalho, levada até o esgotamento das forças vitais do indivíduo e sua prole. Em vez de reagir contra essa aberração mental, os padres, economistas, moralistas, sacrossantificam o trabalho.²⁷⁶

Loucura. Eis que mais uma possibilidade nos surge: o domínio da sanidade dos ociosos prevalece sobre os loucos trabalhadores? Segundo Lafargue isto é absolutamente verdadeiro.²⁷⁷

Bertrand Russell acreditava que o ideal da vida não seria o desintegrar-se completamente pelo trabalho, mas desfrutar da liberdade de momentos nos quais se estaria completamente livre do trabalho. Defende a classe ociosa, apesar de se manifestar contrário ao sentido de injustiça social que fez “diminuir enormemente sua excelência”²⁷⁸, porque ela contribuiu notavelmente para construir o que se entende por civilização e mais:

Ela cultivou as artes e descobriu as ciências, escreveu os livros, inventou as Filosofias, aperfeiçoou as relações sociais. Mesmo a libertação dos oprimidos foi geralmente iniciada a partir de cima. Sem a classe ociosa, a humanidade nunca teria saído da barbárie.²⁷⁹

Além dessas digressões a respeito do ócio e das idealizações sobre um mundo no qual o trabalho não seja a tônica da existência humana, retornando ao Brasil, percebemos que mesmo agora livre do escravismo, ainda se concebe a diferenciação entre os ofícios e

²⁷⁶ LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Kairós, s/d. p. 25.

²⁷⁷ Também lhe chama a atenção o fato de que um exemplo de valorização virtuosa da ociosidade se encontra na Espanha, mas também em Portugal – embora nossa antiga Metrópole não seja textualmente mencionada por Lafargue –, onde até mesmo um simplório mendigo “soberbamente envolvido em sua capa esburacada” pode “chamar de amigo os duques de Ossuña”, pois, continua Lafargue, para o espanhol “o trabalho é a pior da escravidão”. E para o comunista os espanhóis não estão errados! (*idem, ibidem*).

²⁷⁸ RUSSELL, Bertrand. **O elogio ao ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002. p. 33.

²⁷⁹ *Idem*.

dignificação que conferem. As discriminações perduram adaptadas à outras contingências próprias do período e do contexto.

O consumo distintivo empregado para ressaltar socialmente seus consumidores requintou-se ainda mais: “toda a civilização e o bem-estar de todas as sociedades dependiam do desejo e da capacidade das pessoas de acumular capital desnecessário e de exibir sua riqueza”.²⁸⁰ A atualização do processo distintivo consagrado pelo consumo foi implementado pelas tecnologias e pela publicidade cada vez mais intensiva. O sentido de pertencimento a grupos tem sido ainda mais ressaltado através dos apelos publicitários e do gosto que se assumiu ainda mais intensamente por produtos que ressaltam os seus usuários. Não estaria fora de propósito em absoluto o fetichismo da mercadoria, como vislumbrou Marx. Diante da atualidade da questão, o vislumbre do universo de consumo distintivo oitocentista brasileiro sugere uma condição ainda mais “ingênua” e sutil. As artimanhas do mercado consumidor atingiram um patamar soberbo ao qual estão sendo englobadas cada vez mais pessoas. Hoje tem-se a perspectiva de que os indivíduos são, sobretudo, consumidores.

Os idos dos escravistas tempos de Rêgo Barros e de seus projetos para o Recife e para a província de Pernambuco são tempos pretéritos. As condições daqueles tempos também são condições que já não perduram tal e qual, pois aquelas particularidades estavam relacionadas a circunstâncias próprias de seu tempo e de sua dinâmica contextual. Os tempos passam. As coisas mudam. Mas, esforçando-se para escapar dos anacronismos tão gritantes, há a possibilidade de buscar alguma permanência, ainda que adulterada pela travessia de novas condições e pela passagem dos anos? Não há acúmulo de acontecimentos e experiências encadeados através dos tempos?

Nem mesmo como farsa ou tragédia, como indica uma afirmação bastante famosa, a história se repete. Isto porque o tempo não se estanca e a sociedade não deixa de ser dinâmica. Os indivíduos não perdem sua capacidade de serem únicos e as experiências vividas e passadas não podem ser reproduzidas de uma maneira idêntica quando os seus condicionantes e suas idiossincrasias já não existem nem se manifestam de uma mesma forma.

²⁸⁰ BOTTON, Alain. **Desejo de Status**. Rio de Janeiro: Rocco, 2004. p. 79.

Contudo, a condição depreciativa do trabalho manual continua presente, pois permanecem preceitos e preconceitos relativos ao trabalho e sua possibilidade de enaltecer ou macular quem o executa, dependendo na natureza do trabalho, se é distintivo ou corriqueiro e não agregador de prestígio. Os líderes políticos continuam ávidos pela história, por adentrar gloriosos no panteão de legendários homens irradiadores de feitos e ações grandiosas. Políticos provincianos possuem ainda a pretensão de servirem como propagadores de “desenvolvimento” local numa dimensão grandiosa, em uma nova leitura para as mesmas intenções civilizatórias que moviam homens como o Barão da Boa Vista. Consumidores continuam aderindo a modas, tecnologias e acenos feitos pela distinção que confere uma sensação de conforto e bem-estar induzida pelo desejo de aquisição e status.

Um novo mundo com novas condições, mas as nossas novidades possuem suas relações com outras “novidades” já passadas há tempos.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias:

Tribunal de Justiça de Pernambuco – Arquivo Geral. Testamentos e inventários do Juízo da Provedoria e Resíduos.

Tribunal de Justiça de Pernambuco – Arquivo Geral. Testamentos e inventário do Juízo do Cível.

Fonte Periódica:

Diário de Pernambuco. Recife, 1840, 1841, 1842 e 1843. Laboratório de Pesquisa Histórica UFPE e Fundação Joaquim Nabuco.

Fontes bibliográficas:

AIRES, Mathias. **Reflexões sobre a vaidade dos homens / Carta sobre a fortuna**. São Paulo: escala, s/d.

ARRAIS, Maria Concessa. **O Teatro de Santa Isabel**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000.

ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/Edusp, 2004.

ARAÚJO, Emanuel. **O teatro dos vícios**: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1997.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. v. 1..

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

BOTTON, Alain de. **Desejo de status**. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BOXER, Charles. **O império marítimo português 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV a XVIII**. v. 1: São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CALDEIRA, Jorge. **A nação mercantilista**. São Paulo: Editora 34, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique [et. Al.]. **O Brasil Monárquico**, tomo II: dispersão e unidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822/1850**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. As artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: UNESP, 2000..

CONNIFF, Ricard. **História Natural dos ricos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

COPANS, Jean. *et. al.* **Antropologia: ciência das sociedades primitivas?** Lisboa: Edições 70, 1971.

DE MASI, Domenico (org). **A economia do ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

DOUGLAS, Mary e ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. 2. v. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **A Sociedade de Corte:** investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Global, 1985.

EWBANK, Thomas. **A vida no Brasil.** São Paulo: Itatiaia, 1976.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX.** São Paulo/Salvador: HUCITEC/EDUFBA, 1996.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** São Paulo: UNESP, 1997.

FREYRE, Gilberto. A vida social no Nordeste: aspectos de um século de transição. In FREYRE, Gilberto (org). **O Livro do Nordeste.** Recife: Arquivo Público de Pernambuco, 1979. p. 75-91.

_____. **Casa-Grande & Senzala.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Sobrados e mucambos.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

HARVEY, John. **Homens de preto.** São Paulo: Editora UNESP, 2003.

HEILBRONER, Robert. **A história do pensamento econômico.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1948.

KIDDER, Daniel. P. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil:** Rio de Janeiro e Província de São Paulo. Brasília: Senado Federal, 2001.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil.** Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem:** a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LANGSDORFF, Emilie de. **Diário da Baronesa E. de Langsdorff relatando a sua visita ao Brasil por ocasião do casamento de S. A. R. o Príncipe de Joinville: 1842-1843.** Florianópolis: EDUNISC, 2000.

LIPOVESTKY, Gilles. **O império do efêmero:** a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- LIPOVETSKY, Gilles e ROUX, Elyette. **O luxo eterno: da idade do sagrado ao tempo das marcas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- LOPES GAMA, Miguel do Sacramento. **O Carapuceiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LOSURDO, Domenico. **Hegel, Marx e a tradição liberal: liberdade, igualdade e Estado.** São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de Economia Política e considerações sobre sua aplicação prática.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARSON, Isabel Andrade. **Movimento Praieiro (1842-1849): imprensa, ideologia e poder político.** São Paulo: Moderna, 1980.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos. **Desenvolvimento da civilização material no Brasil.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- MORE, Thomas. **A Utopia.** São Paulo: Martin Claret, 2001.
- QUINTAS, Amaro. **O sentido social da Revolução Praieira.** Recife: Editora Massangana, 1982.
- REAL INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DA GRÃ-BRETANHA E DA IRLANDA. **Guia prático de Antropologia.** São Paulo: Cultrix, 1973.
- REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ROCHE, Daniel. **História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII - XIX.** Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- ROQUETTE, José Inácio. **Código do bom-tom, ou, Regras da civilidade e de bem viver no século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ROTTERDAM, Erasmo de. **A civilidade pueril.** São Paulo: Escala, s/d.
- RUSSELL, Bertrand. **O elogio ao ócio.** Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da Província de São Paulo.** Brasília: Senado Federal, 2002.
- SCHLICHTHOST, C. **O Rio de Janeiro como é (1824-1826): uma vez e nunca mais: contribuições de um diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEIDLER, Carl. **Dez anos no Brasil:** eleições sob Dom Pedro I, dissolução do Legislativo, que redundou no destino das tropas estrangeiras e das colônias alemãs no Brasil. Brasília: Senado Federal, 2003.

SETTE, Mario. **Arruar:** História pitoresca do Recife Antigo. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1952.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821).** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Negro na rua:** a nova face da escravidão. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações:** investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1.

TOLLENARE, L. F. **Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818.** Salvador: Livraria Progresso Editora, 1956.

TUMIN, Melvin M. **Estratificação social.** São Paulo: Livraria Pioneira editora, 1970.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa:** um estudo econômico das instituições. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.

VEIGA, Gláucio. **História das idéias da Faculdade de Direito do Recife.** Vol. III. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1982.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo.** São Paulo: Perspectiva, 1982.

VIANNA, F. J. Oliveira. **População meridional do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

Silva Filho, Paulo Alexandre da
Desvalorização do trabalho e consumo honorífico em Recife
(1837-1844) / Paulo Alexandre da Silva Filho. – Recife: O Autor, 2009.
141 folhas.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.
CFCH. História, 2009.

Inclui: bibliografia.

1. História. 2. Escravidão. 3. Trabalho escravo. 4. Status social.
5. Distinção social. 6. Governo Rêgo Barros - Recife (1837-1844). I.
Título.

981.34
981

CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)

UFPE
BCFCH2009/63